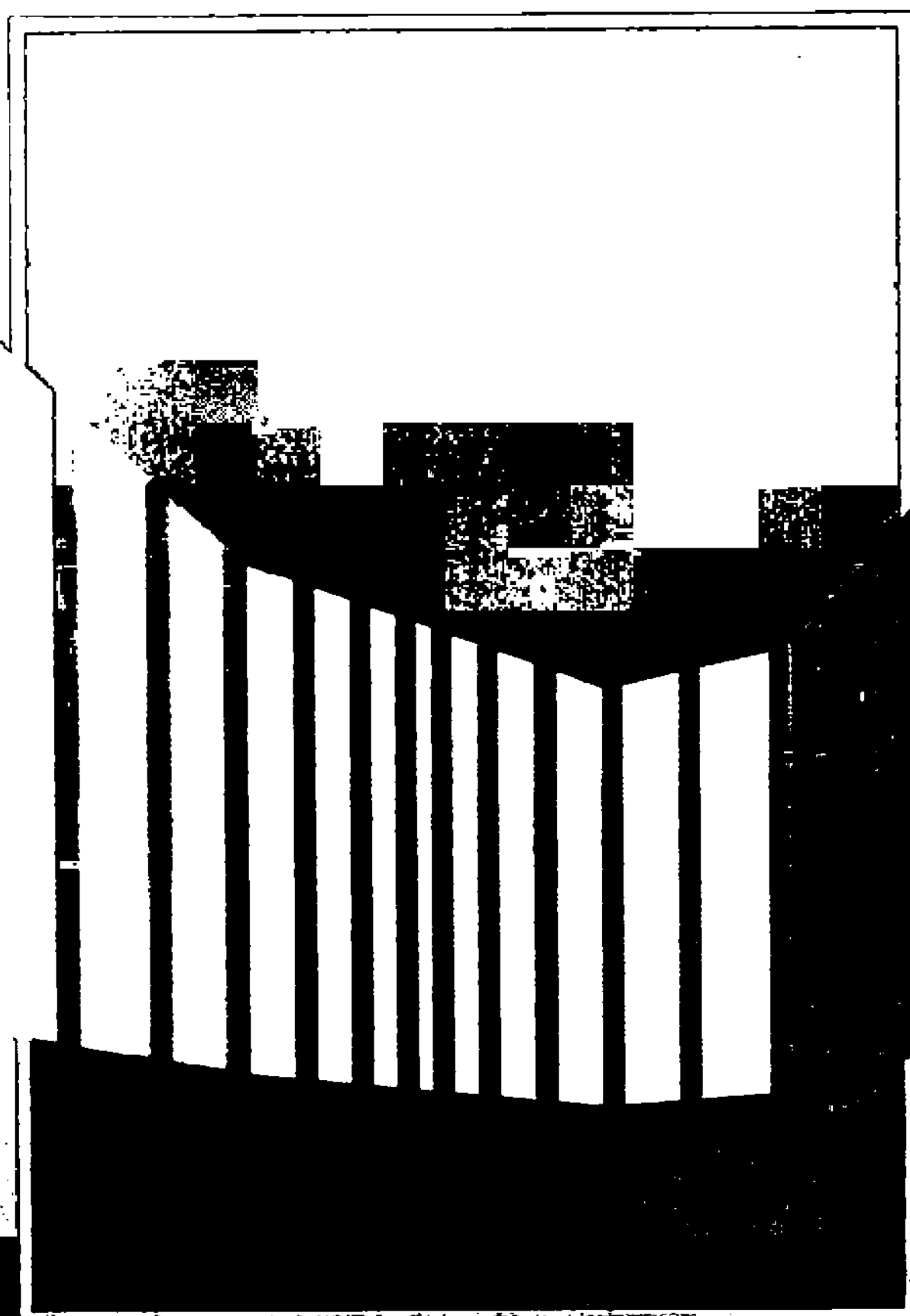


Álvaro Vieira Pinto

2ª EDIÇÃO

A QUESTÃO DA UNIVERSIDADE



 CORTEZ
EDITORIA

A Questão da Universidade, de Álvaro Vieira Pinto, é a expressão viva da coragem e idoneidade intelectual do autor. Escrito na década de 60, com primeira edição publicada pela editora da UNE, tem agora sua segunda edição com o objetivo de recuperar o debate acerca da reforma universitária.

A análise do autor põe em evidência o papel progressista do Movimento Estudantil em contraste com o caráter conservador e, mesmo, reacionário dos docentes, considerados em seu conjunto.

De forma serena e refletiva, **A Questão da Universidade** constitui um libelo de certo modo violento ao elitismo, conservadorismo e alienação das estruturas universitárias a serviço da dependência cultural imposta pelos interesses dos grupos dominantes.

ISBN 85-249-0032-6



9 788524 900327

 **CORTEZ
EDITORA**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

P226q Pinto, Álvaro Vieira. 1909-
A questão da universidade : Álvaro Vieira Pinto – 2. ed. – São Paulo : Cortez, 1994.

ISBN 85-249-0032-6

1. Reforma universitária – Brasil 2. Sociologia educacional – Brasil
3. Universidades e escolas superiores 4. Universidades e escolas superiores
– Aspectos sociológicos 5. Universidades e escolas superiores – Brasil
I. Título. II. Série.

ALB 378.81

CDD-378

-370.1930981

-378.81

86-0550

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Educação e sociedade 370.1930981
2. Brasil : Reforma universitária : Educação superior 378.81
3. Brasil : Universidades : Educação superior 378.81
4. Educação superior : Aspectos sociológicos 378
5. Ensino superior 378
6. Reforma universitária : Educação 378

Álvaro Vieira Pinto

A QUESTÃO DA UNIVERSIDADE

2ª edição

REVISTA

A QUESTÃO DA UNIVERSIDADE
Álvaro Vicira Pinto

Capa: Paulo Ferreira Leite
Revisão: Neide Rigo

27.

**Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada
sem autorização expressa do autor e do editor.**

Copyright © by Álvaro Vicira Pinto

Direitos para esta edição
CORTEZ EDITORA
Rua Bartira, 387 - Tel.: (011) 864-0111
05009-000 - São Paulo - SP

Impresso no Brasil - junho de 1994

Sumário

Apresentação	5
Duas observações	9
Em que condições se apresenta o problema da reforma universitária . . .	11
Que é a universidade	17
O ponto de partida para a compreensão da reforma universitária	20
Dois aspectos da questão universitária	23
A universidade e a classe dominante	25
A universidade e a totalidade do país	35
Universidade e cultura	40
Universidade e imperialismo	45
A universidade e os valores eternos	47
Universidade e classes sociais	51
Aspectos do antagonismo entre as classes no âmbito universitário	60
A execução da reforma universitária	70
A essência da reforma universitária	77
Universidade e trabalho	85
A contradição da reforma universitária	89
Objetivos da luta estudantil	92
Perspectivas práticas imediatas	95
Medidas práticas da reforma	99

Apresentação

Este livro de Álvaro Vieira Pinto foi escrito no alvorecer da década de 60 e publicado na época pela editora da UNE (União Nacional dos Estudantes).

Seu conteúdo é a expressão viva da coragem e idoneidade intelectual do autor. De forma serena e refletida constitui, no entanto, um libelo de certo modo violento ao elitismo, conservadorismo, arcaísmo e alienação das estruturas universitárias a serviço da dependência cultural imposta pelos interesses dos grupos que dominam economicamente e, por consequência, impõem seu poder ao conjunto da sociedade.

É importante situar e datar o livro. Escrito em 1961, situa-se no bojo do processo que então se caracterizava como pré-revolucionário. Esta situação demarca as lutas da época. A sociedade tendia a se polarizar entre os que se colocavam a favor do objetivo revolucionário, empenhando-se em tornar realidade a tendência em curso, e aqueles que se colocavam contra, procurando preservar a ordem vigente e se utilizando de todos os recursos disponíveis para frustrar os intentos transformadores.

Álvaro Vieira Pinto se posiciona resolutamente ao lado das forças revolucionárias e é à luz dessa posição que ele desenvolve as reflexões agudas, penetrantes e extremamente lúcidas sobre a questão da reforma universitária como uma dentre as diversas reformas de base pelas quais lutavam as forças progressistas naquele momento da vida do país.

Sua análise põe em evidência o papel progressista do Movimento Estudantil em contraste com o caráter conservador e mesmo reacionário dos docentes quando considerados em seu conjunto. E essa análise, quando confrontada com outros estudos relativos àquele período (ver, por exemplo, L. A. Cunha, *A universidade crítica*), estava correta. Hoje, as condições são outras. O movimento docente parece ter passado à frente do Movimento Estudantil nas lutas em torno da questão da universidade.

Para compreender a mudança acima referida importa reter a diferença de situação. Em lugar de um momento pré-revolucionário tal como o vivido àquela época, eu diria que hoje nós vivemos um momento pré-democrático. Com efeito, aquele momento ocorreu num período de vigência da democracia parlamentar, ao cabo do qual ocorreu a polarização antes referida. O desfecho dessa polarização foi o golpe militar de 64 com o conseqüente fechamento político e o desmantelamento dos movimentos progressistas, entre eles, as organizações estudantis. Subseqüentemente, buscou-se ajustar a estrutura e organização do ensino superior à nova ordem política então implantada, ajustamento este que assumiu ordenamento jurídico através da Lei 5.540/68, que ficou conhecida como a Lei da Reforma Universitária. Implanta-se, em conseqüência, uma estrutura de ensino que, através dos mecanismos de curso parcelado, regime de crédito, períodos letivos semestrais e matrícula por disciplina, consagrou a desmobilização estudantil na organização, estrutura e gestão da universidade. Com efeito, não mais organizados por turmas que permaneciam coesas durante todo o curso, ficaram os alunos impossibilitados de se constituírem em grupos de pressão capazes de reivindicar a adequação do ensino ministrado aos objetivos do curso, bem como a consistência teórica e relevância social dos conteúdos transmitidos.

Paralelamente, adotou-se no campo educacional a diretriz segundo a qual as decisões relativas à educação não competem aos educadores. Aos professores, portanto, caberia apenas executar de modo eficiente as medidas cujas decisões ficavam circunscritas ao grupo que, empolgando o poder, se arvorou em intérprete infalível das aspirações da sociedade, sem a prévia delegação desta. Tal processo de marginalização política foi acompanhado do arrocho salarial que agravou consideravelmente as condições de salário e de trabalho dos professores. Em relação a tal estado de coisas, os professores passaram a se organizar em associações de docentes que em 1981 se aglutinaram na **ANDES**, a qual passou a liderar o movimento de professores na reivindicação por melhores condições de trabalho e de salário e na busca de um novo modelo de universidade.

Compreende-se que, nesse quadro, o horizonte das lutas em torno da questão da universidade tenha sido a liberalização e democratização das relações de poder nas instituições de ensino superior. O momento pré-democrático, nas condições vividas pela sociedade brasileira hoje, **acabou por implicar a circunscrição do problema de universidade aos limites da democracia liberal burguesa.** Eis por que tem ficado em segundo plano a questão da função social da universidade enquanto agência que, mantida pelo

conjunto da sociedade, deveria estar comprometida com a realização das aspirações populares que impõem a luta pela transformação da estrutura sócio-econômica do país; vale dizer, implicam a posição revolucionária.

É nesse quadro que a retomada da reflexão de Álvaro Vieira Pinto assume a maior relevância. Com efeito, ela nos permitirá, pela via da recuperação da memória das lutas em torno da questão da universidade num momento crucial de sua história, repor de forma vigorosa o problema das relações entre universidade e sociedade e, em consequência, a responsabilidade e o compromisso sociais com os interesses da população trabalhadora que o ensino superior precisa assumir.

É, pois, em boa hora que a série "Educação Contemporânea" da Cortez Editora e Editora Autores Associados reedita esta importante obra.

Dermeval Saviani

São Paulo, dezembro de 1985.

Duas observações

Duas observações se fazem imprescindíveis na primeira página deste trabalho:

1. O autor tem plena consciência de que ao falar de “universidade” está se referindo a uma multiplicidade de instituições e organismos escolares, muito diversos pela sua antigüidade, procedência, e condições materiais e didáticas em que dispensam o seu ensino. Desde algumas faculdades já centenárias até as novas universidades criadas em recente surto, a variação na escala de valor intelectual, extensão da influência social e recursos materiais, é grande. Mas o que justifica, apesar desta variedade, o tratamento do tema da universidade na forma como o faz o autor, sem mencionar nos casos específicos estas diferenças, **é o fato de que, sociologicamente, suas condições são na prática idênticas.** Só por esse ângulo é que o autor as aprecia, sendo isto o que explica a referência à universidade como entidade, embora saibamos estar nos referindo a um conjunto de estabelecimentos de ensino onde reina completa disparidade quanto a numerosos aspectos externos, acidentais. Na essência, porém, acreditamos que, mesmo severo, nosso julgamento não é injusto, mas se aplica à presente fase de existência das nossas universidades, fase que, temos certeza, será muito em breve superada.

2. **Outra observação diz respeito à capacidade intelectual e à idoneidade moral dos professores universitários.** Não foi nosso propósito atingir ninguém em particular, nem grupos definidos. Consideramos **“os professores” como coletividade que, do ponto de vista sociológico, na presente conjuntura brasileira, merece as críticas que lhes fazemos.** Os mestres que realmente possuem uma consciência autêntica do seu papel no íntimo concordarão conosco, e observarão

muito bem que não é a eles que nos dirigimos, quando falamos em geral. Para não citar repetidamente as honrosas exceções, somos obrigados a nos referir ao corpo congregado como tal, e aí nos parecem legítimas as nossas críticas. Sabemos que existem docentes que não só concordarão conosco, como talvez até já tenham dito isto que agora publicamos. Sendo o autor professor universitário, foi a experiência da realidade, do seu meio, do seu país, interpretada à luz dos modestos conhecimentos filosóficos adquiridos ao longo da sua carreira magisterial, que lhe ditaram estas páginas, nas quais somente uma intenção existe: a de ajudar, pela crítica sincera e sem ódios pessoais, a construir a verdadeira universidade de que o povo brasileiro necessita, como de um dos mais importantes instrumentos para a conquista de sua cultura, riqueza e liberdade.

Alvaro Vieira Pinto

Em que condições se apresenta o problema da reforma universitária

Por que se apresenta neste momento com tamanha importância a questão da reforma da universidade? Visivelmente esta é, hoje, a maior preocupação da consciência estudantil, que a deseja esclarecer, debatendo-a em sucessivas reuniões promovidas pela União Nacional dos Estudantes. Por que isto acontece? Porque a reforma da universidade é apenas uma faceta particular do problema da reforma geral da sociedade brasileira, aquela que, dizendo respeito mais de perto à existência do estudante, não só lhe interessa em caráter pessoal como é a via de entrada na sua compreensão do processo geral da nossa realidade. Os estudantes, sentindo no seu caso particular as insuficiências, as injustiças, as opressões da atual estrutura da realidade nacional, são levados a indagar qual a origem desse generalizado estado de insatisfação e por que a sociedade não consegue atender de forma ao menos tolerável às necessidades dos seus membros. Estas perguntas põem com total amplitude a análise da nossa realidade, a descrição dos seus desajustes, a procura das causas deste estado de coisas e, sobretudo, forçam o pensamento a buscar as soluções que dêem fim a tal situação. É claro que num opúsculo como este não cabe a discussão de tema tão vasto. No entanto, para resumir em poucas linhas as conclusões a que nos levaria a análise indicada, basta-nos dizer que o presente estado da realidade brasileira se deve ao fato de terem chegado a um grau inédito de intensidade as contradições que atualmente constituem e comandam o nosso processo nacional, além de terem se modificado, surgindo umas e desaparecendo outras. Até bem pouco, as tensões entre os pólos das nossas contradições permitiam que só em dados momentos se verificassem conflitos mais sérios, de conseqüências visíveis, como revoluções, quarteladas, crises políticas superficiais, etc. No conjunto, o sistema

social, mesmo eivado dessas contradições, suportava o abalo, e corrigia logo a seguir os efeitos do setor agitado, conservando o essencial das estruturas anteriores. Quando, num passado recente, se tornaram mais agudas essas contradições, deu-se a substituição de grupos no poder com importante aceleração do processo do desenvolvimento nacional, sem, contudo, haver alteração no comando de classe.

Agora, porém, a fase que iniciamos se revela de outra natureza. Não é mais representada pela relativa acomodação e tão fácil adiamento da resolução das contradições, mas se marca pela rápida exacerbação das forças contrárias em jogo no cenário social e pela impossibilidade de pactuarem compromissos duradouros. Continuam, é certo, as camadas dirigentes a fazer todo empenho em obter o apaziguamento geral, e até estão dispostas a concessões, para elas, consideráveis, generosas, conforme acreditam, com o fim de prolongar em boa ordem o seu "direito", outrora bem mais pacífico, de domínio social. Mas seus esforços são agora fracos para obter os resultados desejados. Em consequência da longa espoliação a que foram submetidas as massas, sua consciência se foi tornando cada vez mais compreensiva, começaram a descobrir numerosas idéias, algumas das quais não parece fácil que as classes dominantes consigam fazê-las esquecer ou desistir de ver realizadas; a luta social aguçou-se, por efeito de acontecimentos mundiais em que o Brasil se viu envolvido, e tornaram claro aos olhos do povo que certas expressões, como, por exemplo, "imperialismo", não eram apenas cacoetes de linguagem de alguns demagogos, mas uma realidade palpável, que o político progressista sentia na luta parlamentar, o estudante na consciência social e o operário na resistência aos anseios pela melhoria de vida. Foi-se criando, assim, um clima de conflitos e tensões sociais cada vez mais graves e profundos, dos quais episódios como os de agosto de 1961 são apenas sintomas epidérmicos, embora ricos de ensinamentos. Paralelamente à radicalização das forças em confronto, desenvolveu-se a consciência popular, cada vez mais apta a compreender a razão de ser das agruras do povo e a aceitar as idéias que fundamentam as soluções a lhes serem dadas. Este momento merece, com razão, ser chamado pré-revolucionário, porque, embora as classes dominantes não o desejem, e tudo façam, é claro, para conjurar o perigo que as ameaça, as camadas populares estão começando a se convencer de que somente sua decidida ascensão lhes dará meios para realizar as reformas que consideram urgentes. Não planejam a revolução pelo gosto da violência ou por vingança. E tanto não têm deliberada intenção de optar pela via da violência que ainda aceitam de bom grado, neste momento, compromissos com as classes dominantes, desde que estas realizem as transformações, agora possíveis,

que com toda a justiça as camadas populares reclamam. Não as move deliberado intuito revolucionário, mas seguramente já se acham na etapa da consciência em que não recuam no seu propósito de conseguir o que necessitam, nem se deixarão engodar, por mais tempo, por propostas pacificadoras que encobrem perniciosas transações. Por isso dizemos ser, por ora, pré-revolucionário o clima em que se apresenta a exigência geral de reformas sociais, entre elas a da universidade tradicional. Sendo pré-revolucionário, significa que não será obrigatoriamente violento, *neste instante*, o procedimento para a obtenção dos objetivos das forças populares, mas significa também que não serão frustrados esses objetivos, quaisquer sejam os meios de que lancem mão os prejudicados pelas transformações exigidas.

É, portanto, num quadro desta espécie, numa sociedade em esforço por superar o subdesenvolvimento secular, visto haver descoberto as causas desse estado e se apoderado, na consciência de suas massas, das idéias indispensáveis para criar a força social capaz de realizar a mudança projetada, é nesse quadro que se apresenta o problema da reforma da universidade. É de fundamental importância que, desde o primeiro momento, se coloque o problema sobre esse fundamento, do contrário cairíamos nas velhas, pedantes e fúteis discussões acadêmicas sobre planos para melhorar o ensino superior. leis de reformas, e tantos outros divertidos e inofensivos debates, de que se encarregam alguns pitorescos cavalheiros, com altos cargos no Ministério da Educação ou cátedras nas escolas rotineiras, que julgam abrilhantar com a sua presença. O problema agora não somente é outro em essência, como se estabelece em circunstâncias outras: trata-se de discutir a questão da reforma da universidade na fase pré-revolucionária, atualmente vivida pela sociedade brasileira.

Ninguém tenha dúvida, o destino, a forma futura da universidade brasileira está sendo decidida neste momento muito mais num comício de camponeses do Nordeste, do que nas salas de reunião dos Conselhos de Educação. Eis por que são os estudantes, — e não os professores, — que assumem o comando da luta social por essa reforma, pois apenas eles constituem o instrumento capaz de levá-la a efeito, e igualmente são, pela *praxis* que possuem, a origem das idéias que devem servir para formular tal reforma. Isto se dá porque os estudantes, no embate público entre a parte decadente, embora ainda dominante, e a parte emergente da sociedade, tendem necessariamente a se identificar, como coletividade, no país atrasado, às forças sociais ascendentes, e, de modo muito especial, em vista de suas qualificações intelectuais, formar naturalmente as fileiras da vanguarda de tais forças. Explica-se, assim, que sejam os estudantes,

e não os docentes, os que se inquietam em promover o movimento que terá por desfecho a reforma universitária, assunto que melhor explanaremos adiante.

Por que a universidade se inclui entre as instituições a reformar? Porque, tal como existe, constitui ainda peça essencial da estrutura arcaica, aquela que as forças novas geradas no solo social têm necessidade de transformar para produzirem os seus irremovíveis efeitos. São numerosas, é evidente, as instituições tradicionais que se encontram em idêntico estado de obsolescência, por efeito da cumplicidade com a estrutura social que se demonstra agora imprestável. Mas a universidade desempenha, infelizmente, um papel de triste relevância na representatividade das forças sociais declinantes. Conforme se verá ao longo destas páginas, tinha de caber à universidade do país atrasado e em regime de colonização imperialista, ser o principal instrumento da alienação cultural inevitável em tal fase histórica. Nesse sentido, desempenhou suas funções nas únicas condições objetivas que lhe eram então oferecidas, procriando as gerações componentes das classes econômica e culturalmente dominantes, moldando-lhes o raciocínio e provendo-as dos poucos conhecimentos então exigidos para o sucesso social. Como era freqüentada, na sua imensa maioria, por estudantes enviados pelas famílias abastadas, o ensino alienador das realidades do país que recebiam pouco mal lhes fazia, uma vez que seu papel social já se achava predeterminado pela posição de classe que iriam futuramente ocupar. Deste modo, a alienação de que a universidade há pouco era o principal foco irradiante não só se explicava pela sua situação no contexto social, como não podia ser curada pelas exigências eventualmente nascidas de alguns reduzidos grupos de alunos menos favorecidos. Fabricar doutores era a sua natural e única função, cumprindo-a a contento. A universidade não era motivo de reclamações, porque os poucos que a procuravam sabiam antecipadamente que nela conseguiriam entrar e encontrariam o ensino que os habilitaria ao que desejavam ser.

A questão assume contudo aspecto totalmente novo quando começam, como agora se dá, a mudar de tal maneira os alicerces da realidade social que, não só a classe dominante não pode mais contar tranqüilamente com a universidade como foco das concepções alienadas que favorecem o seu domínio, como também a universidade começa a ser assediada por ingente exército popular, cujas intenções são bem diversas daquelas dos diminutos e requintados contingentes de alunos selecionados que a procuravam no passado. Os novos postulantes querem a universidade não para se doutorarem, no sentido pedante e ocioso da expressão, mas para adquirirem conheci-

mentos que os qualifiquem para o trabalho futuro, útil, que terão de produzir. Nisto está o essencial do problema: os estudantes compreenderam a essência alienada da universidade brasileira, sua função desambientadora, sua quase nula atuação progressista, sua inadequação às tarefas exigidas pelo país, e a querem precisamente como instrumento para revogar e pôr termo a toda essa alienação. É neste sentido que se estabelece no presente momento o problema da reforma da universidade: trata-se de transformá-la não na superfície, não na superestrutura pedagógica, no cerimonial didático, nas qualificações jurídicas, no enriquecimento de recursos financeiros, no aprimoramento das instalações materiais levadas às vezes à suntuosidade, pois tudo isto, agora se compreende, por mais útil que seja é secundário. Trata-se de transformá-la *na essência*, isto é, de fazê-la deixar de ser um centro distribuidor da alienação cultural do país, para convertê-la no mais eficaz instrumento de criação de nova consciência estudantil, direta e exclusivamente interessada em modificar a estrutura social antiga e injusta, substituindo-a por outra humana e livre.

Chegamos, assim, à primeira das teses que desejávamos expor no presente opúsculo: a reforma da universidade não é tarefa de natureza jurídica, institucional, e muito menos pedagógica, e sim consiste na transformação da sua essência, convertendo-a de órgão socialmente alienado da realidade brasileira em fator de transformação progressista dessa mesma realidade. Esta tese tem por corolário outra, imediata: a reforma da universidade do país subdesenvolvido, que necessita sacudir o jugo das pressões imperialistas que o entravam, e criar, com plena liberdade, a sua cultura própria, não tem primordialmente finalidade pedagógica, mas visa antes de tudo a uma *finalidade política*. A universidade da nação oprimida em esforço de libertação vê-se constrangida a passar por esta fase de atuação preferencialmente política, para atingir, quando o país houver se consolidado numa realidade social justa e independente, a fase em que poderá, como é de sua natureza, consagrar-se por inteiro aos seus fins culturais, identificados, em tal momento, à política geral da sociedade. Aos estudantes cabe, evidentemente, o principal papel neste processo transformador da universidade porque são eles os primeiros a compreender as idéias como as que estamos enunciando e a lutar por elas. Não é de esperar que os grupos professorais tenham a revelação da realidade de si mesmos, pois tudo conspira contra essa revelação, que não depende de acuidade intelectual ou de critério moral, mas lhes é tornada impossível pela sua situação de grupo privilegiado, cumulado de favores pelas classes econômicas dominantes, que lhes sustentam o ócio e o parasitismo em troca dos favores que deles recebem consubstanciados no papel alienador e repressivo que desempenham

em relação à consciência das massas estudantis. Será, portanto, a aliança dos estudantes com as demais forças sociais progressistas, os operários e os camponeses, igualmente em luta por abrir caminho contra a resistência da estrutura colonial e desumana, que se encarregará do trabalho mais difícil e penoso em prol da reforma da universidade. Sem essa aliança não haverá reforma universitária, como sem a ajuda das massas estudantis tampouco se fará a reforma agrária ou a das relações de trabalho do operariado.

Que é a universidade

A pergunta inicial referente à essência da universidade não admite ser respondida de modo geral e abstrato, fora do contexto histórico em que surgiu e se desenvolveu esse instituto. Não iremos, porém, fazer um estudo, mesmo resumido, da história das instituições universitárias, mas apenas uma observação preliminar, para nós de grande importância. **No Brasil, a universidade é um órgão social recente, só instalado oficialmente quando sua presença se fez necessária.** Nada tem de comum com os similares estrangeiros, cuja fundação se conta por séculos. Dados os caracteres peculiares da colonização portuguesa, o Brasil tinha de atravessar toda a sua fase colonial sem possuir universidades, pois várias razões tornavam-nas não só impossíveis como indesejáveis em nosso meio. Sem a pretensão de esmiuçar o terreno histórico, mas apenas para esclarecer um fato e encaminhar a conclusão a que visamos, basta lembrar que no Brasil o colonizador luso não se defrontou com populações dotadas de cultura aborígene desenvolvida, como se deu nas áreas das cordilheiras mexicana, centro-americana ou andina. Encontrando o conquistador populações iletradas nas etapas mais primitivas do desenvolvimento humano, não precisava opor a uma cultura autóctone outra, alienada embora civilizada, com o fim de extinguir os valores, principalmente religiosos, da primeira e substituí-los pelos da segunda. Ademais, era convicção dos colonizadores portugueses que, obrigando os raros representantes da juventude oriunda das famílias ricas da terra a irem estudar nos centros universitários da metrópole, reforçavam o seu espírito de lusitanidade e os preparavam para, de volta, se comportarem como bons súditos da coroa de Portugal. A história nos ensina que o contrário foi o que aconteceu. Muitos dos próceres da Inconfidência e da Independência foram bons alunos de Coimbra e de Lisboa, mas eram ainda melhores alunos das inspirações políticas dos seus conterrâneos. Se a América espanhola conheceu desde os

alvares da colonização a presença das universidades, com a sua mesma função alienadora e subjugadora do espírito das massas autóctones, no Brasil os fatos se passaram de modo diverso, e a alienação, que é sempre o objetivo do colonizador, foi aqui obtida por outros meios, entre os quais cabia às escolas superiores papel durante séculos nulo, e depois modesto. Só com a instalação da sede do poder colonizador no território da própria colônia, o que iria facilitar, como ocorreu, a independência política, vieram a ser fundadas as primeiras escolas superiores. Estas foram, como é sabido, as de Direito, em Recife e São Paulo, e as de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro. Compreende-se que assim ocorresse, pois eram estas as oficinas que deviam preparar os especialistas exigidos pela sociedade semicolonial no grau em que se encontrava: **advogados para defender os direitos dos senhores de terras, uns contra os outros, e médicos que tratassem da saúde dos membros da classe rica. É evidente que numa sociedade estagnada, onde nada de importante havia para construir ou fabricar, não se exigiam institutos de ciências naturais e de formação tecnológica.**

A conclusão a que desejamos chegar é esta: quando falamos do problema da universidade, temos de levar em conta a peculiaridade de sentido que a palavra tem atualmente para nós. Só possuímos de comum com a “universidade”, enquanto tal, o simples nome, pois o que para nós constitui historicamente o conceito de universidade é coisa tão diferente do que ocorreu na Europa que não nos é lícito pensar em termos gerais, como se as nossas universidades e as européias fossem por essência uma mesma realidade. **Importa-nos pensar concretamente e considerar o nosso caso particular à luz da história da nossa formação nacional, onde, em dado momento, começam a surgir as escolas superiores, e onde, em época recentíssima, se configuraram os primeiros organismos com o pomposo nome de universidades.** Quando os atuais proprietários desses imóveis se julgam a si próprios em comunhão de existência com os ocupantes das tradicionais universidades metropolitanas, se comportam como se fossem descendentes diretos deles ou irmãos de uma mesma fraternidade de cultura, estão praticando a primeira e mais elementar das alienações, a de natureza verbal, pois denominam com a mesma palavra realidades completamente diversas. Contudo, esta alienação tem poderoso efeito, e leva os mestres brasileiros a se julgarem personagens afins aos europeus ou norte-americanos, cuja árvore genealógica é bem mais antiga. Não é de estranhar, pois, que todas as deficiências e ornamentos das numerosas e vetustas Sorbonnes de toda parte sejam o que mais encanta os nossos catedráticos e mais açodadamente

desejem imitar, para se sentirem realmente professores da universidade, luminares do saber universal, e conseguirem que o público igualmente disso se convença.

Por conseguinte, se dizemos que para nós o problema consiste em mudar a essência da universidade, e se não existe dela uma essência eterna e abstrata, o que nos importa, para chegarmos a isolar conceitualmente aquela essência, é definir o que significa para nós a universidade, expressão que, dialeticamente, se traduz por: "o que tem sido". Não estamos interessados, conforme dissemos, num estudo histórico, mas sociológico. Apenas não é possível captar a essência de qualquer ser senão apreendendo-a no processo temporal da sua realização. Para o caso que nos ocupa, a questão fica facilitada pela pouca idade da criatura a conhecer, nascida que foi a bem dizer em nossos dias. Sendo sociológico o nosso intuito, compete-nos procurar a definição da essência da universidade que encerre dialeticamente o processo de sua fundação e seu curto desenvolvimento em função da realidade social que a gerou, sustentou e lhe deu os atributos que ora exhibe. Assim procedendo, cremos ter razão em apresentar a seguinte definição da essência da universidade no Brasil, atualmente: a universidade é uma peça do dispositivo geral de domínio pelo qual a classe dominante exerce o controle social, particularmente no terreno ideológico, sobre a totalidade do país. Se tal é a essência da universidade, deste logo se vê que o problema de sua reforma é político e não pedagógico. Este último aspecto existe, é claro, mas se mostra secundário, pois só se apresentará na forma em que pode e deve ser resolvido, *depois* que tiver sido decidido politicamente o destino da universidade e sua participação no projeto de transformação social empreendido pela comunidade.

O ponto de partida para a compreensão da reforma universitária

O primeiro e mais grave erro em torno deste assunto está, pois, no que chamaremos “a discussão pedagógica”. Partindo da hipótese de ser a estrutura e o funcionamento didático das escolas superiores que se mostram atrasados e deficientes, os pedagogos se reúnem e debatem meios de atualizá-los, pondo-os a par das exigências do nosso desenvolvimento. Cobrem-se, assim, de uma aparência de respeitabilidade nos seus esforços e até mesmo de razão nos seus intentos. No entanto esta atitude é falsa, e sendo a maneira habitual de encetar o exame do problema conduz a graves equívocos e desastrosos resultados. Cometem os pedagogos um engano fundamental: supõem que seu trabalho consiste em organizar da melhor forma possível o ensino universitário para aqueles alunos que entraram na universidade. Ora, aqui está o vício radical desta atitude: não indagar *por que esses alunos entraram* para a universidade, e por que milhões de outros *não entraram*. Este é o ângulo novo e decisivo para a consideração do problema. Representa o aspecto sociológico predominando sobre o mero conceito pedagógico. O tema capital da reforma não consiste na organização do ensino para os elementos que ingressaram na universidade. Isto seria o simples aspecto didático. O principal está em discutir as causas que permitiram a esses alunos entrar nas escolas e excluíram os demais jovens da mesma idade de terem igual oportunidade. Vê-se, pois, que a análise conduzida na sua verdadeira maneira de proceder transforma um tedioso e infrutífero debate pedagógico na questão vital da estrutura de classe dos ingressados na universidade.

A impossibilidade dos atuais dirigentes educacionais de compreenderem o problema da reforma da universidade deriva deste erro metodológico inicial: **considerarem os alunos como “dados”, sobre os quais devem exercer sua atividade educativa da melhor maneira.** Para eles o aluno é “dato” na universidade, é o “dato” sobre o qual **lhes incumbe raciocinar.** O problema começa quando aparece no seu campo perceptivo o aluno “dato”, pois, então têm de organizar uma espécie qualquer de ensino para esse indivíduo que se apresenta às faculdades, ao menos como postulante ao ingresso. Mas a mentalidade dos pedagogos não lhes permite perceber que o verdadeiro problema não consiste em considerar os alunos “dados”, mas em considerar os *“alunos que não são dados”* à universidade, e indagar *por que não são.* Não indagando por que aqueles que reconhecem como alunos são “dados”, como e por que o foram, e quais as causas que explicam a ausência dos não-alunos, instalam-se desde o início num estado de cegueira para o verdadeiro problema da universidade, e conseqüentemente corrompem todos os raciocínios e propostas que daí por diante emitem a respeito da reforma da instituição. Por esse motivo, colocando-se desde o primeiro momento na postura errônea, aquela que exclui como absolutamente fundamental o aspecto sociológico, decretam a própria incapacidade para planejar e conduzir a reforma imprescindível, visto não compreenderem que se trata, na raiz, de uma *questão política.* Esta é, no entanto, a idéia inicial justa, e dela temos de partir para proceder a todas as análises e reflexões que se seguem. **Os pedagogos ignoram este modo de pensar, e se contentam com um empirismo grosseiro, o atendimento das exigências dos alunos que estão na universidade, sem levar em conta as exigências dos que não estão.** Consideram as poucas centenas de rapazes e moças presentes nas faculdades em conjunto, como formando uma “sociedade”, cujos problemas incumbe a eles, mestres e diretores, resolver, quando deveriam partir do conjunto da sociedade como formando aqueles alunos. **Por que motivo são estes, e só estes, os alunos que a sociedade envia à universidade?** Eis a questão primordial que, naturalmente, nem sequer passa pela cabeça dos burocratas administrativos do ensino superior, dos professores e conselheiros e demais pessoas gradadas, geralmente presentes às inocentes tertúlias ministeriais ou acadêmicas onde se debate o assunto.

Valendo-nos das reflexões acima, cremos estar em condições para estabelecer o ponto de vista originário, do qual se tem de partir para o correto exame da reforma universitária. Será, ao mesmo tem-

po, a tese capital deste opúsculo: “a reforma da universidade não diz respeito, primordialmente, aos *alunos que estão* na universidade mas aos *alunos que não estão*, aos que nela não puderam ingressar”. Isto significa que só depois de colocar a universidade no âmbito da sociedade brasileira, como num todo, tem cabimento examinar os aspectos internos (didáticos, jurídicos, éticos, econômicos, etc.) da realidade universitária.

Dois aspectos da questão universitária

Se tal é a base de toda a nossa argumentação, impõe-se considerar a universidade antes de tudo na perspectiva sociológica, ou seja, averiguar que relações mantém com o resto da comunidade, e de que maneira satisfaz a essência, que vimos ser a sua, de instrumento da classe dominante, mediante a função de distinguir entre toda a população em idade de estudos superiores quais os elementos que nela podem ingressar e quais dela são expulsos. De fato, existe o fenômeno da expulsão, pois não se trata de simples "proibição". Os "alunos que não entram" na universidade só têm este destino porque as condições da sociedade brasileira atuam *positivamente* sobre eles, impedindo-os de alcançar os requisitos mínimos de cultura para a etapa mais alta dos estudos. Como estamos diante de forças positivas, e não de mera ausência de condições, é perfeitamente legítimo dizer que, na época atual, **o aluno que devia estar na universidade e não está, é porque dela foi expulso, não só contra a sua vontade mas sobretudo fora do seu conhecimento.** Não sabe por que motivo não deseja entrar na universidade, e nem poderia entrar, se quisesse. É o que podemos chamar o "aluno que não estuda", pois nem sabe que deveria ser aluno.

Fora desta perspectiva, a realidade da universidade permanecerá opaca e ininteligível. Nosso intuito neste trabalho não é, conforme dissemos, discutir as particularidades das imprescindíveis modificações didáticas a introduzir no funcionamento das nossas escolas superiores, mas discutir sóciologicamente as causas da sua falibilidade

em atender aos reclamos da comunidade. Parece-nos conveniente proceder ao estudo da questão subdividindo-a em duas, em torno das quais apresentaremos o nosso pensamento:

1. Que relações há entre a universidade e o restante do dispositivo de domínio da classe dominante?

2. Que relações há entre a universidade e o país, como totalidade?

A universidade e a classe dominante

Uma vez descoberta a essência da universidade, é fácil proceder à descrição das suas relações com o dispositivo geral de domínio da classe social dirigente, pois tais relações se manifestam em um sem número de funções e atributos, alguns plenamente visíveis e confessados, outros mais sutis e disfarçados, mas todos com o mesmo objetivo de fazer da universidade um instrumento capital da estrutura política vigente, com todas as suas características de opressões internas e de submissão externa. Passemos em revista algumas dessas relações:

a) A universidade representa o instrumento mais eficiente para assegurar o comando ideológico da classe dirigente (ao lado de outros, subsidiários, como a imprensa, o púlpito, etc.), porque a ela incumbe a produção dos próprios esquemas intelectuais de dominação. Por esta função geral, a universidade se constitui em foco imediato do pensamento que configura a presente situação de domínio de determinada classe, atende com novos procedimentos às exigências científicas e sociais do grupo mandante, forja os argumentos, as teorias, que devem se opor a outros que eventualmente ameacem a situação reitora da classe dirigente, enfim estabelece a pedagogia que satisfaz aos atuais detentores da autoridade política, contendo nos devidos limites a expansão das forças populares que lhes possam disputar o poder. Trata-se aqui da função intelectual de que mais se orgulha a universidade, a que constitui a seus olhos sua razão de ser. Em contrapartida, a classe dominante estipendia munificentemente a universidade, conforme se vê quando destina grande parcela da renda nacional para contratar os serviços que lhe vai prestar a mais recente e a mais “perfeita” delas, a de Brasília. A classe dominante solicita da universidade acima de tudo as idéias que justifiquem o seu poderio. Claro está que não são os professores becados os únicos a lhe prestarem este serviço. Mas, de todo modo, a universi-

dade situa-se no centro do dispositivo da dominação intelectual, e, portanto, da alienação imposta pela classe dirigente, pois mesmo aqueles que não pertencem oficialmente aos quadros pedagógicos das faculdades a elas estão ligados, sendo pessoas letradas, não só pela origem como pela indispensável ressonância de suas idéias, que se perderiam se não encontrassem difusão, ou pelo menos complacência, nos docentes das escolas superiores.

A classe dominante produz a universidade para que esta produza os sociólogos e juristas que defendam aquela classe. Mesmo na multiplicidade quase infinita de especialidades e assuntos de que trata o grande centro difusor, que é a universidade, existe um travamento interno que dá unidade a todas as formas e modalidades de ensino, seja os de caráter teórico, seja os de ordem tecnológica: é partirem todos da mesma estrutura cultural, e portanto representarem nos inúmeros campos do saber os modos de pensar que satisfazem, ou pelo menos não contrariam, os interesses da classe mantenedora da universidade. Esta observação ganha importância, pois desfaz a ilusão de que se pudesse esperar maior independência da universidade por motivo da expansão mais acentuada das disciplinas científicas naturais ou técnicas, com relativo esmorecimento das de tipo especulativo, sociológico ou econômico. É quimérico pensar assim, desde que o foco de onde procede o conhecimento, mesmo objetivo (e por isso parecendo a muitos não ter caráter ideológico), é uma instituição que por sua essência atual, suas raízes históricas e seus fins confessos está a serviço de um sistema de comando social por parte de determinado grupo. É evidente que os corifeus universitários negarão tudo o que estamos dizendo, e para tanto recorrerão a diversos argumentos, mas essa negação vem demonstrar que seu papel é esse mesmo que denunciemos, o de produzir os esquemas intelectuais de dominação, entre os quais se conta, precisamente, aquele que apresenta a universidade como independente de toda vinculação com a classe dominante e inocente de qualquer serviço aos poderosos, para o fim de mantê-los o poderio.

b) A universidade assegura a colocação dos elementos intelectuais ociosos da classe dominante, a quem temos chamado a “mão-sem-obra”. Este papel adquire suprema importância no país subdesenvolvido, pois a condição de dominância facilita a numerosos rebentos das camadas detentoras do poder condições de folga econômica, que os lançariam na pura e simples vadiagem social se não encontrassem ocupações simbólicas nas quais se entretenham, justificando na exterioridade uma existência realmente sem proveito coletivo. É aí que intervém a universidade, oferecendo aos marginais superiores as suas

cátedras, seus laboratórios, suas conferências, cargos de “assistentes”, “pesquisadores”, “assessores”, etc., e tantos outros simulacros de trabalho válido. Há neste fato mais do que simples troca de favores. A classe dominante, ativíssima nos seus negócios, sabe muito bem quanto é ociosa, e quase diríamos parasitária, a existência desses doutores inaproveitáveis, mas os estipendia de bom grado e sem remorso, porque recebe em troca, quando mais não seja, o silêncio de sua às vezes real inteligência. Torna a universidade cúmplice da exploração que pratica, e ao mesmo tempo conserva essas posições de reserva, para nelas alojar qualquer elemento intelectual mais capaz, o qual, levado pelos impulsos da própria sinceridade, talvez viesse a se rebelar contra a situação vigente.

Sabido é que a principal reclamação que os mais honestos docentes universitários fazem contra a instituição é a de que nela pouco ou nada se trabalha. Enganam-se quase sempre quando explicam esse fato pela “falta de condições”, “incompreensão do meio”, “ausência de estímulos”, etc. São explicações ingênuas, pois o que existe na universidade são em caráter positivo as condições ótimas para que não se trabalhe, e isso acontece exatamente porque a isto é que ela se destina. De todas as acusações que se possam assacar contra a universidade só uma não é verdadeira: a que a incrimina de **ineficiente**. Considerada a sua real estrutura, sua relação com o sistema de forças sociais a que serve, a universidade brasileira é, ao contrário, maximamente eficiente, pois produz com perfeição os resultados que dela se devem esperar, dada a sua natureza. Não sendo destinada a funcionar como propulsora das transformações materiais da realidade brasileira, e portanto não estando a serviço dos verdadeiros interesses do país, não é de admirar que se mostre retrógrada e reacionária, e ofereça aos alunos o tipo de ensino que rigorosamente não lhes convém. Nisto está a prova de sua perfeita eficiência. A acusação de que na universidade pouco se trabalha e dificilmente se estuda, não significa, em verdade, uma acusação, mas o registro do escrupuloso cumprimento de uma norma intencional. A universidade não foi concebida nem é dirigida em função do trabalho social útil, mas do estudo ocioso, da cultura alienada, da pesquisa fortuita e sem finalidade imperiosa. Como não está vinculada à classe que realmente trabalha, o povo em geral, sua ociosidade não é verberada como estigma infamante, mas admitida com indiferença, como ocorrência banal. Não sendo do povo, nem feita para o povo, nada tem a ver com o que define por excelência o povo — o trabalho social útil. Não estando ligada às massas trabalhadoras, estas não tomam conhecimento dela.

c) A universidade organiza o cartório para o reconhecimento das funções proveitosas aos interesses da classe dominante. Sua natureza cartorial é evidente, pois a ela compete o Registro de Títulos e documentos doutorais, indispensáveis à admissão em certa camada na sociedade. A ela cabe a declaração da qualidade de "doutor", e por conseguinte a outorga de todas as vantagens sociais que essa condecoração oferece. Cabendo-lhe declarar quem é que pode ser doutor, e quem não pode, a universidade atua como órgão seletivo, que mantém a composição e a hierarquia profissionais mais concordes com os interesses da classe dirigente. Procura cercar de todo prestígio a legitimidade dos títulos que distribui, e isto tanto mais ativamente quanto esta função começa agora a lhe escapar das mãos, no país onde a exigência de valorizar o trabalho social profícuo se está fazendo por mil outros condutos, alheios à universidade. É significativo que o povo, em regra geral, chame de "doutor" toda personalidade colocada em função administrativa de alguma relevância, no serviço público, ou fora dele, sem indagar se possui de fato o respectivo diploma. Este hábito revela um momento intermediário, porém altamente auspicioso, do desenvolvimento da consciência popular, a qual por enquanto não encontra outro título senão o expedido pelo cartório universitário, para designar quem lhe parece estar em posição relativamente elevada. Numa sociedade onde se expandem rapidamente as atividades sociais prestantes, cada vez menor número de carreiras atravessam as salas de aula das escolas e faculdades tradicionais. A universidade tudo faz para cercar de desvalor as carreiras não legitimadas por ela. Não conseguindo reprimi-las, começa a aceitar algumas, ou pelo menos a não hostilizar os cursos para carreiras não reconhecidas como universitárias, mas que rondam a universidade, nela se esforçando por penetrar.

Outra forma deste serviço prestado aos proprietários do poder pela universidade do país atrasado, consiste no enquadramento das atividades profissionais superiores. Atua neste sentido como órgão corretivo, contrariando a natural formação espontânea de numerosas funções, o que ocorre em sociedades cujo desenvolvimento se está processando aceleradamente. É a função que cabe denominar de "reclassificação de cargos". Na sociedade em rápida mobilidade, a todo momento se constituem novas formas de trabalho que procuram organizar-se coletivamente e aspiram ao reconhecimento público. A universidade intervém então, procedendo à triagem dos ofícios admissíveis como aristocráticos, insígnies, superiores, separando-os daqueles que classifica como espúrios ou de validade suspeita. Constitui-se deste modo em organismo repressor das funções bastardas e veta o surgimento de funções sociais originais. Cria ao mesmo

tempo a hierarquia funcional entre diplomados e os que chama apenas de “práticos” do ofício, como profissionais modestos, de nível menor. Cria, assim, uma classe de profissionais que sonham com as galas universitárias, sem jamais ter meio de obtê-las. Deste modo surgem as figuras do “enfermeiro”, do “dentista prático”, do “rábula”, do “guarda-livros”, e tantas outras que desempenham a atuação pública eficiente fora dos quadros do ensino oficial, relegados aos planos ínfimos da hierarquia intelectual, por efeito do papel seletivo exercido pela universidade. O mérito inferior que lhes é atribuído não está em relação com a eficácia menor da atividade social que dispendem, mas decorre dos preconceitos de classe, cuja guarda está confiada à universidade.

d) A universidade absorve e amortece o surto da consciência popular, representada pelo elemento estudantil descomprometido com os poderosos. Sabendo que, por força das circunstâncias, tem de operar numa área cada vez mais hostil e resistente aos seus propósitos, enquanto instituição — as massas, os estudantes oriundos das camadas modestas das classes média e mesmo proletárias —, a universidade compreende que uma das suas missões específicas é a que chamaríamos de “conversão do gentio”. Tem de agir sobre populações sempre mais numerosas de “selvagens”. Por isso empreende a tarefa catequética de fazer os elementos da massa estudantil “converterem-se” aos interesses da classe dominante, acenando-lhes com a ilusão de vir um dia a se tornarem membros desta mesma elite onipotente. É decisivo assinalar esta “missão catequética”, no seu aspecto e significado reais, porque, para mascará-la, os pedagogos administrativos procuram apresentá-la sob o nome de “democratização” da universidade. Este resultado, que, devidamente entendido, constitui a sua verdadeira finalidade, não podendo, pelos motivos institucionais já declarados, ser por ora obtido, é utilizado como disfarce para a propositada intenção do ensino alienado: a de destruir no estudante pobre ou procedente das camadas populares o espírito de luta pela ascensão coletiva de sua classe aos planos superiores da cultura, isolando-o, e levando-o a crer que é ele, como indivíduo, que deve adquirir o conhecimento que almeja, deste modo desarticulando-o no seu papel, desintegrando-o do meio, e inutilizando-o para a luta social, justamente porque o “converteu” em aspirante individual à cultura, o que, traduzido em termos objetivos, significa que o ajustou aos interesses do grupo dominante.

e) A relação com a classe dominante, naturalmente a mais forte economicamente, se manifesta ainda neste importante papel exercido pela universidade: o de conservar parte substancial dos recursos pú-

blicos do país em poder dessa mesma classe. Tais recursos, que, de outro modo, seriam distribuídos à comunidade por inteiro, ficam presos nas dotações orçamentárias, e afinal outra coisa não fazem senão reverter aos grupos já possuidores da maior parcela da renda nacional. A universidade contribui para represar o dinheiro do povo nos limites da classe superior. Como sua finalidade não é acelerar o desenvolvimento do país, o que exigiria estender os seus benefícios à totalidade das massas trabalhadoras, não lhe compete outra tarefa senão capturar os recursos financeiros que os grupos dirigentes lhe destinam, redistribuindo-os aos membros desses mesmos grupos, seus apaniguados, rebentos, clientes e dependentes, de todo o modo conservando-o em poder da alta camada social. Assim procedendo, copiosa soma de recursos não são devidamente aproveitados pelo país em forma de expansão eficaz da cultura no seio das massas e de favorecimento da ascensão de multidões de trabalhadores ao plano dos conhecimentos científicos superiores.

A universidade estabelece um circuito econômico interno no nível da classe dirigente. Só recebe dinheiro desta e ao mesmo tempo só paga a quem a esta pertence. Quando estipendiam a meia-ignorância dos catedráticos e demais docentes, a vaidade, a futilidade dos seus supostos “trabalhos”, para não falarmos das viagens de “estudo” ao estrangeiro, do comparecimento aos congressos internacionais, e tantas outras modalidades do “conto da cultura”, que esses eruditos cavalheiros se acostumaram a pôr em prática com tranqüila certeza de impunidade, as classes dominantes sabem que não estão empregando mal os recursos que manipulam. Não só porque a universidade, conforme denunciemos, lhes paga com rendosos juros o que delas recebe, como até mesmo lhes devolve em dinheiro o que parecia ter sido doado sem fins lucrativos. Não é à toa que, entre as modalidades mais eficientes de exercício do domínio capitalista nos países desenvolvidos e de manutenção do colonialismo nos subdesenvolvidos, se conta a fundação e o sustento de universidades por parte de magnatas das finanças ou das indústrias, liberalidade que procuram apresentar como prova da benemerência daquele sistema social, ou da alta qualidade de sua consciência ética individual, quando na verdade se trata de proveitosos investimentos não só pelos resultados políticos que asseguram, como ainda pela certeza, conforme estamos mostrando de não constituírem vazamento de dinheiro da classe rica para as camadas desfavorecidas da fortuna.

Sabido é que as congregações professorais estão sempre reclamando dos poderes públicos maiores somas de recursos, pois seus projetos “progressistas” não têm limites. Claro está que, no país que

precisa a todo custo desenvolver-se, essa pretensão é justa em si, só se tornando criticável quando sabemos não ser idônea a finalidade dos fundos financeiros obtidos. Ou se destinam a obras suntuosas, de que o povo não participa direta e imediatamente, ou são absorvidos pelos mil e um subterfúgios de que se valem os donatários das universidades para fornecer a si mesmos e à sua clientela. O único aspecto pelo qual podemos apreciar com algum otimismo estes gastos está em saber que muito breve o povo, de fato, irá beneficiar-se das obras que agora se constroem e as utilizará em seu exclusivo proveito.

f) Outra função eminente da universidade consiste em formar os representantes políticos da classe dominante. As forças econômicas preponderantes, o latifúndio atrasado, a indústria ou o comércio acumpliciados com o capital estrangeiro, não teriam meios de atuar no campo político, com o fim de garantir os seus interesses, se não dispusessem de representantes qualificados, sabedores das tricas jurídicas por eles mesmos inventadas, de modo a criar o sistema adequado aos objetivos daquela classe. Precisa a classe dominante, pois, dos letrados a seu serviço, e a oficina onde os prepara é a universidade. Até bem pouco as duas funções estavam exteriormente separadas; os detentores da fortuna, especialmente os fazendeiros, eram homens ignorantes, brancos, rudes, e por isso satirizados pelos bacharéis, que deles bem se distinguiam pela cultura e finura das maneiras, embora nunca deixassem de ser os emissários dos propósitos políticos dos outros. Recentemente, a distinção tende a obliterar-se, tornando-se cultos os próprios homens de empresa e alguns proprietários de terra, que também se bacharelam, e chegam, assim, a ocupar diretamente postos políticos representativos, e até mesmo se dão ao luxo de expender profundos conceitos nos discursos à sobremesa dos banquetes nas associações de classes conservadoras.

A universidade desempenha o papel de matriz dos futuros líderes políticos e, como não está ainda arraigada nas massas, é evidente que só poderá gerar os emissários das classes dominantes. A ela acorrem os filhos dos que integram essa classe, assim como a ela são dirigidos aqueles que apenas aspiram a entrar no plano superior. Uma vez munidos do título de doutor estão socialmente habilitados a disputar os favores dos grupos dominantes para se porem a seu serviço. A classe dirigente conserva, assim, indefinidamente a seu prestígio e dominância, porque arregimenta os egressos das faculdades, pertençam a ela ou não, e os envia aos parlamentos e altos cargos administrativos, deste modo assegurando a sua perpetuação como força dominante. Os doutores e os técnicos dela dependentes serão naturalmente obedientes em configurar o processo político a favor dela,

em baixar as "instruções" econômicas dos órgãos governamentais que garantam o predomínio indiscutível do seu capital sobre o trabalho das massas assalariadas.

Deste modo, graças ao amparo cultural que lhe dá o grupo professoral, que prepara o estudantado para servi-la, a classe dominante prolonga o seu prestígio, e conforma o processo econômico do país ao sabor dos seus interesses. Sem a universidade, que lhe assegura os recursos intelectuais indispensáveis, principalmente porque, como vimos, acalma as rebeldias da juventude estudiosa, acenando-lhes com a oportunidade de também se tornar parte do grupo olímpico, este não conseguiria se manter com tanta facilidade no poder, pois as forças populares, deixadas a si mesmas, não encontrando o sistema repressivo forjado pelos letrados para reprimi-las, abririam caminho no terreno social, e em pouco tempo destruiriam a dominação dos exploradores. Com o auxílio da universidade, como seu instrumento importante, embora não único, essa classe consegue se conservar com relativo equilíbrio no comando. Deste modo, é lícito dizer que uma das funções essenciais da universidade consiste em garantir a auto-reprodução da classe dominante. Este resultado ela o obtém por dois processos: não só porque prepara em seu seio os futuros membros de tal classe, como porque dá apoio e defesa, no campo ideológico e na ação política dos seus professores, a todas as medidas legislativas que assegurem o predomínio econômico da classe dirigente, e acobertam com esse sistema ético adequadamente preparado todas as transações que os dominadores praticam, santificando, com a água benta da respeitabilidade, as relações de espoliação interna e de subserviência externa. A universidade funciona como o viveiro natural da classe dominante, que nela encontra as condições ideais para se reproduzir.

g) Num último aspecto, ainda, podemos apreciar os bons serviços que a universidade presta aos grupos poderosos. É quando a vemos estabelecer, por suas honrarias, o fundamento do orgulho da classe dominante. Graças aos títulos, anéis de grau e demais dignidades que outorga, a universidade enobrece os seus membros docentes e discentes, e cria, assim, uma modalidade peculiar de orgulho social, típica da nação subdesenvolvida, na qual, à falta de outros títulos legítimos de distinção: o povo venera os diplomas emitidos pelas escolas superiores. Nesse último adjetivo está justamente a explicação da honra associada ao título de "doutor". É ser um título superior. Com isso o portador dele considera-se transportado em pessoa para o plano superior, e de certo modo já ingressou, só por havê-lo recebido, na esfera da classe dominante. Ao invés de ser uma qualificação social

séria e respeitável, tornou-se quase uma alcunha, mas, mesmo assim, uma multidão de ignorantes dele precisa como sinal de destaque. É a nova nobreza, substituindo a dignidade do trabalho real pela empáfia das honrarias ridículas.

A universidade esmera-se em valorizar o título doutoral, pois sabe que, assim fazendo, melhor delimita a confraria dos letrados e mais a dignifica, ao destacá-la das massas incultas e mal-educadas. Nisto está o verdadeiro prejuízo deste pueril orgulho da categoria de "doutor", que de outro modo não passaria de cômica peculiaridade do país atrasado, o qual quanto mais inculto proporcionalmente mais "doutores" possui. É grave, porém, dar-se aos supostos sábios, egressos das escolas superiores, este espírito da aristocracia intelectual, falsa e ridícula, mas operante em destacá-los da massa e capaz de inculcar-lhes no espírito a idéia de que são os únicos naturalmente indicados para governar o povo analfabeto, que lhes deve, de direito, respeito e obediência. O título de "doutor" estimula a formação do "espírito de corporação" entre os semiletrados bacharéis, ou técnicos primários, e os faz se julgarem seres privilegiados, colegas de casta, por pertencerem a um estamento distinto, nobre. Permite reconhecer noutro "doutor" um "irmão de classe". Este malefício, a universidade do país subdesenvolvido é responsável por ele, por não saber infundir no estudantado a compreensão ideológica do seu autêntico significado social, do papel que as massas estudantis devem representar como elementos do povo, e não como elite destacada do povo, pela cultura que, por hipótese, adquiriu. O mais grave está justamente neste último aspecto: a universidade incute no espírito do aluno a idéia de que a aquisição da cultura destaca do povo. Por isso, a instituição expulsa o povo do direito à cultura. Como não está vinculada às massas, mas às classes dominantes, não lhe ocorre compreender que é precisamente pela cultura que se deveria ligar ao povo, fazendo-o ingressar, em totalidade, no âmbito dos seus anfiteatros e laboratórios. Acredita, ao contrário, que a cultura é fator de diferenciação e destaque, procedimento pelo qual satisfaz os seus desejos de se afastar das massas ignorantes e maltrapilhas, para se aproximar das pessoas de bens.

A universidade consuma, assim, grave delito contra os interesses da nação, ao corromper a essência da cultura, fazendo-a passar de principal instrumento com que o povo devia contar para realizar seu destino humano, a instrumento que mais contribui para mantê-lo escravizado, abandonado ao trabalho insuficientemente pago. Se as idéias que a cultura lhe daria e que o levaria a compreender sua situação, lhe são sonegadas pelos "doutores" e "catedráticos", o povo

se vê privado das armas ideológicas de que necessita para humanizar a sua existência. Este é talvez o mais precioso dos obséquios que a universidade presta aos grupos poderosos. Ela, que se julga dispensadora da cultura, pelas servidões à classe a que está presa, converte-se em repressora da cultura, ao reservá-la a um seletto círculo de luminosos espíritos, negando-a às massas trabalhadoras que, por isso, são obrigadas a sofrer, por algum tempo mais, as suas iníquas condições atuais de existência.

A universidade e a totalidade do país

Cabe agora dizer algumas palavras sobre as relações entre a universidade e a totalidade restante do país, incluídas todas as classes que a compõem. Os diferentes aspectos que a análise deste tópico revela convergem de tal modo para o tema da alienação, como resultado principal do ensino universitário sobre o conjunto do país, que podemos dedicar esta parte do nosso estudo ao exame da responsabilidade que cabe com justiça imputar à universidade na alienação cultural e econômica da nação. Dada a composição social que possui e os esteios externos que a sustentam, a universidade, na presente conjuntura brasileira, funciona como anteparo destinado a ocultar a realidade do país à sua própria consciência. Tal é a *tese principal* do presente capítulo deste ensaio. A universidade, por suas relações com a classe dominante, exerce sobre o resto do país efeito pernicioso, ocultador, pois prepara e distribui os instrumentos ideológicos que conturbam a consciência nacional, e não se dedica ao que seria sua tarefa meritória e própria — a de preparar o espírito das jovens gerações para o melhor conhecimento do Brasil, dos seus problemas e dos meios de resolvê-los. A universidade do país subdesenvolvido não tem condições ideológicas para produzir a autêntica cultura de que o povo necessita, conforme em outras páginas explicamos, e por isso é levada a considerar como “cultura” o que é apenas saber especulativo ou prático mas sempre de origem metropolitana e interpretado segundo o pensamento pedagógico que convém às elites econômicas dominantes. Há erudição, há “saber”, no sentido habitual do termo, nos mestres e doutores respeitados pela sua atuação nas cátedras e nas assembléias universitárias. Longe de nós negar tal coisa, o que seria, além de disparate, uma injustiça. Mas o que, em conjunto, falta à universidade brasileira é o conhecimento da teoria da alienação cultural, que constantemente pratica, sem disso ter consciência, em desfavor do país. Muitos professores recusarão

admitir o termo; a maioria o discutirá de forma alienada, isto é, fazendo implicitamente, ao negá-la, a defesa da alienação; só alguns raros levarão a sério este assunto e se decidirão a examiná-lo.

Não nos compete neste momento explicar nos seus fundamentos o tema da alienação. Teríamos muito que dizer, especialmente nos deteríamos em mostrar as relações que ligam a alienação cultural à econômica, porquanto é a mesma a classe que se julga portadora do saber e a que direta ou conivamente oprime o trabalho do povo, ou se liga aos interesses estrangeiros de cunho antinacional. Mostraríamos, então, que no país subdesenvolvido uma forma de alienação nunca vai desacompanhada da outra. Fiquemos apenas na denúncia de alguns dos principais aspectos pelos quais se revela o papel alienador da universidade, que se desdobra em uma parte, ativa — a criação e imposição à mentalidade jovem dos esquemas de domínio — e em outra parte, negativa — a trasladação para o interior do país de todas as concepções e teorias que impeçam a formação da consciência nacional autóctone e crítica das idéias metropolitanas, sobretudo quando utilizadas para a interpretação de nossa realidade. Podemos dizer a mesma coisa nestas palavras: quando o professor estuda, temos o aspecto negativo da alienação; quando ensina, o aspecto positivo. Observemos, contudo, que apesar do papel coletivo alienador que atribuímos à corporação magisterial, e que nos parece perfeitamente justificado, essa corporação é constituída na sua imensa maioria de elementos anônimos, quase todos sem obra publicada que exprimisse um pensamento capaz de influenciar a opinião pública ou com personalidade suficiente para contribuir poderosamente no processo alienador do país. O professor é um simples funcionário pedagógico. Esta observação é importante porque atenua as acusações que fazemos à classe professoral. Sua ineficiência intelectual a salva de maior culpabilidade, embora, sociologicamente falando, não altere nenhuma das conclusões que expomos neste trabalho:

a) Observemos, de início, que no país atrasado o processo de educação só em parte muito reduzida se faz no interior da universidade. (Socialmente falando, e nisto está a sua imperfeição primordial, a universidade desempenha um papel mais do que secundário no conjunto da educação social do povo.) Visto ser mínimo o contingente dos que a freqüentam e total a ausência de esperança das grandes massas de nela ingressarem, só tem a importância que a torna merecedora destas considerações pelos seus vínculos com a classe dominante, que necessitam ser desmascarados, e pela alienação que exerce sobre toda a inteligência do país. Mas, considerada na visão panorâmica da sociedade, é tão pequeno o feixe de suas relações diretas

com a totalidade da nação, que nisso já encontramos o que se poderia chamar a prova numérica da sua alienação, do seu afastamento. De fato, é alheia ao povo, que nela certamente não ingressará. Deste modo, sua estrutura tipicamente restrita a pequena classe de afortunados confere-lhe caráter de alienação quantitativa, no sentido em que a imensa maioria do povo é estranha a ela, não toma conhecimento do que nela se passa, só a conhece pela fachada dos seus edifícios e às vezes por se distrair com algumas pitorescas contendas entre os seus luminares. No país pobre, a sociedade educa os seus membros sem precisar da universidade. Só necessita dela um grupo seletivo de filhos da classe dominante, para efeito de auto-reprodução desta classe. Afastada do povo, a universidade dedica-se a cultivar o que não são os interesses do povo, e é isso que, ingenuamente, rotula de "cultura". Se, por um lado, se aliena a si própria, por seccionar suas ligações com as massas trabalhadoras, torna-se, por outro, causa da alienação das consciências jovens, que despontam no seio das massas, e que, dentro ou fora dos augustos recintos das aulas, recebem o influxo do pensamento alienante dos ingênuos catedráticos. Deste modo, a universidade do país subdesenvolvido comporta-se como instituição alienada-alienadora, em relação à totalidade da consciência do povo.

b) O segundo papel alienante da universidade é o de converter aos interesses das classes dominantes os elementos jovens das classes dominadas, que eventualmente possam elevar-se um pouco em relação à sua situação de origem, a fim de que não venham a adquirir consciência de sua própria condição de classe. Enquanto um dos caminhos de ascensão social se fizer pela valorização da suposta cultura, a qual é sancionada pela universidade, a consciência das classes dominadas jamais terá meio por esse caminho de alcançar expressão superior, erudita, de se tornar verdadeira autoconsciência, pois o cumprimento do currículo universitário atua como dispositivo redutor dos interesses das massas trabalhadoras, hostilizando-lhes o surgimento e a organização, e impedindo-os de encontrar expressão lógica, científica, nas lições e nas obras do magistério universitário. Por efeito do processo de crescimento e valorização das forças produtivas representadas pelo trabalho das massas, há atualmente maior facilidade para muitos jovens ingressarem em carreiras de nível universitário; é de esperar, portanto, que venham a constituir dentro do órgão docente um setor cada vez mais lúcido e atuante, na compreensão e defesa dos interesses dos seus irmãos de classe. Este resultado, entretanto, será dificultado pelo efeito alienador do ensino que irão receber, pois, sendo feito segundo os moldes dos grupos dirigentes, destina-se a

apagar no espírito do estudante pobre a lembrança da sua origem e a acender nele o desejo de alcançar rapidamente, e a qualquer preço, o diploma de membro da classe dominante, com todas as vantagens correspondentes. Como sabemos que grande parte dos egressos das faculdades se dirigem para posições sociais respeitadas e bem-remuneradas, mas ociosas, compreende-se que a destinação do jovem estudante de família trabalhadora modesta seja interpretada por esta como recurso para fazê-lo libertar-se do trabalho eficiente, mesmo quando inculto, e dar-lhe a oportunidade de, como “doutor”, ocupar posições de destaque social, mesmo improfícuas, parasitárias ou meramente simbólicas.

c) Sendo a alienação traço constitutivo da essência de nossa universidade, verifica-se que se manifesta não somente sobre a classe dominada, que, pelo imprevisto favorecimento na loteria social, vê alguns de seus elementos penetrarem no recinto sagrado, como sobre a classe dominante magisterial, que também padece da mesma cegueira à realidade do país e da submissão às idéias alienígenas. O papel alienante da universidade é duplo: aliena a consciência da classe dominada, no sentido, como vimos, de impedi-la de construir um tesouro cultural autêntico, que exprima seus próprios interesses de classe submissa e a auxilie a libertar-se das suas servidões; mas, ao mesmo tempo, aliena também a consciência da classe professoral, no sentido de que a faz tributária da cultura do país metropolitano dominante.

Mais uma vez se percebe ser impossível analisar a existência da universidade sem incluí-la no quadro da realidade total do país — em nosso caso vale dizer, infelizmente, no quadro da dominação imperialista, de que sofremos. Vimos que a nossa universidade é vítima da proteção dos grupos econômicos estrangeiros, que a dotam de gordas subvenções, transformam muitos dos seus professores em cônsules das nações poderosas, convidam, o mais que podem, estudantes e docentes a visitar as reluzentes instalações que possuem, distribuem com fartura bolsas de estudo e põem em prática mil outros artifícios de suborno e domesticação. A universidade do país pobre, alienada na sua consciência de si, recebe de mão beijada todo o “auxílio” externo, assina convênios com fundações estrangeiras, aceita dispositivos humilhantes e alienadores das alianças que julgam lhes darão progresso, enfim, por todos os modos aceita o papel de casa pobre de uma família pobre, a qual por si mesma não conseguiria melhorar as suas instalações. Esta idéia de si já resulta da alienação que a domina. Não acreditando que o país tenha condições para realizar o seu desenvolvimento sem a subserviência ao capital estran-

geiro, acha normal ser “ajudada” financeiramente pelos povos mais ricos, e naturalmente dentro desta providencial aliança cabe-lhe aceitar também as idéias que o dominador lhe oferta para distribuí-las aos seus frequentadores. Como são os professores os agentes materiais desta contravenção social, ainda não incluída no Código Penal, acreditam esses reputados oradores de aula que lhes cabe a digna missão de difundir a “cultura” que, sabemos, é apenas o pensamento dos meios metropolitanos a respeito da sua realidade e da nossa. Tornam-se assim enganadores enganados, pois é certo que a grande maioria não tem consciência de estar praticando qualquer delito contra os interesses nacionais, mas, ao contrário, acredita ter importante, árduo e meritório papel em educar as novas gerações.

Vemos que a alienação reina sem oposição nos recintos universitários, porque a casa que deveria ser o lar da autêntica cultura nacional, é, por enquanto, habitada por gente que entende por cultura o que aprende nos livros estrangeiros, o que observa nas viagens ao exterior, o que escuta dos “técnicos” e “especialistas” que se mandam buscar lá fora para nos virem dizer o que somos, e o que devemos fazer. Não estando voltada para a realidade do país, desvinculada das massas trabalhadoras, única origem da verdadeira cultura para nós, essa gente se faz caudatária do saber alheio, que repete mal, em lições confusas, em razão do conflito que obscuramente percebe existir entre o que diz e o mundo ao qual pertence. Não encontrando nas elites culturais, integrantes ou não da universidade, a cultura que deveria ajudá-la a se libertar economicamente, a nação, como totalidade, está impossibilitada, no que é justo imputar à universidade, de vencer sua alienação coletiva. De fato, não o pode fazer pelo esforço da classe dominada, uma vez que os elementos desta só excepcionalmente ingressam na universidade, e esses mesmos, depois de atravessarem-na, não saem dela como representantes de sua classe de origem, mas convertidos aos propósitos dos grupos dominantes, aos quais imploram favores, na esperança de um dia serem reconhecidos como membros efetivos de tais grupos. Também a nação não consegue se libertar pela contribuição da classe professoral dominante, uma vez que esta não chega a superar os seus interesses de classe e só os exprime mediante uma cultura de empréstimo.

Logo — e aqui chegamos a uma das teses magnas deste opúsculo — numa nação subdesenvolvida como a nossa, enquadrada no complexo do imperialismo, a universidade nem por ação da classe dominada nela existente, nem por ação da classe dominante, que a manobra, contribui para criar a autêntica cultura que o país reclama.

Universidade e cultura

Estas reflexões nos encaminham naturalmente a examinar o problema da cultura nacional e suas relações com o funcionamento atual de nossas universidades. Não cabe agora examiná-lo nas particularidades, tão vasta e profunda é a significação do termo “cultura”. Basta-nos apenas dizer que entendemos por cultura o conjunto dos bens materiais e espirituais criados pelos homens ao longo do processo pelo qual, mediante o trabalho, exploram a natureza e entram em relações uns com os outros, com o fim de garantir a satisfação de suas necessidades vitais.

Dois aspectos devem apenas ser indicados: um, o caráter de processo que a cultura possui, pois estando ligada ao trabalho do homem na exploração da realidade material e às lutas sociais que empreende para humanizar a sua existência, não pode deixar de ser, ela própria, um processo histórico. Esta a razão pela qual a cultura se divide em “culturas”, que assinalam fases do progresso humano, se sucedem no tempo, ou coexistem lado a lado, conforme se observa quando praticamos imaginariamente um corte no processo histórico mundial. Outro aspecto essencial é o de que nas sociedades divididas em classes a cultura tem necessariamente base de classe. É evidente que assim há de ser, pois se a cultura está ligada, pelo trabalho e pela ação, às relações do homem com a natureza e com os outros homens, segue-se que, sendo estas últimas diferenciadas nas sociedades onde existem classes em antagonismo, as concepções ideológicas e os produtos materiais da arte não podem deixar de refletir a situação individual de quem os produz.

Sendo restrito o nosso tema, o que nos compete investigar é tão-somente a questão: em que medida a cultura se origina na universidade, nela tem guarida, e aí encontra terreno propício a se desenvolver? Sabendo-se que, entre nós, a universidade é uma peça do

dispositivo geral de domínio de certa classe, fica desde logo encontrada a resposta: só pode se gerar no âmbito universitário, ser protegida, defendida por ele, a cultura que corresponda aos interesses de tal classe. Ou seja, a cultura que exprima as relações sociais de trabalho convenientes a essa classe, não crie embaraços jurídicos, ideológicos ou técnicos à afirmação de seus direitos, não exponha, pelos recursos da arte, os aspectos da realidade que demonstram o malefício da dominação daqueles grupos, e, portanto, repudie, recalque e aniquile todas as idéias surgidas das massas não ligadas às poderosas universidades. A cultura só em parte muito reduzida se gera e expande por ação da universidade; e assim mesmo será sempre uma cultura na sua maior parte indiferente ou hostil aos interesses das grandes massas trabalhadoras, as quais, por efeito da própria relação de trabalho com a realidade material e social, estão produzindo outra forma de cultura, expressa noutras concepções gerais, em todos os campos do saber, e em produtos de arte, que manifestam o pensamento de quem se encontra em situação diversa da classe alta. A cultura que a universidade escassamente produz e um pouco mais largamente contribui para difundir é, por definição, a cultura alienada, não só por ser de origem externa, metropolitana, em quase todo o seu acervo, mas sobretudo por ser originada da classe ociosa ou aproveitadora, cujos intuítos são, quer conscientemente o saibam quer não, os de reprimir a ascensão das massas. Deste modo, a cultura universitária tem de sustentar uma luta infeliz com a cultura popular autêntica, aquela que está nascendo no seio do povo, não só nas formas chamadas "populares" da arte, mas nas concepções, temas e idéias gerais que exprimem, mesmo nos mais elevados domínios das ciências, os pontos de vista de uma classe nova, oposta à dominante. Se atualmente a luta cultural se mostra pouco visível nos recintos das faculdades, é porque o domínio da cultura alienada é ainda de tal forma extenso e onipotente, que quase nenhum eco atravessa as paredes das aulas, transmitindo a outra cultura, a verdadeiramente nacional, que está surgindo nas fábricas, nos comícios, nas escolas de samba, na cerâmica nordestina e nos trabalhos de pensadores e artistas eruditos que recebem dessas autênticas fontes a sua inspiração.

Esta forma de cultura dificilmente partirá da universidade, cada vez mais fechada na defesa da única que julga válida, e que de fato o é, para os fins a que se destina. Sendo a outra a verdadeira cultura, aquela que exprime as novas aspirações dos homens a um trabalho fecundo e justo, rico de resultados materiais e isento de exploração social, uma conclusão se impõe, que desejaríamos ver devidamente interpretada, levando-se em conta o ponto de vista em que nos colocamos: a universidade do país subdesenvolvido é necessariamente

inculta. Esperamos que seja bem entendida esta nossa afirmação. Fazemo-la em caráter sério e a partir de fundamento estritamente sociológico. Não se veja nela nenhum significado injurioso. Nossa conclusão deve ser entendida em duplo sentido: primeiro, a universidade é inculta porque nela não há condições para engendrar, mesmo em parte, a verdadeira cultura, dada a situação de classe da maioria dos que a teriam, por hipótese, de produzir; e segundo, mesmo que houvesse tais condições, a repercussão intelectual da universidade, fazendo-se em um meio social dividido, não alcançaria o povo em geral, e portanto daria ao produto, mesmo suposto intencionalmente autêntico, saído das instituições universitárias, cunho falso, timbre estranho e irreconhecível pelas massas. Supor que no presente estado da realidade brasileira a universidade consiga criar a nossa legítima cultura, seria acreditar que esta pudesse originar-se de cima para baixo, o que é historicamente inédito.

Sem dúvida, nosso pensamento não coincide exatamente com o dos magnatas universitários, da imprensa que os apóia, dos benfeitores que os estipendiam. Todas estas respeitáveis personalidades acreditam que a universidade é um templo sagrado, onde uma corporação de sacerdotes do saber pontificam sobre todos os assuntos, na plena posse da verdade. Há realmente certas analogias que nos permitiriam glosar o significado do atributivo “templo” tantas vezes aplicado à universidade. Bastaria forçar o sentido literal do vocábulo, mostrando que, no regime atual, de fato, os cursos das faculdades são praticamente o desenrolar de uma liturgia, um serviço divino, que os professores oficiam perante um público passivo, escassamente atento, interessado em cumprir simplesmente o ato de presença. O mestre pontifica como sacerdote que profere a verdade aos ouvintes ignorantes. Tudo conspira para dar à universidade esse caráter de “templo” e os aspectos místicos que lhe são associados, as honrarias, as cerimônias litúrgicas de formatura, etc.; mas tudo isso contribui para afastar dela a verdadeira cultura e para tornar cada vez mais impermeáveis os seus recintos às idéias renovadoras, as que realmente teriam ressonância no espírito do povo. O diploma universitário é chamado desprimorosamente de mero “papel”. Não nos esqueçamos que ele determina o *papel* que o diplomado vai ocupar na sociedade dividida em funções desorganizadas, entre as mais rendosas das quais figuram justamente as mais ociosas. Deste modo, o diploma, enquanto papel, já contém em si o futuro papel social daquele estudante que o deseja conquistar.

Temos neste fato outro indício de tenuidade das relações entre a universidade e a verdadeira cultura, a que serve ao povo e só a ele, e que por isso apenas ele é capaz de criar. Já tivemos ocasião de

dizer que a ser necessário chamar a universidade de templo, mais correto seria chamá-la “templo do não-saber”, pois enquanto instituição em conjunto não sabe em que consiste o *saber que importa saber*. Se considerarmos a média dos seus expoentes, acreditamos ser justo dizer com toda a seriedade e sem intenção de paradoxo, que só sabem o que realmente não importa saber, porque o que entendem que *importa* saber é o saber que *importam* do estrangeiro.

Ainda neste capítulo referente ao problema da cultura, vale a pena assinalar um fato de observação geral: o horror da universidade a toda referência ao seu papel social. Mesmo sendo elogiosa tal referência, prefere seja omitida, pois lhe parece que constitui sempre ponto nevrálgico, do qual não se sabe que reflexões irão surgir e como será julgado. Prefere ser considerada como instituição isolada, existente por si, um mundo à parte, mesmo sabendo ser falsa esta maneira de ver, do que expor à crítica as relações que mantém com a realidade nacional a que pertence, que a sustenta e que dela espera resultados proveitosos. Tudo faz para passar despercebida da vigilância social, escudando-se na “autonomia”, que defende ciosamente, em seus múltiplos aspectos, administrativos, didáticos, financeiros; mas outra coisa não é senão o fosso que a isola de contatos embaraçosos, de interrogações importunas, e a deixa viver em paz, na doce semi-ociosidade em que viceja. O horror à menção de suas responsabilidades sociais, com o receio de que sejam cobrados pela comunidade, em serviços eficientes, os polpudos empréstimos que lhe concede, leva a universidade a repudiar com desusada veemência a acusação de organismo “ideológico”, que lhe é assacada. Não há para ela mais grave ofensa. No seu modo de pensar, todos os professores gozam de absoluta liberdade de pensamento; por isto, tendo cada qual o direito de exprimir em suas lições os pontos de vista que julgam verdadeiros, a instituição, enquanto tal, não tem coloração ideológica, é socialmente neutra, não se ocupa senão das ciências e das artes. Nada tem a ver com os conflitos ideológicos e políticos que se desenrolam na comunidade. Não admite ser órgão político. Timbra em repetir com orgulho este estribilho, e logo chega à exaltação, que facilmente passa à irritação, quando se vê contestada neste ponto de honra.

Não se faz mister grande acuidade para perceber que, na sociedade atual, a universidade, pelo seu simples suposto silêncio ideológico, já com isto demonstraria a sua natureza ideológica. Como representa a ideologia da classe dominante, não precisa dizê-lo aberta e freqüentemente, pois mais importante do que confessá-la é praticá-la. Não acredita ser política, precisamente porque faz a política que

lhe parece a única natural e, assim, lhe passa despercebida. Torna-se necessário que, de vez em quando, um grupo de estudantes "indisciplinados" se levante em greve por determinado motivo, para que a alta corporação professoral assuma a atitude repressiva, e nestes breves episódios tome consciência de desempenhar efetivo papel político. Nos períodos de repouso, não havendo agitações que esmagar, acredita conservar-se eqüidistante das questões políticas, o que a seus olhos não só constitui mérito excelso, como reforça sua convicção de praticar autêntica imparcialidade social. Vemos, assim, que a sociedade onde a legítima cultura se vai criando no tumulto das lutas sociais, na obra dos artistas populares e no pensamento dos líderes devotados ao desenvolvimento nacional, o papel que incumbe à universidade na produção e divulgação da cultura é extremamente exíguo. quando não se dá o caso, muito freqüente, de ser negativo e hostil.

Universidade e imperialismo

Temos observado que, por força de sua própria constituição no interior de uma sociedade subdesenvolvida, a universidade, mesmo fora da consciência, ou contra a vontade dos seus eméritos mestres, comporta-se como instituição sempre favorável ao domínio imperialista das potências metropolitanas. Este mal é inevitável, enquanto persistirem as atuais divisões sociais, pois é evidente que agentes dos interesses antinacionais, sabendo do indiscutível prestígio da universidade e do seu papel na formação da mentalidade das novas gerações intelectuais do país, tudo farão para se introduzir nesse centro vital e influir nele ao sabor dos seus desígnios. É o que observamos na pressurosa atenção com que se volta para os institutos e órgãos do ensino superior a solícita e generosa colaboração das fundações estrangeiras, o oferecimento do envio de “missões” e “especialistas” para reorganizar o nosso ensino, o despacho de pedagogos para os nossos institutos de pesquisas educacionais e tantas outras modalidades de infiltração imperialista, todas com o fim de impedir que as nossas universidades adquiram a única autonomia pela qual nunca se interessaram, a de ser expressão dos exclusivos interesses da cultura e da economia brasileira. A tarefa de tais emissários externos é extraordinariamente facilitada pelas condições intrínsecas, próprias e inevitáveis do nosso subdesenvolvimento e pela dependência geral do país. Não é de admirar, pois, que não só receba com efusões e sinceros agradecimentos aqueles que a vêm ajudar a desajudar o povo brasileiro, como até se adiante em convidá-los, solicitando-lhes a benévola e altruística assistência.

Este comportamento prático de submissão encontra logo sua “cobertura” ideológica. Não tarda em ser constituída a teoria que justifica o recurso à ajuda metropolitana, para conveniente organização e maior eficiência do ensino universitário. Referimo-nos, aqui, a

uma das formas peculiares de alienação cultivada pela universidade: sua pretensão de identificar-se à universalidade. Declara ela própria que o ensino universitário por natureza visa ao universal, à cultura tão superior, especulativa e avançada, que só ela está em condições de ministrar o ensino no grau verdadeiramente universal do saber. Deste modo, monopoliza o direito ao fornecimento do "universal". Identifica o universal com o universitário, confundindo-o. Só alcança o saber universal quem frequenta o templo universitário. Como, porém, sabemos que a teoria da universalidade, em que crê e de que se utiliza, representa um dos mais refinados espécimes da alienação filosófica, pois equivale a considerar como universal o que é apenas o ponto de vista metropolitano sobre a realidade, percebe-se que a universidade se torna responsável por esta perigosa forma de alienação, que não só adota para si porque lhe exalta a vaidade, como difunde entre a mocidade, ofuscando nesta a possibilidade de vir a compreender o que de falso existe em tal conceito de universalidade. Na fase atual, a universidade para ser idêntica à universalidade precisa exprimir o universal concreto que é cada sociedade em particular, ou seja, precisa exprimir em juízos universais os interesses particulares dessa sociedade, nação ou classe. A identificação da universidade à universalidade constitui um sofisma, um dos melhores exemplos da quase insanável alienação cultural que dizima a mentalidade das nossas elites magisteriais. A universidade tem realmente por objetivo exprimir o conhecimento no plano universal, mas só o poderá fazer quando se tiver convertido ao ponto de vista dos reais interesses do povo brasileiro, pois só então haverá adquirido a condição de identificação com a realidade concreta e única, em virtude da qual o Brasil terá acesso ao campo da autêntica universalidade. Compreenderá que o "universal" não é o modo de pensar de ninguém, mas exatamente o de "alguém" sobre a totalidade da realidade, e quando se diz alguém, a palavra significa alguém que está situado no tempo e no espaço, que pertence a tal país, a tal classe, etc. Somente quando tiver por finalidade cooperar para a realização dos fins históricos do nosso povo, a universidade, pela obra dos seus pensadores, adquirirá o fundamento necessário para emitir juízos universais sobre a realidade da nação brasileira e sobre o mundo externo, metropolitano ou atrasado, onde nos situamos.

A universidade e os valores eternos

Um dos aspectos pelo qual se manifesta a alienação universitária é, como dissemos, o seu autoculto, que julga justificado pelo longo passado cultural que teve por berço os recintos das escolas medievais e se manteve por ininterrupta tradição. Assim sendo, “o valor” que a universidade tem a seus próprios olhos está intimamente vinculado a esse conceito de longa duração, sempre exercendo exímia função intelectual. Torna-se, assim, natural a crença de que a essência do valor reside na sua contínua permanência, ou seja, que a eternidade é atributo essencial de todo valor, para ser tal. Deste modo, a mentalidade universitária transita naturalmente para a crença de que lhe foi cometida, como sua mais nobre função histórica, a guarda dos valores eternos. Entre outras instituições, que igualmente necessitam dessa crença para subsistir, a universidade se decreta perpétua depositária das idéias morais, sociais, jurídicas, lógicas, filosóficas etc., dotadas de validade perene. Acredita que sua missão é transmiti-las de geração em geração, preservando-as do assalto de invejosos e inescrupulosos detratores. As universidades metropolitanas, realmente seculares, têm motivos para se orgulharem do seu passado, que procuram embelezar o mais que podem, fazendo-o objeto de constante presença. Compreende-se que assim seja no país que precisa conservar suas estruturas, em via de decadência, em face do surto das nações jovens. Mas o caso se torna grave, embora cômico, quando nós, que não tivemos universidades no passado, que as estamos criando nestes últimos anos, nos pretendemos filiar a uma tradição que não é nossa, tornando-nos herdeiros espúrios de um espólio que não nos pertence. Importa acentuar o lado feliz desta circunstância, de não termos passado universitário, o que nos permitirá criar com liberdade, assim que houver condições sociais para isso, a nossa própria universidade, pois não estamos ligados a qualquer tradição. A simples menção da “tra-

dição universitária”, e muito mais a venerabilidade que lhe queiram atribuir em nosso meio, constitui comprovativo documento da alienação da nossa consciência.

Estas reflexões a propósito do problema dos valores têm por finalidade conduzir-nos a esclarecer dois aspectos da universidade, ambos de grande relevância: sua inevitável função social conservadora e a peculiar natureza das questões ligadas ao provimento de suas cátedras. A universidade entre nós tem de ser necessariamente conservadora, induzindo na sociedade atitudes e comportamentos estáveis, porquanto não só esse é o resultado que lhe convém, dadas as suas razões de classe, como essa é a prática que decorre das suas convicções ideológicas. Acreditando-se depositária de valores eternos, que só ela sabe quais são, não pode nem renegar esses valores, o que, para ela, significaria desfiguração e desonra, nem se modificar nas suas estruturas essenciais, pois qualquer movimento transformador que ensaie põe em risco a estabilidade e imobilidade dos valores que lhe cumpre preservar. Daí o fato de a universidade só com a maior repugnância discutir qualquer idéia de reforma ou de alteração. Tais idéias são o meio externo que as agita, e se penetram nos pátios das academias é com a maior dificuldade e má-vontade. Começa, porém, a compreender que não consegue mais resistir e então, não havendo outro recurso, dá os primeiros passos para fazer a “sua” reforma, nos dois sentidos da palavra “sua”: a “dela” e “que lhe convém”. Para resistir o mais que possa a qualquer mudança essencial exalta aos píncaros do valor o seu passado, — que na realidade não lhe pertence, e sim a outras, congêneres —, ou seja, incorre nesta pueril ingenuidade: fazer-se credora do mérito de não se haver renovado. Todas as condutas conservadoras são por ela louvadas, estimuladas, valorizadas. As lutas estudantis, nas quais se revela o impulso da nova consciência nacional, são consideradas agitações mal-intencionadas, obra de arruaceiros, de irresponsáveis, de insubordinados e achincalhadores das personalidades magisteriais, a serviço de credos políticos inconfessáveis. Falta-lhe a menor sensibilidade para os fatos que prenunciam as profundas modificações sociais iminentes, a bem dizer já iniciadas. Daí a inevitável luta entre a classe professoral, alienada, arrogante, e mesmo policialesca, em algumas de suas figuras, possuidora das sesmarias em que se transformam as faculdades e as escolas, zeladora dos valores eternos, e a classe estudantil, livre, ansiosa de ver realizada a libertação do nosso país, que lhe dará as grandes oportunidades por que espera, e sem motivos para cultuar outros valores senão aqueles que ela própria vai descobrindo na luta pelo seu destino, que é o de todo o povo.

O segundo aspecto a que nos referimos nesta questão da eternidade dos valores diz respeito à escolha dos professores, e, mais especialmente, ao assunto da vitaliciedade das cátedras. O interesse da classe dominante na defesa deste direito, incluído na Constituição Federal, explica-se pela crença na eternidade dos valores, de que a universidade é o sacrário. A origem da vitaliciedade da cátedra está na necessidade de conservar a vitaliciedade dos valores que a classe dominante precisa ver mantidos. Encarrega então a universidade de montar guarda a eles, e para que não se afrouxe a vigilância ou se interrompam os cuidados que tem para com eles torna vitalícia a função de vigilante, para que ninguém se veja ameaçado de ser demitido da guarda do tesouro. A maneira de interessar o grupo professoral na vigilância dos valores vitalícios é tornar essa função um valor, ela própria, e dar-lhe o mesmo caráter de vitaliciedade dos demais valores. Deste modo, empenhado em defender a rendosa vitaliciedade do "valor" de é a cátedra, o catedrático assume implicitamente a proteção da totalidade dos valores em que este se inclui. Por isso, a cátedra tem de ser vitalícia. Na verdade, analisando-se bem, verifica-se que é mais do que vitalícia na pessoa do presente detentor; é eterna, na sucessão dos seus ocupantes.

Não basta à classe dirigente assegurar a cumplicidade magisterial pela decretação da vitaliciedade pessoal do catedrático; é preciso que a própria cátedra seja eterna, como os valores que tem por obrigação sustentar. Cria-se, assim, o problema do preenchimento das cadeiras vagas. Neste assunto, melhor ainda que em outros, se observa o esforço do grupo magisterial dirigente para impedir qualquer interrupção de continuidade na orientação do pensamento de cada disciplina oficial. Tudo se faz no sentido de excluir o candidato que, acaso vencedor nos supostos concursos para a docência e para a cátedra, viesse a imprimir novos rumos ao ensino, denunciar os males da alienação cultural reinante, instalar novo estilo de estudo, difundir novas idéias, progressistas, voltadas para o exame dos reais problemas do país, exprimindo os interesses de outra classe, diferente daquela que monopoliza a universidade. O professor tem de ser vitalício, não só na sua pessoa como na sua progênie, porque é essencial à universidade conservar a perenidade dos valores que a classe dominante, nela representada, incorpora e utiliza. Por conseguinte, o professor tem de ser não um indivíduo mas uma espécie de seres idênticos. O mecanismo do acesso aos cargos universitários, desde os de simples assistente aos de livre-docente, está organizado para funcionar de modo a fazer substituir, em caso de morte ou aposentadoria, um professor por outro idêntico. Isto significa que o professor se converte em um ser tão eterno quanto a própria universidade, exatamente porque a

sua missão é a de transmitir idéias eternas. Tudo se deve passar no domínio do eterno; a universidade é o Logos, o Um, o Imutável, nos seus valores, nas suas idéias, métodos, estrutura administrativa e personagens integrantes. A cumplicidade com a classe dominante leva-a a este resultado: ver-se obrigada a venerar as ideologias imobilistas, eternizantes, especulativas, para não afetar os valores que aquela classe a incumbe de tratar com todo o carinho. Por todos estes motivos percebe-se a impossibilidade em que se acha a universidade de se reformar a si própria, como a seguir demonstraremos, pois, a não ser mediante simulacros e mistificações de reforma universitária, não poderia propor nenhuma modificação que realmente significasse a admissão de novos valores em lugar daqueles que proclama perenes. A universidade monta todo um sistema defensivo e opressivo para impedir a entrada nos seus augustos recintos não só de docentes não comprometidos com os grupos dirigentes, mas sobretudo da grande massa de postulantes estudantis, cuja força viria impor decisivas alterações de estrutura. O processo de escolha do professor não se destina a escolher *um novo* professor, mas justamente a escolher o *mesmo* professor, na pessoa de outro indivíduo. O novo professor não é um sucessor, mas uma duplicata.

Deste modo, ficam patentes o erro e o dano causados ao progresso do país pelo privilégio magisterial da vitaliciedade da cátedra. Como só estamos examinando alguns aspectos sociológicos do problema, não diremos uma só palavra sobre os seus inconvenientes pedagógicos, inclusive a imoralidade e injustiça que acarreta a ocupação indefinida do mesmo território pelo "inimigo", sem haver meios das correntes sociais progressistas forçarem a sua remoção. Basta-nos indicar a causa da sustentação deste privilégio; por parte dos beneficiados, é óbvio, pois se trata de mantê-lo impunemente e sem sobressaltos no prestígio e na indolência que caracteriza a maioria; e por parte da classe dominante em geral, porque lhe convém a imobilidade da corporação professoral, tão afastada da realidade brasileira, das agitações, exigências e pressões que aí se passam, que permite aos grupos dirigentes acreditar que, ao menos neste setor, não terão de enfrentar sérias preocupações.

Universidade e classes sociais

Apenas em ligeiras proposições iremos nos referir a este assunto que, por sua complexidade, demanda estudo aprofundado, aqui impossível de realizar. Desejamos tão-somente nos referir, de forma elementar e geral, ao papel das diversas classes representadas na universidade ou com as quais a instituição tem de entrar em contato. Na sociedade dividida em classes, o embate entre estas preenche todo o espaço social, repercute em toda parte, de maneira que a universidade, mesmo se esforçando por se conservar alheia aos acontecimentos e ao exame do processo nacional, não pode deixar de refletir, ao menos passivamente, os ecos das lutas travadas na comunidade. Por mais que finja manter-se alheia a tais divisões e choques, no pequeno mundo de suas faculdades e escolas é visível o mesmo processo de violento conflito entre forças sociais anacrônicas e reacionárias e forças originais, surgidas da dinâmica do processo brasileiro no presente momento. Por menos que se interesse pelo problema do desenvolvimento do país, as transformações gerais em curso a afetam e criam nela particulares aspectos da sua realidade, que apontaremos resumidamente.

A primeira questão a levantar é esta: "Que classes compõem a universidade?" Evidentemente nela se encontram presentes todas as classes, o que tiraria toda a originalidade à pergunta, não fosse o exame *do modo como* se acham presentes as diferentes classes, como se distribuem, em que proporção e em que condições. Estas são, pois, as verdadeiras indagações a fazer. A burguesia, classe dominante na sociedade brasileira, em geral, é igualmente dominante na universidade. No corpo docente esse domínio é praticamente total. Nem podia deixar de ser assim, pelas razões expostas, pelas quais se compreende que o país atrasado e subjugado não está em condições de ter outra espécie de universidade senão a que satisfaz os interesses

da classe dominante, única que tem recursos suficientes para sustentar um organismo espoliativo, a bem dizer parasitário das energias da nação, alienante de sua consciência autêntica, pelos indiscutíveis benefícios que a manutenção dessa instituição lhe proporciona. Portanto, o domínio incontestado e indisputado da burguesia na universidade é fato normal e perfeitamente compreensível. Sua coesão de classe fica demonstrada pelo comportamento praticamente unânime e reações comuns, quando está em jogo a Carta dos seus privilégios, que eufemisticamente rotula de "autonomia", como se numa sociedade dilacerada por conflitos radicais alguma instituição pudesse ser imparcial, autônoma, não dirigida pelo embate de forças externas mais poderosas que ela própria. No país onde a universidade é peça do dispositivo de domínio das camadas sociais espoliadoras, a autonomia universitária revela-se sempre nociva aos interesses do povo, pois ajuda, mediante as ficções jurídicas que engendra, a manter distante do controle social, pelas massas trabalhadoras, esse instituto, que se julga entidade à parte. Os estudantes são as vítimas prediletas desta ilusão que nos incumbe denunciar. Quando reclamam a "autonomia" da universidade, acreditando, de boa-fé, estar prestando serviço à cultura e defendendo os seus direitos como estudantes, estão fazendo, sem o saber, o jogo da *clique* universitária dominante, que justamente quer se tornar "autônoma" para fugir a qualquer embaraçosa vigilância, inclusive por parte dos próprios estudantes. Estes são os primeiros a sofrer as perniciosas conseqüências de tal autonomia, que logo se volta contra eles, deixando-os desligados dos seus naturais suportes e aliados, as massas trabalhadoras, e à mercê dos caprichos e negócios dos grupos dirigentes. Na sociedade dividida em classes opostas, sendo a universidade sempre instrumento da facção poderosa, há toda vantagem em restringir-lhe a autonomia, submetendo-a ao atento e ininterrupto controle do setor público, principalmente do Parlamento, a fim de que não possa se escudar naquele eufemismo para praticar, contra o bem do povo, a política de formação de uma elite cultural alienada, conforme convém aos propósitos dos dominadores. Só na sociedade que já resolveu os seus conflitos básicos, e estabeleceu, entre outras medidas, o cogoverno de docentes e estudantes, a universidade pode e deve ser autônoma. Porque, em tal caso, sua identificação aos interesses de todo o povo está previamente assegurada, e não há motivo para que este a mantenha sob constante vigilância. No caso brasileiro, o que há para fazer é justamente reduzir cada vez mais a autonomia didática e administrativa da universidade, a fim de torná-la mais dependente das forças sociais progressistas, as massas e o povo em geral, representadas pelos agentes políticos da comunidade e sobretudo pelos estudantes. Nas atuais condições, a autono-

mia é um mito que só convém à classe professoral dominante para lhe assegurar o ócio e a irresponsabilidade perante o restante da nação, sustentando-lhe o ridículo e prejudicial orgulho de “falange eleita” da cultura. É possível que os estudantes, à primeira vista, não compreendam bem esta tese e até se rebelem contra ela, tão habituados estão a repetir acriticamente o estribilho da defesa de autonomia. Mas estamos certos de que um pouco mais de reflexão sobre os motivos que apontamos e um debate franco sobre o assunto os converterão à idéia, aqui exposta, da inconveniência, *por enquanto*, de exigir uma suposta autonomia que só os prejudicaria, roubando-lhes a força de que dispõem como representantes autênticos do povo. Só se admitirá a autonomia da universidade quando esta pertencer ao povo.

Se examinarmos a composição do corpo discente, verificaremos que as condições de ingresso na universidade excluem de modo geral a entrada de elementos da baixa classe média e quase totalmente da classe trabalhadora. Para citar um exemplo que se repete regularmente em todas as faculdades do país, apresentaram-se este ano cerca de 1.700 candidatos ao chamado exame vestibular da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, havendo apenas 120 vagas. Este fato, do ponto de vista sociológico, é rico de profundos ensinamentos. A conclusão, para dizê-la de uma vez, é que a classe professoral dominante não deseja que o povo como tal tenha ingresso na universidade. Para cobrir com o manto da hipocrisia este inconfessável propósito, não é difícil recorrer à sempre maleável pedagogia e encontrar razões para este criminoso “estudanticídio”.

O motivo mais freqüentemente alegado é o de que os estudantes não estão “preparados” para o curso superior; e secundariamente argúi-se também não haver instalações que comportem a vultosa massa dos pretendentes. Sob a respeitabilidade destes argumentos, ocultam-se na verdade os interesses da classe dominante na sociedade, que encomenda à universidade proceder aquele estudanticídio a que nos referimos. Os motivos aduzidos são em si mesmos improcedentes, como veremos; mas o importante são os fins secretos que determinam essa intencional hecatombe estudantil. O que, de fato, se deseja é proceder a tal triagem inicial nos cursos doutorais que praticamente só permitam a entrada de elementos procedentes das classes abastadas, os postulantes que cursaram os melhores (?) colégios secundários, tiveram dinheiro para comprar livros, horas livres de trabalho para ler, tomaram professores particulares, “explicadores”, para

os ajudarem, e, enfim, por mil recursos outros só acessíveis aos filhos de famílias abonadas, se prepararam melhor para a difícil prova. É visível o fator de classe nessa seleção. O aluno pobre, que cursou colégios suburbanos, onde os professores são com frequência menos eficientes, em virtude da pobreza e má remuneração, os estudantes que trabalharam durante o dia e só dispuseram de poucas e cansadas horas para estudar à noite, esses evidentemente se apresentarão “mal-preparados”, mas esses são os verdadeiros elementos do povo, os filhos de trabalhadores, trabalhadores eles próprios, que se vêem expulsos da faculdade pelo crime de serem pobres e não se mostram tão capazes nas sibilinas, ridículas e antipedagógicas provas a que são submetidos. O exame vestibular não representa na verdade um exame nem um concurso de habilitação, mas uma operação de guerra, pelo qual a classe dominante estabelece em torno das faculdades um “fogo de barragem”, um cerrado canhoneio, a fim de conter a bala, a metralha, o assalto das massas que desejam ocupar a cidadela do saber. Por isso, um dos objetivos máximos da luta estudantil tem de ser a eliminação dessa manobra de artilharia realizada pelos poderes universitários, único meio de abrir a universidade ao povo, a quem realmente pertence. Terá de haver outro procedimento que exclua os incompetentes ou insuficientemente habilitados, mas não o atual regime de dizimação das esperanças da juventude.

Tanto mais quanto sabemos que, sob a capa de procedimento pedagógico, se esconde uma prova de submissão ao imperialismo, pois na maioria dos casos este esforço de “seleção” foi recomendado ou imposto pelos convênios que as faculdades brasileiras mantêm com instituições ou fundações estrangeiras, as quais desta maneira exercem o seu papel aparentemente aperfeiçoador do ensino, mas na verdade, tendo por fim afastar o povo das escolas superiores, reservadas para a classe alta, sua natural aliada. Os 1.580 alunos que ficaram impedidos de entrar na Faculdade de Medicina, descontados, é claro, o pequeno contingente de realmente incapacitados, irão deixar de ser os médicos do futuro. Mesmo admitindo-se — o que é falso — que, pelo seu “mau” preparo inicial, não viessem a se tornar médicos “perfeitos”, o que de fato ocorre é que deixarão vagos os lugares de médicos diplomados, os quais serão ocupados pelos curandeiros, práticos de farmácia de roça, benzedores, aplicadores de “passes”, e tantos outros facultativos, que, no país subdesenvolvido, formam a longa e ininterrupta escala da função médica no meio social pobre. Quando, mais tarde, os economistas alienados, examinando a realidade do país subdesenvolvido, notam que um dos índices desse estado é a baixa proporção de médicos em relação ao número de habitantes, cometem o grave engano de não levar em conta a multiplicidade de profissio-

UFFF...CECH BIBLIOTECA S. ADOLFO

nais que de fato desempenham funções médicas na sociedade, para só levar em conta os que se diplomaram em escolas regulares. Mas não dizem que, se os curandeiros e rezadores executam o trabalho de médicos do povo, e com a sua total ausência de conhecimentos científicos prejudicam seriamente a saúde da população, isso se deve a causas sociais, a pressupostos de classe, que impediram a preparação de maior número de clínicos. Cria-se este trágico círculo vicioso: o país atrasado não tem médicos formados que o tirem da condição de atrasado, porque a classe dominante, beneficiária do atraso, não os quer formar, para não acabarem com o atraso.

Desmascaram-se, assim, os argumentos que falsamente defendiam o rigor da seleção às portas da universidade. Quando os rigorosos lentes declaram que os candidatos na sua absurdamente grande maioria estão “mal-preparados” e por isso não há outro remédio senão reprová-los, mesmo a contragosto, o que se tem de perguntar não é: “por que isso se dá?”, mas: “mal-preparados *para quê?*”. Aqui está o segredo do assunto. Os dirigentes universitários desconfiam, com razão, que os vestibulandos são em sua maioria mal-preparados para se submeter ao jogo das classes dominantes, pela sua origem popular. Este é o seu verdadeiro mau preparo e por isso são julgados incompetentes para o estudo superior, cortina de fumaça para justificar a expulsão inicial. Não contando com a solidariedade futura do maior número dos que ingressariam na universidade, convém “apertar” o mais possível os exames, verbo que admitiria a tradução simbólica de “tornar mais perto” da classe dominante os pretendentes ao estudo excelso. Tudo é feito para não dar às massas o preparo que seria necessário ao seu ingresso na universidade, e depois declara-se que os estudantes não passam nos exames porque não estão preparados. É preciso insistir neste ponto: é claro que estão mal-preparados, pois foram preparados para não estar preparados! Assim, se denuncia o primeiro sofisma da classe professoral.

O segundo — a falta de instalações apropriadas — tem o mesmo valor. É outro álibi dos perpetradores do *estudanticídio* do vestibular. As instalações de ensino do país pobre são por definição inadequadas, mas só virão a ser melhoradas e estendidas a todos os que dela necessitam por esforço do povo, se este tiver o livre comando do seu destino. Sendo, ao contrário, curatelado por uma minoria de pedagogos bem-remunerados, as instalações exigidas para o povo nunca chegarão a ser feitas, porque o fator que as concretizaria, o poder das massas, está ausente. De outro lado, o grupo dirigente, para efeito de impedir a ampliação judiciousa das instalações, malbarata os

fundos destinados à construção de escolas em grandiosas e às vezes realmente admiráveis edificações, com prejuízo da única finalidade, a de servir ao povo abrigando o maior número de estudantes.

Vemos, assim, que sutis processos a universidade utiliza para excluir de si a imensa maioria dos que solicitam ingresso, alegando motivos diversos, mas revelando através dos seus sofismas o permanente intuito que a move: afastar a classe trabalhadora, pois sabe que dela é que procederia a maioria dos elementos recusados. Precisa eliminá-la da sua estrutura porque a entrada do contingente oriundo do povo viria alterar a composição de classe da universidade, fazendo pender francamente para o lado das massas o periclitante equilíbrio agora existente. Como a universidade para a maioria do corpo congregado é um biscoite intelectual, um local de exercício ocioso, o "local de trabalho" de tantos professores faltosos, dos rotineiros repetidores de aulas preparadas há dezenas de anos, ou dos que "enchem o tempo" com improvisadas preleções, tem de recusar o trabalhador *justamente porque é trabalhador*, porque, se o deixasse entrar nas faculdades, criaria problemas e exigências de aprendizado para o trabalho efetivo, atualmente ignorados. Tanto é assim que, ao lado das universidades de erudição, estão se criando as universidades do "trabalho", numa irônica referência às outras, que ficam definidas como não sendo do trabalho, nem para o trabalho.

A ociosidade a que constantemente nos referimos, como atributo específico do corpo magisterial precisa ser interpretada pelo ângulo sociológico e não segundo padrões de valoração ética. Possui variável significado, desde o não comparecimento às aulas, a displicência no desempenho delas, até a inutilidade da matéria ensinada. A ociosidade não é um vício moral, mas um comportamento de caráter ideológico. É uma forma de comportar-se o docente pela qual se omite o debate dos problemas que realmente são vitais para o povo.

Só entra para a universidade mínima quantidade de estudantes procedentes das classes proletárias.

As condições gerais da sociedade cancelam em bloco a possibilidade de acesso de todo o povo à cultura superior. Se não têm anseios de alcançar nem o grau primário, não há como esperar que aspirem aos conhecimentos mais elevados. Os poucos enviados por famílias de trabalhadores ou de modestos funcionários, à custa de ingentes sacrifícios, são entregues à universidade justamente para se evadirem da classe proletária. É o caso do pai trabalhador humilde que almeja ver o filho "doutor" exatamente para que este não se torne

um trabalhador, como ele. Este fato tem alguma importância sociológica porque demonstra que a relação entre a universidade e as classes proletárias é tal que conduz a transformar os raros estudantes de origem trabalhadora em renegados da sua classe, fáceis e dóceis instrumentos da classe superior, na qual desejam sofregamente se integrar. A universidade contribui, assim, para engendrar no filho do trabalhador a consciência do transfugio e fazer dele elemento dos mais reacionários no seio dos movimentos estudantis.

Caberia examinar em seguida o papel da classe média na composição da massa estudantil e dos grupos professorais. Quanto a estes últimos por origem e status social, são eles na quase totalidade membros desta classe. Mas as condições muito peculiares em que são obrigados a atuar os transferem para o âmbito da burguesia econômica dominante a cujo serviço se põem e os convertem em cúmplices dela, a não ser nos casos de reivindicações onde tenham tudo a ganhar em se apresentarem como membros da classe média, o que se dá, por exemplo, quando reclamam aumento de salários, propinas, paridade de vencimentos etc. Sendo a classe dominante quem dita as condições para a entrada do professor na posse da cátedra, é evidente que o obriga a prestar *juramento de fidelidade* aos suseranos da universidade, de quem recebem os proveitos e as honras que tanto valorizam. Consiste esta sagração em jurar defender em qualquer caso os valores da classe dominante, o que transforma um insignificante indivíduo, originário da classe média, em digno e eficiente representante da classe proeminente. É verdade que, como dissemos, em certas ocasiões esse mesmo indivíduo volta, episodicamente, a comportar-se como membro da classe média, mas seu comportamento, mesmo nestes casos, é limitado, vacilante e ambíguo, pois jamais lhe será lícito ultrapassar o limite que o levaria a opor-se frontalmente à classe dominante, enquanto tal, a contrariar os seus objetivos essenciais ou a desligar-se dela. Daí a debilidade, o incolorido, a entranhada duplicidade de que se reveste qualquer protesto partido da cúpula da universidade, quando estão em jogo autênticos interesses nacionais ofendidos pelo imperialismo. Quando não se omitem — caso mais freqüente —, as congregações e os conselhos, nas suas tímidas manifestações, nunca se afinam com as vozes dos estudantes que, estas sim, soam como brado sincero de revolta, indignação e decisão de luta.

Temos de examinar agora o papel do estudante, enquanto também membro da classe média, na composição da universidade. Sabendo-se ser quase impossível a entrada de elementos nascidos no proletariado, compreende-se que, à parte diminuta fração procedente

diretamente da alta burguesia, o grosso da massa estudantil tem de provir da classe média. Como esta classe acha-se em rápida transformação, passando a exercer papel cada vez mais ativo no processo do desenvolvimento nacional, em virtude de sua progressiva proletarianização, os elementos dela oriundos irão justamente constituir as vanguardas estudantis. Com efeito, são eles os que em primeiro lugar sentem sua inevitável próxima identificação com as massas trabalhadoras, urbanas e rurais. Logo, são naturalmente compelidos a propugnar pela ascensão das classes trabalhadoras, pois sabem que, muito honrosamente, o destino que os aguarda é passarem a membros dessas classes. Percebem que cada vez mais lhes será difícil instalar-se nas posições rendosas da classe dominante, que se reduz em número à medida que se multiplicam as massas; por isso, além da espontânea generosidade da juventude, esposam necessariamente os ideais da classe trabalhadora, que precisam ver melhorada, pois será brevemente a sua, cerram fileiras com ela e tendem a se constituir em fração das forças sociais revolucionárias, dentro e fora da universidade. Como o mesmo não acontece com o “seleto” corpo professoral, que prestou juramento à classe superior, explica-se por que motivo pode haver, e de fato existe, a luta de classes no interior da universidade.

À primeira vista pareceria incompreensível que isto acontecesse, tratando-se, no conjunto, de elementos originários da mesma classe. O choque social torna-se, entretanto, inteligível quando se atenta para o fato de que a universidade, pelas condições de sua estrutura, impõe uma diferença de destinação ao grupo de indivíduos oriundos da mesma classe média. A uns, — os professores, — a classe dominante, pelo mecanismo da carreira universitária, converte, na quase totalidade, em seus vassallos, enquanto a outros, os estudantes, por efeito contrário, mas do mesmo mecanismo, converte em ardorosos combatentes da luta reivindicatória das massas. Pode haver, e de fato há, luta de classes na universidade porque o processo social, forçando a proletarianização de imenso contingente da massa estudantil, torna irrealizável a pretendida “conversão do gentio”, a que nos referimos em páginas anteriores, a qual só ocorre em escala bem mais reduzida do que a desejada pelos que a empreendem, deixando, portanto, à classe dominante, como única oportunidade, a conversão do próprio grupo magisterial. Embora a “conversão do gentio” estudantil seja um dos objetivos máximos da universidade, o processo espoliador exercido pela classe dominante sobre o conjunto do país, operando no sentido de proletarianizar imenso número de “pagãos”, impermeabiliza-os à catequese dos missionários catedráticos. O elemento que devia ser convertido torna-se resistente à conversão.

Restam apenas como naturais componentes estudantis reacionários no âmbito universitário os rebentos diretos da classe alta e alguns poucos "parvenus", ou seja, elementos originários das camadas mais humildes, que, por isso mesmo, têm mais pressa na sua ascensão pessoal, e acreditam que o melhor modo de fazê-lo consiste em se identificarem em tudo aos seus colegas de procedência nobre.

Estas reflexões ajudam-nos a desfazer um equívoco corrente sobre os desajustes internos na universidade, que importa imediatamente afastar. Referimo-nos à idéia de que os desencontros que têm lugar nas faculdades sejam causados pela "luta entre gerações". Trata-se de um conceito freqüente, o qual, além de totalmente errôneo, é de todo nocivo, por servir para ocultar a natureza do choque essencial que se dá no processo universitário e constitui o seu primordial motor. O conceito de "luta de gerações", de cunho meramente literário e romântico, tem objetivamente significado reacionário. É uma tese da direita, que lamentavelmente consegue enganar mesmo alguns espíritos jovens não pertencentes a esse lado do processo. O que se entende por "luta entre gerações" é, na verdade, o processo diferenciador dos grupos de classe média, professores e alunos, por efeito da luta de classe que se trava, objetivamente, dentro e fora da universidade. Os professores não são reacionários porque sejam mais velhos, mas porque são obrigados a ter a práxis da classe dominante. Do contrário não seriam professores. E os estudantes não são "esquerdistas" ou "revolucionários" porque sejam mais jovens, e sim porque não têm outro destino senão unirem-se às camadas populares, nas reivindicações delas, a fim de um dia conhecerem condições dignas e humanas de trabalho. Por conseguinte, falar em "choque de gerações" para explicar as lutas estudantis é recorrer a uma imagem literária sem qualquer conteúdo sociológico, que não apenas nada explica, como serve de anteparo retórico para encobrir a verdadeira explicação dos fatos.

Aspectos do antagonismo entre as classes no âmbito universitário

Compreendendo que as agitações verificadas na vida universitária não se explicam nem por conceitos ingênuos como os de “mocidade insubordinada”, “fruto de uma época de crise”, “irresponsabilidade juvenil”, “falta de respeito dominante na sociedade atual”, etc., nem por interpretações literárias como a de “choque entre gerações”, temos de admitir, como única explicação científica das dissidências universitárias, o reflexo nos recintos do ensino superior do antagonismo entre as classes, que lavra em geral na sociedade brasileira. É um índice auspicioso, pois revela não estar de todo socialmente morta a universidade, visto nela repercutirem, e agora de maneira cada vez mais intensa, as contradições comuns a todos os setores da nossa realidade. Para analisar, com brevidade, os principais traços dessa luta, focalizemo-la por aspectos parciais, que, em conjunto, nos darão a idéia do fenômeno em exame.

1. Choque entre professores e alunos — Poderia parecer que, sendo estes os grupos escolares entre os quais existe a mais profunda oposição de interesses, fosse entre eles que se travasse a luta mais encarniçada e visível. Contudo, dadas as possibilidades do *presente momento*, tal não ocorre com a intensidade prevista, e as razões dessa aparente anomalia são a seguir apontadas. De fato, no país subdesenvolvido apenas em início da fase pré-revolucionária de suas estruturas sociais, a condição de aluno universitário representa um privilégio social, conquistado por muitos jovens de classe média a duras penas, ou recebido sem esforço pelos que descendem das camadas altas. Embora o ensino seja inteiramente insatisfatório, e a consciência juvenil disso tenha melhor que ninguém consciência e experiência, a simples qualidade de universitário já representa um triunfo pessoal

que, de certo modo, amortece a disposição de lutar por transformações mais amplas. Constitui título altamente nobilitante para o estudante brasileiro verificar-se que, apesar desse fator amortecedor, seu ânimo combativo, ao invés de esmorecer, se acerba e desenvolve cada dia. É que o jovem universitário se encontra submetido a duas tendências contraditórias: aliar-se às classes dirigentes, na esperança de no futuro tornar-se sócio dos seus privilégios, ou fazer-se membro militante das classes trabalhadoras, que forcejam por transformar, em favor de sua humanização, as estruturas da sociedade brasileira. O que observamos com orgulho é ser sempre maior a fração da juventude que se desliga dos compromissos com os grupos exploradores, junta-se às massas e assume a defesa de suas causas. Mesmo assim, a divisão persiste, o que leva a certo esfriamento na tensão interna das faculdades, dando a aparência de tranqüilo domínio dos preceptores oficiais. Apesar deste insuficiente impulso das massas estudantis, que sofrem ainda de vacilações e mesmo de cisões interiores, suas campanhas a favor da independência econômica do nosso país, o apoio à legalidade, quando se viu ameaçada, a simpatia pela revolução cubana, o repúdio às autoridades administrativas totalitárias, obtusas e reacionárias têm sido sempre vitoriosos, com vexatório silêncio ou recuo das hostes professorais. De agora em diante as exigências estudantis tendem a crescer. Levantam hoje a bandeira da reforma universitária que será, sem sombra de dúvida, triunfante muito em breve, quando veremos implantados nos dispositivos legais da universidade muitos dos direitos que, neste trabalho, reclamamos. A força crescente do movimento estudantil não pode, entretanto, manifestar-se apenas no terreno interno da universidade, na oposição a determinados professores ou diretores que excedem a taxa normal do reacionarismo; seria esse um erro que o condenaria a um jogo infecundo, sem saída, ou a um puro desgaste, a uma luta contra nada. cremos que os estudantes já estão compreendendo esta idéia, que constitui uma das teses decisivas de nosso pequeno trabalho: a luta pela reforma universitária tem de travar-se muito mais fora do que dentro da universidade.

Conforme explicaremos a seguir, a reforma tem de ser feita *de fora para dentro*, por via política, e por força do potencial social adquirido pela classe estudantil nas suas ações de rua, na participação progressiva em todos os grandes problemas que dividem a opinião pública, enfim, numa luta cujo palco é muito menos a aula que o comício. Por haverem compreendido este fato, ou estarem começando a entendê-lo espontaneamente, os estudantes brasileiros, com toda razão, cada vez mais se estão desinteressando das diminutas contendas internas na universidade, contra os seus naturais adversários, o grupo

detentor do poder pedagógico e administrativo, o que faz crer em certo arrefecimento das tensões interiores. Claro está que não preconizamos a cessação das pressões internas, longe disso; apenas devemos compreender que não será jamais por esse caminho exclusivamente que os estudantes realizarão a desejada reforma da universidade. A classe professoral, como sabemos, não existe por si, com seus ruinosos efeitos sobre o processo do nosso desenvolvimento, mas existe por outra, a camarilha financeira e as altas cúpulas políticas, que favorecem a indolência cômoda ou a agitação estéril dos personagens docentes; logo, não teria sentido combatê-la frontalmente como se, uma vez desalojando-a do poder no recesso das universidades, estivesse resolvido o problema da libertação cultural do povo e desbaratados os seus inimigos. Seria isto um modo simplista de pensar, pois, como dissemos, aqueles grupos não existem por si, mas por outrem, e de nada vale a troca de alguns indivíduos por outros semelhantes, como se daria fatalmente, enquanto não for rompido o poder que os agentes dominantes, movidos por interesses antinacionais, exercem sobre a universidade. Os estudantes devem, pois, compreender que de um lado são forçados a se opor aos professores estacionários e obscurantistas, aos diretores obtusos e façanhudos, aos reitores pomposos e ineficientes; mas de outro lado, sabem que não devem esperar grande coisa dessa luta, *enquanto tal*, pois jamais será por essa via que conseguirão transformar as escolas superiores em órgãos a serviço dos interesses nacionais. Sua luta tem de ser em grande parte indireta, e só em reduzida fração se trava no interior da universidade, sobre assuntos ou casos episódicos aí ocorridos. A pregação da reforma universitária tem de ser feita ao povo, como aliás a das demais reformas exigidas pelo país, e não aos eruditos catedráticos que nela só vêem um motivo de perturbação do sono.

Em virtude das condições peculiares da atual massa estudantil, os choques entre professores e alunos iniciam-se e processam-se no "front" discente mais radical. Daí a tranqüila dominação da camada professoral, cujos privilégios só raramente são diretamente discutidos, cujas aulas são ouvidas com a indiferença que merecem, só em ocasiões excepcionais interrompidas por uma pergunta indiscreta ou tímida objeção. Os alunos na sua grande maioria, mesmo descontentes, preferem manifestar seu julgamento nos comentários jocosos de corredor. A indiferença sendo ainda para a maior parte dos estudantes a melhor política, a que lhes facilita atravessar com o mínimo de aborrecimentos os penosos anos de vida escolar, compreende-se porque só alguns raros exemplares de lúcida e valente consciência se atrevem a questionar o professor inepto, rotineiro, palavroso ou retrógrado. Este fato constitui excelente demonstração de que a luta

estudantil não pode ser travada por combates singulares, mas é luta de toda uma classe contra representantes de outra, atualmente antagônica no seu conjunto. Observe-se que as vanguardas estudantis progressistas não se colocam, nas diferentes escolas, contra os professores conservadores, enquanto pessoas, muitos deles cidadãos respeitáveis, alguns até simpáticos, e portadores de indiscutível saber; chocam-se contra os interesses da classe dominante representada por tais professores. Não devemos desconhecer também o papel nefasto exercido pelo estudante conscientemente reacionário, que se dispõe a hostilizar os raríssimos professores progressistas. Estes terão de suportá-los como parte do ônus da posição ideológica que assumiram, e, a par dos esforços intelectuais por esclarecê-los, apelar para a solidariedade das grandes massas estudantis descomprometidas, nacionalistas, anti-reacionárias.

2. Choque entre professores — Dada a fundamental homogeneidade de interesses da classe econômica e politicamente dominante, e levado em conta o controle absorvente que exerce sobre a universidade, fica excluída, por definição, a possibilidade de verdadeira luta entre frações ideológicas no grupo professoral. O processo de recrutamento, já indicado, elimina na prática qualquer *chance* de entrada de algum elemento discordante, e por isso não pode haver real luta de classe entre os professores. Isto não impede, entretanto, que se digladiem em contendas furiosas e freqüentes, a ponto de se dizer que existe nesse estrato dirigente o estado de permanente guerra de todos contra todos. Mas, — tranquilizemo-nos —, não se trata de conflitos verdadeiramente sérios e sim de simples desavenças pessoais, que dizem respeito apenas a interesses subalternos, e com freqüência vergonhosos, de alguns dignos membros da confraria, prejudicados por outros mais ágeis e habilidosos. Não são brigas “pra valer”, mas passageiros pugilatos, ocasionados por algum mal-entendido, na ocasião da “divisão do bolo”. Isto não impede que sejam violentos e conduzam a ridículas alterações que, algumas vezes, poucas, é verdade, chegam a dar idéia de se tratar de divergências ideológicas. Mas, logo a seguir, se desfaz essa impressão ao se verificar não passar o conflito, como era de esperar, de simples rixas administrativas, nas quais a vaidade ofendida, o insucesso na obtenção de pretendidas vantagens adicionais e outros motivos da mesma grandeza, lamentavelmente levam a discórdia ao seio das colendas congregações. Estas manifestações de animosidade e as veementes batalhas administrativas que desencadeiam têm importância na análise sociológica, porque, referindo-se a uma classe por natureza ociosa, conforme sabemos, pareceria dever ser quiescente e harmônica, mas tal não acontece, quando a vemos digladiar-se nos pitorescos episódios que tantas

vezes presenciamos. A razão dessa aparente contradição está em que, justamente por ser classe ociosa, só pode travar a “luta ociosa”, o “combate simulado”. Não havendo essenciais antagonismos de interesses, que esses só nascem de diferenças de posição no processo social produtivo, apenas as frustrações individuais explicam as deprimentes colisões. Revela-se aí um aspecto significativo de caráter mais geral: toda vez que uma classe é homogênea, por efeito dos seus comuns interesses, decorrentes da posição que ocupa no processo da produção social, a *discórdia universal* entre seus membros, luta de todos contra todos, constitui expressão de *harmonia particular*, a da classe enquanto tal.

Esta nos parece a interpretação a dar às desavenças entre docentes, que naturalmente tais personagens procuram mascarar como divergências em torno de questões pedagógicas, sempre em benefício do maior proveito do ensino. Cada qual das partes manifestantes procura demonstrar seu maior devotamento à universidade, na defesa da sua cadeira, cujos “direitos” são freqüentemente objeto de controvérsia ou de espezinhamento por parte de algum colega, na obrigação em que se acha o mestre de zelar pelos alunos e pelos devotados e submissos auxiliares, na conquista de maiores verbas, com que aprimorar as instalações da cadeira, etc., e em tantos outros monótonos refrões dos debates nos quais se consome o tempo nas reuniões das congregações.

A classe professoral possui real homogeneidade quando a analisamos nos seus comportamentos globais. Contudo, isso não significa inexistir no corpo docente, ao sabor das circunstâncias, certo agrupamento momentâneo de indivíduos, que desempenham o papel de “esquerda” em determinado problema ou em dada reunião da congregação ou dos conselhos técnicos e universitários. Ao lado desta “esquerda” eventual, relativa e variável, devemos contar um número extremamente reduzido de verdadeiros homens de esquerda, por convicções ideológicas, mas estes são tão poucos, que praticamente só há que contar com a “esquerda” ocasional, formada por elementos que, por esta ou aquela razão, tomam, no momento, atitudes contrárias às direções das faculdades e das reitorias, e desempenham, na maior parte dos casos, papel progressista com essa simples resistência ou reclamação. Não se confunde este efêmero comportamento com a nítida atitude progressista, contudo seu valor não é nulo, donde convir aos estudantes saber explorar estas curtas e inconsistentes correntes de “oposição”, para tirar o maior proveito de tal força antagônica aos grupos reacionários. Tentaremos breve classificação dos

tipos professorais que formam a possível e ocasional “esquerda” dentro da universidade, desde os enfatuados até os raríssimos portadores de autêntica consciência crítica.

Diríamos que a “esquerda” professoral se compõe das seguintes espécies numa escala de infinitos matizes: o frustrado; o ressentido; o brigado com o diretor; o tipo vulgarmente conhecido como “espírito de porco”; o indeciso, que no momento e sem motivo definido vota num colega de “esquerda”; o que se declara homem de “esquerda” da boca para fora; o bajulador do aluno; o populista; o “revoltado com o atual estado de coisas”; o preguiçoso; o retardatário; o faltoso, que racionaliza a sua posição pela crítica à universidade; e finalmente, o homem de esquerda ideologicamente autêntico.

Muitos outros tipos poderiam ser citados, mas estes são bastantes para dar idéia da inconseqüência ideológica e da ingenuidade reinante no âmbito universitário.

Esta parcela de professores, cuja composição determina o caráter dos protestos que emite, configura a “oposição”, apenas *nos quadros dos poderes universitários constituídos*, e não uma tendência renovadora profunda. Não obstante isto, é inegável que não devemos omitir a luta travada no próprio corpo professoral, como reflexo das lutas que se travam fora dele. Apenas é necessário ter bem presente que, a cada reunião da congregação, variando os motivos de “oposição” de semana para semana, varia também a composição da corrente de “esquerda”, por um lado, e, por outro, contribui essa variação para determinar com justeza a força que possui o núcleo de autênticos inovadores. É importante assinalar a atuação dos assistentes e livres-docentes, nos quais se vislumbram às vezes personalidades progressistas, diferentes dos que tudo fazem para adular o professor de quem dependem. São principalmente os explorados pelo catedrático relapso ou ausente que carregam a maior parte dos encargos docentes.

3. Embate entre os alunos — Na fase atual, as divergências entre setores estudantis exprimem o processo de desagregação da estrutura alienada da universidade, há pouco sólida e uniforme como instituição, onde, por conseguinte, a parte discente se achava integrada no sistema que a envolvia, ao qual se identificava, sem possibilidade de diferenciação interna. Agora, porém, em função da etapa em que se acha o processo de desenvolvimento do país, e da luta entre grupos e classes sociais que acarreta, o meio estudantil se vê invadido pelas mesmas divisões gerais da sociedade, apenas assumindo aqui aspectos

particulares, por sinal altamente auspiciosos. Referimo-nos ao fato de que, em vez de refletir mecanicamente a divisão externa, com a mesma proporção dos contingentes antagônicos na sociedade em geral, na sociedade particular estudantil, o setor progressista é proporcionalmente muito mais extenso. Deve-se este resultado às condições, já apontadas, que tendem a fazer da classe discente um segmento da classe média em acelerada marcha para a proletarização. Deste modo, no seio do estudantado, os indivíduos mais capazes percebem logo a necessidade de se desligarem dos compromissos que, por sua origem, tenham com a classe dominante e de se associarem de corpo e alma às lutas das massas trabalhadoras. Há setores resistentes, sem dúvida, e a divisão se estabelece. Mas ainda lamentável não se ter conseguido a completa unidade estudantil, esta coesão acha-se tão adiantada que, para fins externos, e sobretudo graças ao concurso de admiráveis líderes, o estudantado brasileiro se apresenta aos olhos dos grupos reacionários como classe revolucionária, cujos movimentos são suspeitos, perigosos e requerem a mais atenta repressão, levada às violências mais brutais. Mesmo incompleta, a feliz divisão do estudantado e o avanço fulminante das vanguardas progressistas constituem o mais inequívoco sintoma de que a universidade perdeu definitivamente a homogeneidade tradicional, própria da fase em que a alienação era universal, pacífica e absoluta. A atuação da União Nacional dos Estudantes como poder público na sociedade brasileira, indisputado e irreprimível, tem um significado que ultrapassa de muito o âmbito da questão universitária, pois pertence ao panorama sociológico geral do país. O traço capital revelado pela análise das lutas estudantis na presente conjuntura brasileira consiste em não serem elas travadas em torno de objetivos exclusivamente internos à vida universitária, mas terem cada vez mais *caráter político*, serem lutas com fins políticos gerais. O simples objetivo universitário é hoje um motivo menor, ineficaz, na diferenciação dos grupos estudantis; o que os divide agora são os objetivos políticos, ideológicos, que se defrontam no terreno da sociedade brasileira, como totalidade.

Este resultado necessita exame mais detido. O estudante descomprometido com os propósitos da camada dirigente compreendeu que sua atividade principal tem de ser de caráter político, pois só por essa via verá realizados os seus ideais. A forma como se manifesta essa compreensão é necessariamente o estabelecimento de sólida unidade operário-estudantil-camponesa. O estudante percebe a esterilidade da luta estritamente universitária, em face da grandiosa tarefa, que lhe incumbe, de empenhar a sua inteligência e cultura nas batalhas libertadoras do povo brasileiro. Mas não o faz apenas por generosidade e espírito patriótico. Estabelece a comunidade de ação com

as classes trabalhadoras porque descobriu por experiência que somente desse modo verá realizados seus projetos de reforma da universidade. Os estudantes, tendo compreendido que jamais terão meios por si sós para fazer a reforma universitária, que a classe dirigente há de sempre obstar, percebem que precisam se unir aos setores proletários mais politizados, pois os seus interesses são os mesmos, — a reforma geral da sociedade — de que a transformação da universidade é apenas caso particular. O estudante brasileiro, pela palavra e pela ação dos seus líderes mais capacitados, reunidos na entidade social que é a UNE, compreende que a peleja pela reforma universitária só tem sentido e probabilidades de êxito se concebida e executada como luta fundamentalmente política. Por isso, o estudante decidiu assumir um papel político de relevância até agora inédita no processo brasileiro, e a ele não renunciará por motivo algum.

Evidentemente a atuação prática em que se manifesta o surto da consciência estudantil põe em sobressalto a classe dominante, que começa a ver nas massas estudantis, secundaristas e superiores, um exército inimigo invasor do seu território, e nelas descobre, com razão, considerável ameaça aos seus privilégios e planos de ação anti-nacional. Para exorcizar esses maus espíritos, lança mão de dois recursos: a violência física e a propaganda ideológica. O primeiro consubstancia-se em atos de terrorismo como os recentemente ocorridos contra a sede da UNE, em agressões aos estudantes, proibições de seus encontros e manifestações públicas, mesmo aquelas de caráter cultural, como o teatro e o cinema; o segundo é mais sutil e a par do reforço para obter a penetração das ideologias específicas do grupo dirigente, recorre a certos lemas, que julga capazes de impressionar a consciência juvenil.

Um destes merece exame. É o que declara: “o estudante só deve estudar”. Vemo-lo repetido por todos os porta-vozes da reação, pedagogos, jornalistas e filósofos das associações comerciais e das federações de indústrias. Não consegue, é claro, qualquer efeito prático, mas merece exame pelo significado sociológico de que se reveste. O que há de importante neste estribilho é permitir a revelação de certos aspectos da consciência da classe exploradora. Em primeiro lugar, indica que esta toma conhecimento do preponderante papel que os estudantes estão conquistando na vanguarda das forças transformadoras da sociedade brasileira; em seguida, demonstra o empenho de afastar da luta política esse formidável contingente, porque sabe que, caso conseguisse confiná-lo nos pátios das faculdades, ver-se-ia livre de um dos mais perigosos adversários. Engajar o estudantado na luta *apenas universitária*, inclusive pela própria reforma universi-

tária, tal o estratagema mais refinado e inteligente do jogo da reação; compreende que todas as manobras lhe serão fáceis, desde que afaste da arena política as massas estudantis, inevitavelmente propensas a se identificarem com as legítimas causas nacionais. Quanto à frase em si mesma, a análise demonstra-lhe a inconsistência sociológica, no país subdesenvolvido subjugado ao imperialismo. No país onde imperam condições econômicas de espoliação e subserviência ao capital estrangeiro, e onde, por conseguinte, não estão asseguradas ao trabalho do povo condições humanas de exercício, o que fundamentalmente cabe ao estudante é lutar por conquistar essas condições, para si e para todos os trabalhadores. Ora, esta luta é, por natureza, política. Na sociedade atrasada e explorada, o estudo puro constitui atividade anti-social, pois seria o estudo que conduziria à inclusão na classe magisterial ociosa ou na classe econômica espoliadora, ou o estudo que entregaria o futuro profissional a um trabalho socialmente oprimido e explorado.

Aqui se denuncia a importância da investigação desta cavilosa legenda, que nos incumbe desmascarar com toda a veemência. No país onde não há efetiva independência política e real humanização do trabalho, o estudante vê-se obrigado, se estiver consciente dos seus reais interesses, ou se não quiser tornar-se um trânsfuga de sua classe, a dividir o seu tempo, consagrando parte não pequena dele aos debates sociais, à vigilância das ocorrências políticas e à participação nas lutas de rua, ao lado dos trabalhadores e dos camponeses. Deverá estudar, é evidente, mas não deve ser tão-somente um “estudante”, sob pena de incorrer no crime de deserção dos combates relativos aos problemas fundamentais do seu país, de ser acusado do feio pecado de egoísmo, ele que, como indivíduo, foi premiado na loteria social com a sorte grande de ingressar numa carreira universitária. A função de estudar é por essência a do estudante; mas *só é a única* no país onde se tenha realizado a plena humanização do trabalho, onde pequenas minorias não usufruam mais os bens criados pelo povo todo, deixando na miséria legiões de explorados, de doentes, de ignorantes. Temos, portanto, de apreciar o lema “o estudante deve estudar” na perspectiva histórica: é plenamente válido, e deverá ser cumprido no país onde existam condições tais de justiça social que esteja garantido o trabalho para o qual o estudo do estudante o prepara, condições de justo e satisfatório exercício. Em tal caso, não tem sentido, é claro, que o estudante se distraia da sua missão específica para se dedicar à porfia por objetivos que foram coletivamente realizados. Mas, no país atrasado e dominado, o estudo, se por um lado é a matriz da inteligência inútil e dos grupos econômicos exploradores, por outro lado é também a causa que contribui para

formar uma falange de jovens esclarecidos, prontos a combater contra o estado de coisas vigentes, pois representam a fração progressista e fecunda da elite intelectual no meio da ignorância geral causada pelo subdesenvolvimento. Quando, em tal caso, o estudante participa das refregas políticas, está simplesmente forcejando por preparar o terreno para o seu trabalho futuro, que resultará dos conhecimentos adquiridos na universidade. Logo, a luta política constitui apenas aspecto complementar da preparação total para a vida, que o estudante deve adquirir na universidade. No país dependente e espoliado, a preparação do estudante se cumpre em duas tarefas: a primeira, estudar o mais que puder, a fim de adquirir os conhecimentos indispensáveis ao trabalho futuro; a segunda, garantir as condições de adequado exercício desse trabalho quando vier a iniciá-lo. Esta última é que objetivamente toma a forma de luta política, a qual fica, assim, entendida como parte normal dos deveres do estudante, durante a sua passagem pelas faculdades.

Conclui-se, por conseguinte, que o lema: “o estudante deve somente estudar” é justo e legítimo, mais do que isto, é o ideal para que deve tender o processo universitário. Apenas não deve ser seguido neste momento, porque, se fosse, contribuiria para refrear o processo do desenvolvimento nacional independente, processo que, precisamente, irá criar as condições para que aquele lema tenha possibilidade de futura aplicação, justa e desejável. Tal como costuma ser enunciado neste momento, representa típico embuste armado pela classe dominante, que visa a afastar da liça considerável exército de ardorosos combatentes pelos interesses nacionais, deixando-os ocupados com o estéril debate de suas questiúnculas internas, com o exame de falsos problemas da reforma universitária — como a seguir diremos — criando, desta maneira, o estado de divisão das hostes estudantis que as torna ausentes da verdadeira batalha social.

A execução da reforma universitária

Tendo compreendido que o problema da reforma universitária é primordialmente de caráter social e portanto de execução política, fica desde logo excluída a linha de análise e os comportamentos que procurassem equacioná-lo como problema interno dos estabelecimentos escolares, didático, de simples reorganização do ensino, de melhoria de instalações, aumento de verbas, e tantos outros modos de concebê-lo ou de apresentá-lo, só convenientes às forças conservadoras, que não desejam a transformação da universidade em órgão do povo, a serviço da autêntica cultura nacional. Toda formulação do problema da reforma em termos exclusivamente administrativos ou pedagógicos precisa ser repelida com energia como mistificação dos serviços da classe dominante, para, desde o primeiro momento, desviar a atenção das massas estudantis dos seus verdadeiros interesses, encaminhando-as para o debate de questões reais, não há dúvida, mas secundárias, quando o que se tem de fazer em primeiro lugar é proceder à *concepção teórica do problema da reforma*, para daí deduzir as linhas de ação prática.

Ninguém nega a carência de meios que limitam e obstam o ensino em nossas escolas superiores, nem há quem advogue a continuação de tal estado, ao invés de sua mais breve supressão. Apenas queremos dizer que essa carência resulta da errônea concepção da essência da universidade por ela própria, pois a faz, pela palavra e pela ação dos seus corifeus, aceitar o humilhante papel de dócil instrumento da classe econômica dominante, a qual põe todo o empenho em só ajudar limitadamente a universidade a se desenvolver, visto temer o surto da consciência jovem que resultaria das amplas melhorias materiais da universidade. De fato, estas, incluindo inevitavelmente o alargamento da faixa de matrículas, levariam a dar entrada nos recintos augustos da cultura a um número cada vez maior de

elementos da baixa classe média e mesmo das massas trabalhadoras, o que subverteria a função aristocratizante atribuída à universidade, e por ela aceita com o maior júbilo. Quanto menos alunos houver mais valioso será o título de “doutor”, que é a condecoração final a que aspiram os eleitos apoiados pela classe dominante. Uma das razões para resistir às próprias inovações pedagógicas, principalmente ao alargamento da porta de entrada na universidade, encontra-se no orgulho da exígua nata da inteligência ociosa, que se veria ameaçada no mérito doutoral se a qualificação profissional útil, que as faculdades deviam dar aos alunos, se estendesse exorbitantemente.

A reforma da universidade tem de ser considerada como ato social, destinado a anular um passado de privilégios, a situação cultural de alienação, a pretensão da aristocracia doutoral, só justificados enquanto o país vivia a fase de sua total dependência e opacidade intelectual, mas agora em franca superação por efeito das transformações materiais ocorridas e das lutas sociais em curso. Para enfrentar o problema de que nos ocupamos, decisiva é a pergunta inicial. Pois, pela maneira como é formulada, já se define a possibilidade de ser correta ou incorretamente analisado tudo o mais que dela decorre. Para nós, a pergunta inicial justa consiste em indagar *para quem* é preciso fazer a reforma da universidade. Só depois dela respondida, adquire sentido passar à pergunta imediata: *que universidade* se deve instituir. Por fim, no terceiro momento tem cabimento indagar *como organizá-la*. Eis aí delineada a marcha da nossa reflexão teórica sobre o assunto.

A pergunta *para quem* é de ordem estritamente social. Procura saber em benefício de que classes e forças sociais deve ser organizada a universidade. Claro está que a instituição atualmente existente se acha organizada sobre certos suportes: as relações de convivência internas e externas da burguesia dominante, que nela acolhe a sua progênie e os retirantes da classe média. Mas, reformar a instituição significa exatamente fazê-la passar ao serviço de novas classes e forças sociais, aquelas que até agora não foram beneficiadas, nem pensam em receber qualquer proveito direto da universidade. Logo, somente depois de claramente definidas quais são as camadas sociais e as forças novas em proveito das quais deve ser reconstituída a universidade, haverá justificativa para abordar o segundo problema, o da natureza, da função social, dos objetivos, do papel que lhe cabe representar no conjunto do processo nacional. A resposta a este item decorrerá da que for dada ao primeiro. De fato, a nova universidade terá a finalidade, a ação e os comportamentos que convierem às classes a quem deve começar a servir, assim como a atual tem os que

convêm àquelas a que deve deixar de servir. Segue-se, então, como problema final, o momento pedagógico, o debate da organização prática dos cursos, que, na nova universidade, de *tal* natureza e finalidade, serão ministrados a *essas classes* a quem agora vai educar.

A pergunta inicial é decisiva, porque, como dissemos, a universidade representa uma peça do mecanismo de opressão da classe dominante. Só quando o controle social desta classe manifesta sinais de afrouxamento e se vê ameaçado de próxima extinção, começa a surgir naturalmente a questão de saber ao comando de que outras classes vai passar a universidade. Como este é o panorama da realidade brasileira dos nossos dias, compreende-se por que só agora se torna problema importante a reforma universitária. É porque, no íntimo, as figuras exponenciais da sociedade estão convencidas de que ocorrerão muito breve transformações vultosas no cenário da realidade brasileira, que começam a indagar o que fazer com a universidade. Esta pergunta não surgiria na consciência estudantil, na conversa dos professores e no debate social geral, se não estivesse claro aos olhos de todos que a *universidade vai mudar de dono*. É natural, pois, que se indague quem dela vai apropriar-se.

A universidade é sempre instrumento ideológico das forças sociais dominantes. Portanto, acha-se organizada em função das idéias dominantes nessas forças, entre as quais se conta as que se referem à natureza e fins da universidade. Esta é a razão decisiva, que explica por que só é possível mudar a natureza e a função da universidade mudando as forças sociais que a manipulam. Se a atual não serve ao povo, é inútil que a multidão de candidatos acampe diante do pórtico dos seus suntuosos santuários e implore melhor tratamento, maior benevolência, "mais vagas", compaixão pelos que desejam estudar e são forçados a desistir; nada valerá a prece humilde da gente pobre, porque a esta invocação respeitosa os deuses magisteriais responderão com os raios da reprovação em massa, a expulsão antes da entrada, o genocídio estudantil, a fim de conservar para minúsculo grupo de afortunados o direito de um dia serem doutores. A universidade está organizada em função de uma pedagogia ideológica, fenômeno de superestrutura da classe dominante. Nada adianta pretender derrubar essa pedagogia, como se fosse ela o "mal" a extirpar, enquanto persistir a classe para a qual essa pedagogia é essencial. Daí decorre a inanidade de todo debate sobre a reforma universitária cingido aos meros aspectos pedagógicos, orçamentários, arquitetônicos, jurídicos, funcionais, "instalacionais" (se permitirem a palavra); esse é justamente o jogo que convém à classe dominante, pois, forçando o debate a travar-se na superfície da realidade, no plano das aparên-

cias, da superestrutura, deixa intactos os suportes objetivos, os fundamentos econômicos da situação individual dos membros dessa classe, fundamentos esses que ficam ao abrigo de qualquer abalo, pois nem sequer são mencionados.

Assim sendo, o problema fundamental se apresenta sob forma da seguinte alternativa, na qual vemos a correta formulação inicial da questão da reforma universitária: "deve a universidade continuar a servir aos interesses da atual classe econômica e politicamente dominante; ou deve se organizar em função dos interesses das classes trabalhadoras, ainda não dominantes, mas em inevitável ascensão?" Tal é o ponto de partida.

Começemos por observar que a exigência de tal reforma é sentida de modo diferente pela classe dominante e pelas massas. Para a primeira, trata-se de organizar o ensino superior de maneira a satisfazer certas necessidades da cultura moderna, mas sempre em condições que impeçam a universidade de escapar ao seu controle e desobedecer aos seus fins. Para as massas, representadas pelos estudantes pobres e pelos representantes esclarecidos da autêntica cultura brasileira, trata-se de fazer a universidade passar ao serviço das massas, convertendo-a em instrumento ideológico e em campo de ação prática para a aniquilação do poder político da atual classe dominante. Vê-se, pois, que não pode haver conciliação entre os dois pontos de vista, e isso pelo fato de o problema ser exclusivamente político na sua essência. Enquanto as classes dominantes precisam da universidade para se perpetuarem, as massas precisam dela para abrir caminho à sua ascensão histórica. O procedimento de que as classes dirigentes lançam mão para conservar a universidade em seu poder consiste principalmente, no terreno ideológico, em fazer crer que a exigência geral de reforma da instituição diz respeito apenas ao seu funcionamento, à sua organização interna, métodos de ensino, etc., que são as primeiras a reconhecer estarem atrasados, mal-adaptados às exigências modernas e por isso necessitam realmente ser remodelados. Mas é vital para elas que a questão se restrinja a estabelecer novos critérios de trabalho, de investigação, de ensino, a criar novos tipos de universidades "funcionais", "eficientes", a construir gigantescas e confortáveis cidades universitárias, a dotar melhor o pessoal de instrumental científico, dar-lhes melhores bibliotecas, regime de tempo integral, etc., dar-lhes tudo isto que, realmente, tem importância, menos o essencial: a passagem do comando ideológico para as mãos das massas trabalhadoras, representadas por esmagadora maioria de estudantes, oriundos das famílias operárias e por mestres que refletem o pensamento dessas massas.

Eis por que compete às forças progressistas denunciar o embuste do pedagogismo reformista, conforme procuraremos explicar em capítulo à parte. Mas, basta-nos deixar claro desde já, para demonstrar a completa insuficiência do ponto de vista meramente didático na questão da reforma, que, por falta de visão dialética, os oficiais encarregados desta operação não compreendem que somente levada à prática, — graças à luta social das forças progressistas, — a reforma da universidade, é que vão aparecendo os reais problemas pedagógicos que se têm de resolver, e se discernem as soluções a lhes serem dadas. Tais problemas não existem, por enquanto, só se revelarão às novas forças que se apossarem da universidade, porque serão os *problemas delas*, enquanto os atuais só o são para a classe dirigente deste momento, que está de posse da universidade, mas deixarão de ser problemas com o desaparecimento do comando político e econômico desta classe. Vemos, assim, que o debate no campo pedagógico não se mostra apenas errôneo e estéril, mas sobretudo prematuro. Seja-nos permitido fazer aos estudantes esta advertência, que consideramos capital: se os grupos estudantis esclarecidos aceitarem o convite das elites instaladas nas cúpulas universitárias para discutir com elas os temas que propõem e nos termos capciosos em que os apresentam, estarão derrotados de antemão, além de perderem precioso tempo. Não perceberiam que os arrastaram a discutir não os problemas reais, aqueles que estão *começando* a ser problemas, mas os falsos, aqueles que estão deixando de ser.

A pedagogia se define como conjunto de conceitos, regras metodológicas e receitas práticas para fins educacionais, de exclusiva tonalidade ideológica, tanto assim que constituem o campo predileto onde vêm aterrissar os agentes do imperialismo para aqui despachados. Têm eles por missão dinamitar as comunicações da universidade com o povo. Uma vez isolada a área, é fácil ocupá-la completamente, pois não há quem a defenda. Seus residentes nativos, os professores tímidos e estuporados, sucumbem com a maior facilidade ao fascínio das “autoridades” pedagógicas da “nação mais adiantada”, às propostas de “pesquisas educacionais”, “trabalhos de campo”, instalações de “escolas-piloto”, “experiências de integração social”, “análises de comunidades”, “medidas de mobilidade social” e tantos outros expedientes ideológicos que os bravos soldados do imperialismo trazem na mochila. O país subdesenvolvido não tem ainda pedagogia própria codificada em forma culta, pois a que possui na sua práxis social, muito real, a que será um dia objeto sério de estudo dos futuros dirigentes educacionais, essa está por ora em poder da massa chamada ignorante, analfabeta, se estrutura na espoliação do trabalho e no

rigor da miséria do povo. Será compendiada nos manuais e tratados escolares, quando os representantes dos atuais analfabetos chegarem ao poder e instituírem autenticamente o ensino que não tiveram.

Há desde já uma pedagogia em pleno exercício na prática social das massas trabalhadoras; somente ela *é a pedagogia*, pois consiste na *compendiação do saber que importa saber*, ou seja, do saber que leva o povo à efetiva libertação econômica e lhe dá acesso à verdadeira cultura. Essa pedagogia está se fazendo, ninguém pode dizer que a conheça por inteiro, pois é produto da práxis de uma luta social que apenas se inaugura. Mas, à medida que as forças populares ganham terreno, aumenta também o número das proposições da nova ciência pedagógica. Como será este o instrumento ideológico que a nova geração estudantil utilizará, compreende-se ser de todo fútil e sem resultado travar agora qualquer debate pedagógico com as classes dominantes, na pessoa dos seus autorizados mestres, uma vez que um dos combatentes, a classe estudantil, ainda não se acha de posse das armas que lhe são imprescindíveis para entrar na liça. Se o fizer extemporaneamente, perderá na certa, pois vai enfrentar um inimigo cujas armas ideológicas são adequadas aos fins que têm em vista, e não teme as desconcertadas e imperitas objeções da juventude generosa mas desmuniciada para a batalha em que se empenha. Sabendo que *a sua pedagogia*, eles unicamente a irão aprender na luta social pelos seus ideais próprios, para depois então aplicá-la na transformação da universidade, os estudantes brasileiros devem repudiar qualquer discussão da reforma que a reduza à simples questão de forma e não de conteúdo.

A transformação da universidade tem de ser concebida a partir de uma teoria do processo histórico, em vista dos fins políticos da classe que a justa teoria desse processo aponta como natural sucessora da atualmente dominante. Este é o verdadeiro terreno onde o estudante deve colocar o debate. Fugir dele é entregar-se ingenuamente aos adversários e principiar a luta derrotado. É limitar-se a uma discussão estreita, e por isso julgada a mais razoável pelas forças superiores, encerrando-se num círculo de categorias, idéias gerais, valores e métodos, que se trata de renegar em *bloco*, para não ser vítima das armadilhas espalhadas pelo caminho. O que o aluno tem a fazer é instalar-se desde o início no campo do processo geral da realidade brasileira, em cuja discussão se definirão as atitudes ideológicas fundamentais, de onde, então, descera à análise da questão universitária.

Esta atitude metodológica que preconizamos, só a classe estudantil a pode, naturalmente, adotar. A corporação catedrática a

recusará de pleno, com horror, pois inclusive, em função das idéias que cultiva, lhe parece teoricamente falsa esta formulação que, a seu ver, “foge do problema”, desvia-se para especulações sectárias, visa a fins políticos escusos, confunde o que é claro e imediato e impossibilita o julgamento certo. Ora, de fato, ao enunciarem a acusação “foge ao problema”, estão nos dando a pista para revelar que em tal expressão se ocultam os seus interesses de classe. O que lhe convém é que os grupos estudantis “não fujam ao problema”, *tal como o prepararam para eles*. Nisto está a armadilha que armaram para aprisionar o espírito inexperiente do estudantado. Não é, portanto, tão simplesmente ridícula, conforme talvez se pense, a pretensão dos pontífices docentes de conduzir a reforma da universidade; é mais do que tudo maliciosa, pois o risco maior que correm é o de serem destituídos do poder de configurá-la a seu gosto, em virtude da perda do respeito público que, por enquanto, ainda lhes é creditado e lhes assegura o monopólio dessa tarefa. Consideram-se naturalmente indicados para planejar a reforma, quando são os únicos que, como categoria profissional, nada têm de útil a propor. Não podem conduzir o processo da reforma pela simples razão de serem eles os que precisam ser reformados, no sentido de constituírem o grupo que deverá perder os privilégios e o poderio social de que desfruta. Não são o sujeito da reforma, mas o objeto dela. Entrincheiram-se no argumento de que se trata de assunto técnico, de que só eles têm conhecimento. A assertiva é capciosa e pueril, pois, se valesse, apenas os latifundiários estariam habilitados a realizar a reforma agrária. Não se trata de conhecimento técnico, porque este, se no caso existe — o que é duvidoso —, tem sempre caráter ideológico, a “técnica” que o grupo dominante deseja utilizar é apenas aquela que lhe convém. Seus adversários sociais, as classes que necessitam aproveitar a sua “vez” histórica, também têm a sua “técnica” e com ela também serão capazes de fazer a reforma universitária, desde que para isso disponham das condições necessárias, isto é, do poder.

A essência da reforma da universidade

Assim expostas estas reflexões, devemos indagar em que consiste, na essência, a reforma universitária que a nova realidade brasileira começa a exigir. A resposta é esta: consiste em impedir a reprodução da classe dominante, a qual tem na universidade sua fábrica mais importante, no que se refere aos expoentes intelectuais. De fato, são estes que têm por tarefa principal fabricar os instrumentos jurídicos e ideológicos que asseguram a perpetuação no poder dessa mesma camada predominante. Não haverá reforma da universidade sem interrupção do processo de auto-reprodução da classe dominante, pois esta sustenta, e sustentará sempre a universidade, para que fabrique nova geração da mesma classe dominante. Por isso, não lhe interessa admitir no seu âmbito elementos da massa e elevá-los ao plano da cultura erudita e superior, porquanto esta generosa concessão, se a fizesse, viria carregada de sérias ameaças para a situação de predomínio dos grupos dirigentes. Qualquer complacência com as massas, um ligeiro aumento no contingente de ingressantes nas faculdades, diretamente oriundos das massas trabalhadoras, representa perigo mortal para o instável equilíbrio em que se sustentam hoje no poder os grupos dominantes. Um pouco mais de alunos do povo, de "pagãos" de difícil conversão, e eis em sério risco de rompimento do processo de auto-reprodução da classe dominante, no campo da cultura, para ela vital.

Observemos que esta mesma condição se estende às escolas de ensino mais acentuadamente técnico, as de engenharia, arquitetura, economia, agronomia, etc. Em relação a estas existe uma situação peculiar, que convém esclarecer. A classe dominante, num país em processo de acelerado desenvolvimento, precisa cada vez mais da colaboração dos técnicos, engenheiros, agrônomos, geólogos, etc. Sendo estas funções nas quais o trabalho se vai tornando realmente

eficiente, em virtude do progressivo desaparecimento das velhas estruturas, tudo leva a crer que são as vocações naturais dos elementos oriundos das classes operosas. Como necessita deles, a classe ociosa dominante tem todo o interesse em ver aumentado o número de alunos nestas escolas de caráter técnico. Bem sabe que ao admitir esses elementos "estranhos" no recinto da universidade corre o risco de criar situações embaraçosas para o seu domínio de classe, mas, no momento atual, acredita que seu poderio é tão forte e estável, mesmo assaltado por forças adversas, que se julga em condições de arcar com o dano de criar maior número de alunos nos cursos tecnológicos, procedentes das classes trabalhadoras, que nada mais desejam do que exercer seus conhecimentos em funções técnicas, especializadas, úteis. Se a classe dominante ousa afrontar este perigo, é porque está segura de que os empreendimentos que venham a ser feitos pelos alunos dessas escolas técnicas serão somente os empreendimentos que ela, classe dominante, resolverá levar a efeito. São os que no futuro a beneficiarão economicamente.

Estas considerações adquirem grande importância porque nos ajudam a desmascarar um falso problema, que, propositadamente, nos é oferecido pela pedagogia alienada, o da alternativa entre ensino humanístico ou tecnológico, como se nesta escolha consistisse a essência do problema da reforma universitária. Logo a seguir veremos porque não é, mas, para nós convenceremos, basta verificar não haver no momento nenhuma objeção dos grupos dominantes em espraiar o ensino técnico, por eles altamente valorizado e exigido. Se realmente fosse aquela a alternativa real, a que decidiria *da essência* da universidade (que sabemos significar: a que classe social pertence a universidade), é evidente que a fração regente se oporia de todas as maneiras ao desenvolvimento do ensino tecnológico, pois significaria maior introdução do "gentio" nos átrios sagrados. Logo, é porque o grupo dominador vive na doce esperança de que há de ser sempre o empresário dos grandiosos empreendimentos de que a sociedade brasileira está necessitando, que se permite a liberalidade de incentivar a entrada de alguns estudantes de procedência popular nas escolas técnicas, pois acredita que afinal estão se preparando para trabalhar para ele.

Nem por isso deve deixar de merecer melhor exame a falaciosa apresentação do problema da reforma universitária, que os pedagogos oficiais pretendem reduzir à alternativa "ensino humanístico e ensino tecnológico". Neste debate se consomem as energias dos mais "avançados" dentre eles. Para começar, observemos que tal dualidade tem significativa importância sociológica, enquanto revela uma das

contradições internas da classe professoral dominante. Com efeito, o setor, mais reduzido, que propugna pelo ensino de cunho técnico, está naturalmente ligado aos grupos relativamente progressistas da burguesia; a ele se opõe o outro, partidário do latinório, que se vincula diretamente às camadas arcaicas e reacionárias da sociedade brasileira. Há, portanto, uma contradição no âmago do próprio estabelecimento magisterial, explicável pelos respectivos papéis que os dois grupos docentes estão destinados a desempenhar na vida prática. Enquanto o setor tecnológico aspira a ocupar lugares de trabalho eficiente e a preparar alunos para esse fim, embora a serviço da burguesia dominante, os defensores do ensino que erroneamente chamam de “humanístico” personificam os infalíveis substitutos dos atuais ocupantes das posições ociosas na universidade e fora dela. A discórdia entre as duas frações não representa, conforme dissemos, a verdadeira luta social em curso, mas vale a pena explorar esta contradição da própria classe dominante, pois ajuda a desintegrá-la, pelas dilacerações internas que produz. Convém-nos, pois, tomar partido a favor do ensino técnico especializado”, “prático”, “objetivo”, contra o “saber puro”, a “filosofia”, a “cultura clássica” e demais mistificações da elite desocupada que perambula pelos recintos universitários. Convém que os alunos estimulem de todo modo a discussão deste tópico, desde que saibam estar procedendo a mera operação tática. e tenham plena consciência de não ser essa a verdadeira contradição que lhes importa combater.

Para se dar ares de progressista, a camada dirigente aceita o debate da reforma universitária, mas o encerra neste falso dilema. Com isso permite a alguns elementos, mais adiantados, optarem pela posição, indiscutivelmente preferível, do incentivo ao estudo técnico e científico, votando à decrepitude e ao próximo óbito as formas arcaicas de ensino das “letras clássicas”, das “disciplinas humanas”, “filosóficas” e tantas outras ingenuidades, destinadas, pela maneira como atualmente são ministradas, a manter o estado de atraso e deturpação da consciência estudantil. O vício daquela polaridade, falsamente apresentada como principal, consiste em que encobre a verdadeira divisão da universidade, a qual não se dá na oposição: “humanismo-tecnologia”, mas na oposição: “interesses das classes dominantes *versus* interesses das classes dominadas”. Nenhuma esperança há de que o simples deslocamento do centro de gravidade da área humanística para a tecnológica altera a essência da universidade enquanto as escolas e faculdades, tanto num caso como no outro exprimirem os interesses da *mesma classe dominante*. As reformas de estrutura que reforcem o ensino técnico trarão, é certo, benefícios consideráveis ao país em desenvolvimento, necessitado de especialis-

tas e de práticos em número crescente, mas em nada modificarão de imediato a essência da universidade, que continuará, a despeito dessa aparente alteração de conteúdo, como domínio territorial dos grupos econômicos poderosos, e até reforçar-lhes-á a pressão social pelo maior afluxo de competentes assalariados que poria ao seu dispor.

Eis por que julgamos chegado o momento de estabelecer o que nos parece ser a proposição principal de todo o trabalho crítico contido neste livro. *A reforma universitária tem de consistir na reforma dos conteúdos de classe da universidade* a fim de permitir às massas ingressarem no domínio da cultura a serviço dos seus próprios interesses, e não a serviço dos interesses da classe dominante.

Seja-nos lícito declarar que a expressão “reforma da universidade” a rigor é imprópria e transviadora; porque não se trata de reformar, ou seja, de “mudar a forma” dessa instituição, mas de mudar o conteúdo dela. A rigor, devemos dizer que não lutamos pela “reforma” mas pelo “reconteúdo” da universidade. Entretanto, respeitando o termo usual, temos de continuar a empregá-lo.

Só nesta mudança de conteúdo consiste a reforma real, séria, eficaz. Tudo o mais são discussões laterais, pretextos para debates acadêmicos, secundários, menores, de quem na verdade não quer reformar coisa alguma. Por que existe hoje realmente a exigência da reforma da universidade? Não é porque alguns professores de disciplinas científicas se queixem da ofuscação danosa que sofrem por parte dos colegas “de letras”. Esta pequena cena doméstica jamais outorgaria significado social a exigências feitas à universidade. Se estas existem, é porque forças externas atuam criando a premência de uma reforma da instituição. Ora, tais forças só podem ser as massas trabalhadoras, cujos filhos se encontram atualmente condenados à não-participação no conhecimento da cultura superior. São as massas, na sua irreprimível ascensão, que originam e configuram a questão da universidade; e não esta mesma, pois, se lhe fosse permitido, continuaria indefinidamente no “*dolce far niente*”. Clamando as massas pela reforma radical, a universidade entra em pânico e procura fazer qualquer coisa que dê a impressão de desejar atender aos reclamos públicos. Mas como os reclamantes são “gente de outra espécie”, a “plebe”, irracional, invejosa e incompetente, torna-se necessário impedi-la de penetrar no Capitólio do saber. Convocam-se as maiores inteligências, para descobrir subterfúgios que finjam atender aos pedidos do vulgo, mas não alterem em substância o equilíbrio da estrutura universitária tradicional. São múltiplas as modalidades destes embustes, desde a declaração de democratização do ensino, de melhoria das

instalações, para receber maior número de candidatos, até os debates sobre alterações progressistas nos métodos didáticos, abertura de novas oportunidades, “variação de currículos”, melhor atendimento das exigências do ensino científico. Tudo isto são em última análise engodos que infelizmente têm efeito sobre a consciência estudantil, roubando-lhe, quando mais não seja, o tempo que deveriam consagrar à própria meditação, que logo lhe mostraria o artifício e a má fé de que é vítima por parte dos que lhe querem ocultar o verdadeiro problema.

Só há uma reforma desejável, e só por ela têm os estudantes de lutar a todo custo: a que abra a universidade a todo o povo, substitua os grupos nela dominantes por outros identificados com os interesses das classes trabalhadoras e organize o grau mais alto do ensino, não como morada de uma aristocracia do espírito, mas como a grande e ilimitada região onde habitam as gerações novas em sua totalidade, na fase em que se preparam para o trabalho fecundo. Voltamos a encontrar aqui a pergunta anteriormente feita. Para saber *como será* a universidade é preciso antes decidir *para quem* será a universidade. Esta é a formulação do problema que os pedagogos administrativos recusarão com horror. No entanto, é a primordial e verdadeira questão a discutir. Por conseguinte, não se produzirá de fato a ascensão das massas, a que têm direito indiscriminadamente, enquanto o motivo que determinar a atualidade e a exigência da reforma universitária for a simples alteração na estrutura dos interesses da mesma classe dominante, agora necessitada de maior número de técnicos a seu serviço. Enquanto assim acontecer, não há oportunidade para proceder-se à real transformação dos currículos universitários. Só quando as massas estiverem em condições, pela sua participação no poder político, de aspirar à plena cultura espiritual a que têm direito, será possível realizar a verdadeira reforma da instituição.

Esta reflexão leva-nos a examinar a questão das relações entre a universidade, de um lado, e as elites e o povo, de outro. Esta distinção é, ela própria, produto da consciência alienada e submissa ao imperialismo, e bem se percebe no fato de serem alguns indivíduos um tanto letrados os que se decretam constituir a elite. Deste modo, o restante fica sendo “povo” — quer dizer, massa amorfa, sem valor intelectual, simples força de trabalho braçal. A elite que a si mesma se proclama tal tem de ser naturalmente restrita em número, do contrário perderia os contornos e se descaracterizaria. Uma das formas de manter a coesão do pequeno círculo de nomes, além do cumprimento dos mesmos estilos de vida e da reverência aos valores que julga eternos, está em aceitar o patrocínio das classes econômica-

mente dominantes, que os reconheçam como elite, estipendiem o seu lazer, satisfaçam-lhes o orgulho ridículo, porque se valem deles para dois fins essenciais: elaborar a ideologia que assegure o domínio social daquelas classes e conservar o povo fora do círculo divino, portanto, mantendo-o ignorante de muitas coisas, entre elas da causa de sua ignorância e miséria. A vinculação da universidade às presentes elites é, portanto, congênita. As elites são a universidade prolongada na vida civil da nação, pela ocupação dos postos administrativos, magisteriais, diplomáticos, financeiros, etc. É a dominação da universidade perpetuada naqueles que, pela idade, ou pela profissão, a ela já não mais pertencem nem na categoria de alunos nem na de docentes. Estabelece-se assim um circuito de causação recíproca. As elites elogiam a universidade, reconhecem-na como santuário do saber, para que os mestres universitários, em retribuição, as louvem como inteligência representativa e as sirvam nos seus projetos de domínio cultural. Procura-se dar à universidade este valor, o de ser o berço das futuras elites que devem dirigir o país. Desta forma, a universidade vai sendo cada vez mais exaltada às alturas, o que muito lhe agrada, pois se acredita cada vez mais reconhecida como a matriz das elites do país. Com isso, imbuí-se de que a sua missão consiste em *formar as elites*, para as árduas funções que lhes estão reservadas no futuro. Sabendo que serão os seus brotos os que, depois de vicejarem, possuirão os cargos públicos, a direção das grandes empresas, as altas posições políticas, a universidade termina por acreditar que o seu único e exclusivo papel é dar ao país as elites de que este necessita para ser bem governado. Como porém a noção de elite que cultiva representa precisamente o oposto da verdadeira, o resultado é a universidade transformar-se na oficina produtora dos agentes mais eficazes dos interesses antinacionais. Quando mais se esforça por multiplicar as elites, mais se afasta do povo, e não só se desvirtua no seu destino social, como, a partir de certo limite, ingressa francamente na área das atividades delituosas, como é o caso da recente criação da Universidade de Brasília. Voltada para as elites, que julga deve sempre aprimorar, pois é delas que o país necessita — “os melhores médicos”, “os melhores engenheiros”, os “melhores doutores em geral” —, a universidade passa a ser um processo de destilação intelectual, destinado a produzir ao final de laboriosíssimas manipulações aquele “*spiritus sapientiae*”, de que o Brasil precisa urgentemente e sem o qual será um país perdido. Sua fé na própria virtude é grande, e tem certeza de que não faltará ao seu glorioso destino, dando à Pátria essa elite que a salvará do abismo das convulsões sociais, saberá conter a plebe nos justos limites de suas pretensões, conservará a nossa inabalável fidelidade ao mundo livre, não renegará os valores

eternos e realizará as demais façanhas do mesmo tipo que dela espera o país. Se o povo ingressa em parte mínima no pátio das faculdades, o que há para fazer é transformá-lo em elite. Melhor seria que não entrasse, mas, se entrou, agora o único remédio é "elitizá-lo". Para esse fim, esmeram-se os catedráticos em proclamar nas suas aulas a teoria dos valores supremos e em deixar claro que esses não são os do povo, que "não tem valor", mas os dos intelectuais, em que os neófitos da elite se devem converter.

A universidade, entre suas inúmeras alienações, padece desta, a mais grave de todas, o horror ao povo. Não prepara o profissional futuro para ser homem do povo, mas justamente para ser alguém que se destacou do povo, pela condecoração doutoral. Não deseja servir ao povo, pois isso seria baixar de nível, porquanto — acredita — no país subdesenvolvido e pobre, não é possível abrir as portas das escolas ao povo sem baixar o nível do ensino. Vê nisso o mal supremo. Sua missão consiste em praticar o oposto: elevar cada vez mais o nível dos estudos, de modo a formar a elite mais perfeita. Na raiz desse criminoso procedimento encontra-se a teoria aristocrática, fascista, e mesmo em certos casos racista, de que compete às elites salvar o país, só elas tendo direito a dirigi-lo, pois o povo não passa de simples massa amorfa, sem idéias, dispondo apenas de força bruta, que se torna perigosa quando não submetida ao sábio comando da nobreza intelectual ou financeira. A universidade, pelo "genocídio" estudantil" a que já nos referimos, repele o povo, não aceita existir como instituição para o povo, não admite ser feita à medida das necessidades das massas, mas acredita que o seu modo específico de contribuir para solucionar os graves problemas, que sabe afligirem o povo, consiste na criação de uma elite cada vez mais culta e refinada. Em vez de "muitos médicos" tão bons quanto possível, preconiza "os melhores médicos", o que na prática do país subdesenvolvido significa maior número de "raizeiros", "benzedeiros", "curiosas", etc. Com isto a universidade se conceitua a si própria como órgão de cúpula do saber, e culpa os administradores e políticos em geral de não prepararem o povo, mediante a difusão do ensino primário e secundário, para capacitá-lo a penetrar nos páramos do ensino superior.

E aqui se denuncia um dos preconceitos típicos da mentalidade de classe reinante no ambiente universitário. Referimo-nos à doutrina dos graus do ensino. Considerando o grau universitário como "superior", já denuncia a origem ideológica deste conceito, pois só constitui "ensino superior" porque é aquele que, conforme o nome indica, prepara para o ingresso na classe superior. O ensino superior é aquele que convém à classe superior, que a apóia, ministra-lhe elementos

para substituir os defuntos, perpetua-a no poder. Os graus médio e primário de ensino ficam reservados ao povo, e mesmo assim à pequena parcela das massas que tenham a sorte de consegui-los, pois o mais provável é permanecerem no estado de analfabetismo. Formando o andar superior, nobre, do ensino, a universidade está implicitamente admitindo a não-generalização da cultura à totalidade do povo, pois se reserva o grau que considera supremo e tudo faz para impedir que dele participem camadas mais numerosas da população. Vimos já o “fogo de barragem” que estabelece na passagem do secundário para o superior, como operação bélica para manter a distância o povo, o qual deve se dar por satisfeito por ter alcançado, quando muito, o grau médio de ensino. Não possuindo qualquer idéia do verdadeiro significado de cultura, que confunde com o conhecimento requintado, livresco, ocioso, especulativo ou especializado, julga que o povo não tem cultura porque é povo; não compreende que, ao contrário, a cultura só existe quando é do povo. A universidade quer situar-se no vértice da sociedade, quando, para ser legítima, precisa confundir-se com a sua base, construir seus alicerces nas massas, que, assim, ficam a ela incorporadas de fato. Tem de ser um órgão do povo, começar a se constituir a partir do estado de cultura possuído pelo povo, para só assim ser capaz de levá-lo progressivamente, e em totalidade, aos graus mais altos do conhecimento. Por isso dissemos, numa expressão aparentemente escandalosa, que a universidade, no Brasil, tem de ser dos analfabetos. Com efeito, e o silogismo é elementar, se pertence ao povo e o povo é formado de analfabetos, tem de ser dos analfabetos. Com isso queremos dizer que, para ser autêntica, deve assentar sobre o estado de incultura das massas, como condição, precisamente, para tirá-las desse estado, e não assentar sobre a “cultura” alienada das elites, que cada vez mais a distanciam da realidade do país. Por isso não tem sentido qualquer teoria da reforma universitária que a dissocie do processo cultural geral do país, o qual, por sua vez, representa apenas o aspecto superestrutural do processo de seu desenvolvimento material e social. A reforma que se impõe é aquela que considera a universidade como termo de um processo educativo socialmente organizado, cujas formas e modalidades são contínuas, de um grau a outro, partindo da consciência das massas, como origem dos valores culturais, e finalidade do saber disponível, para efeito de realizar a humanização do trabalho. A universidade tem de ser do povo, e não das elites, porque deve ser a suprema instância criadora do saber e organizadora do fecundo trabalho do povo.

Universidade e trabalho

O conteúdo da educação brasileira, em todas as fases de sua história, foi sempre função dos interesses da classe dominante, não só porque esta sustenta administrativa e financeiramente o aparelho educacional, como porque ministra a teoria pedagógica que o ensino, na sua substância, reflete os procedimentos didáticos que põe em prática. Se examinarmos a história da nossa educação veremos que o conteúdo do ensino em cada época considerado como "superior", e por isso o mais reverenciado socialmente, foi sempre aquele que correspondia aos interesses dos grupos dirigentes de tal época. Houve tempo, na fase colonial, em que saber cânones e filosofia teológica era o que de mais alto se apreciava como prova de cultura intelectual. Isto se dava porque essa espécie de pseudoconhecimento valia muito para a aristocracia feudal dirigente, que nada tendo de útil a construir no terreno das realizações materiais, desviava para esses supostos campos do saber as inteligências mais válidas, impedindo-as de se dedicar a outras cogitações, científicas e sociais, de resultados talvez menos agradáveis para os senhores da época. Com o passar dos tempos, o conteúdo da educação foi se modificando, as "humanidades", ou seja o estudo para o ingresso na classe intelectual ociosa, foram cedendo lugar às ciências naturais, deslocando-se o centro de gravidade dos estudos especulativos, jurídicos, retóricos, para a investigação da natureza. Isto se deu quando o processo brasileiro já iniciava uma fase de maior desenvolvimento na produção de bens materiais, que exigia conhecimentos diretos das ciências naturais, das técnicas e suas aplicações industriais. Chegado à época atual, ingressando o país na fase incipiente da grande produção industrial, a classe dominante reconhece necessitar cada vez mais de técnicos que se ponham a seu serviço. Explica-se, assim, o interesse crescente pela transformação da universidade em centro de investigações tecnológicas, o incentivo aos estudos científicos e o franco declínio dos balofos

estudos de “letras” e “humanidades”. Ainda uma vez, e nesta nova atitude, a universidade cumpre o seu papel de serva da classe dominante. Só está mudando — lentamente embora, e com a luta intestina a que nos referimos, — o conteúdo do seu ensino porque esta é uma imposição da sua dependência dos grupos dirigentes. São os propósitos destes que estão mudando, e por isso a universidade passivamente reflete essa variação. Trata-se, para o grupo detentor do poder industrial, de obter maior produtividade no trabalho dos seus assalariados; para isso necessita não só de escolas profissionais de grau primário e médio que preparem maiores e melhores fornadas de trabalhadores para as suas empresas, como necessita também de técnicos de nível superior, engenheiros, economistas, químicos, arquitetos, especialistas de alta capacidade, para assumirem o comando operatório das fábricas, usinas, obras e empreendimentos, sempre porém sob o controle social e a dominação financeira dos possuidores do capital. Se a universidade aparece agora como um tanto mais favorável à exigência de produzir trabalhadores em vez de doutores, a ponto de estarem criando as chamadas universidades do trabalho, isso se deve a que já não basta à classe dominante comprar a força de trabalho meramente muscular das massas ignorantes, na cidade e no campo, simples animais de carga ou de manejo de instrumentos rudimentares, mas precisa agora comprar a força do trabalho intelectual de homens dotados de um saber difícil de adquirir e socialmente cada vez mais valorizado. Mas, do ponto de vista sociológico, a situação é em essência a mesma; num caso como noutro, há a mesma exploração do trabalhador, não importando qual seja o nível em que se processe, ou o preço pago pela mercadoria vendida. A universidade, cúmplice dócil da classe dominante, não se adiantou, portanto, conforme querem alguns ingênuos apologistas da teoria da produtividade, como rumo do progresso social, mas permanece, como sempre, ao dispor dos poderosos da época, apenas variando o conteúdo do serviço que lhes presta.

A situação atual apresenta-se, por conseguinte, assim: parte da universidade compreende que precisa preparar os alunos para as novas tarefas da sociedade, em rápida industrialização, dotando-os de conhecimentos técnicos objetivos. É a parte minoritária, mas está ganhando terreno. Representa um setor relativamente progressista da sociedade atual, no sentido em que, ao empreender o amplo desenvolvimento da produção, está impulsionando o processo econômico vigente. Contra essa fração luta a outra, a dos “humanistas”, que representam os setores retrógrados, latifundiários, obscurantistas da sociedade, e são ainda numericamente preponderantes. A contradição existe e é auspiciosa, pois determina a quebra das velhas estruturas,

de qualquer modo movimenta para a frente a universidade. Mas é ilusório pensar que esteja aí a solução da reforma da instituição. Porque, como vimos, a valoração do trabalho que a universidade começa a proclamar, e mesmo, até certo ponto, a pôr em prática, refere-se ao trabalho assalariado, embora de nível intelectual superior. Prepara seus alunos ou para serem empregados "bem pagos" das grandes organizações capitalistas, ou para serem os próprios capitalistas do futuro. De uma forma ou de outra, seu compromisso com o sistema vigente é imutável. O desvio do centro de interesse para a área do trabalho eficiente em nada beneficia o processo histórico. A simples exaltação do trabalho nada adianta, porque conduz a criar maior rebanho de trabalhadores explorados, embora em nível de produção superior e com mais elevada cultura intelectual. A crença de que o defeito fundamental do regime vigente, defeito que origina todos os males de que padece o nosso país, está na baixa produtividade do trabalho, exhibe um dos sofismas da teoria das classes exploradoras, que desejam ver aumentados os seus lucros pelo incremento do fator trabalho. Querem fazer crer ao trabalhador que sua pobreza decorre da falta de maior produtividade, quando, na verdade, deriva do excesso de lucro dos que o exploram.

A universidade, desvirtuada e, como sempre, destituída de autêntica consciência da realidade do país, submissa passivamente aos proprietários do poder econômico, não tem condições para se transformar no verdadeiro centro de pensamento que sacuda a alienação que a oprime e particularmente esclareça os estudantes sobre o problema do trabalho que terão de executar quando concluírem os cursos. Por isso, só a massa estudantil está em condições de meditar sobre este assunto, de compreender quanto é fundamental para ela examinar o problema social do trabalho para o qual se prepara nos bancos universitários e de somar-se às forças sociais que lutam para alterar a deplorável realidade atual, onde o aluno é preparado para ser um pedinte indefenso quando cair nas mãos dos que lhe vão comprar o preparo intelectual, que tanto esforço lhe custou. É inútil, portanto, esperar que a classe professoral advirta e guie convenientemente as massas estudantis no que respeita à questão do trabalho, que, contudo, como se vê, é decisiva. Não o pode fazer porque é, ela própria, em parte classe ociosa, infensa ao trabalho real, e, noutra parte, classe subserviente aos grupos econômicos espoliadores do trabalho nacional. Por isso compete aos alunos discutirem, por si sós, este assunto, como um dos seus temas vitais, organizarem seminários nacionais sobre este assunto, debater, enfim, a questão da sua futura colocação como profissionais no mercado de trabalho, o que vem a ser a resolução do seu próprio futuro como seres humanos.

Nas condições atuais, muitos estudantes são desde agora trabalhadores; os que estudam com mais dificuldade, pois devem se manter graças a uma profissão às vezes marginal, como a de distribuidor de amostras de remédios, de auxiliar de escritório, etc. Aumenta sempre o número destes rapazes que se esforçam por meio do estudo para atingir um *status* social mais elevado. Mas a universidade se mostra surda ao problema representado pela existência desses tipos de estudantes, insensível às suas necessidades, desumana no tratamento que lhes dá, pois para ela é uma verdadeira anomalia a figura do *estudante que trabalha*. O normal é o tipo tradicional do estudante “de boa família”, que apenas tem por obrigação estudar. Como, porém, esta última espécie vai rareando com a transformação social e a ascensão das massas, a universidade ou cria os chamados cursos noturnos, por ela própria desprezados como de segunda classe, simples concessão ao vulgo, ou prefere se encerrar em completo mutismo a respeito deste problema, que se mostra, contudo, o mais premente, praticando no pórtico das escolas a degola dos inocentes como procedimento para diminuir o número de incômodos trabalhadores-estudantes.

A contradição da reforma universitária

Significando a transformação qualitativa de uma instituição tradicional, a reforma universitária tem necessariamente por motor alguma contradição interna da sociedade a que pertence e só se realizará quando essa contradição se exacerbar até o ponto explosivo. Contudo, analisada na sua intimidade, verificam-se, desde já, aspectos contraditórios na própria concepção da reforma e na maneira como se reúnem as forças que a devem executar. Em essência, a reforma da universidade só pode consistir no procedimento pelo qual seja franqueada à classe por enquanto não-dominante o ingresso no campo da cultura, com o fim de fazê-la passar à condição de classe dominante, em lugar da outra. A reforma consiste, pois, numa modificação da estrutura universitária, que permita a quem não tem atualmente essa possibilidade a aquisição da cultura que será o instrumento da ascensão social desse indivíduo. Mas aqui, nas condições atuais, vamos esbarrar numa importante contradição. Esta consiste em que a classe magisterial, encarregada de elaborar a reforma, possui uma consciência alienada quanto à realidade do país e quanto aos conteúdos objetivos e ideais da cultura que, pela reforma, se trataria de difundir nas massas trabalhadoras. Por conseguinte, jamais o grupo docente poderá promover a reforma, não só porque não lhe interessa dar entrada na universidade às massas que julga incultas, como também porque não poderia transmitir-lhes a cultura, na perspectiva delas. Desta maneira, só lhes resta conceber como reforma uma melhor pedagogia *do seu saber*, o qual em nada alteraria as condições de existência do povo. A cultura que se trata de adquirir mediante a reforma, quem a possui é a própria massa, enquanto fundamento da visão do mundo em totalidade, na qual se incluem os elementos específicos do saber. Daqui se descortina a contradição inerente a

todo projeto de reforma conduzida pelos professores: proporcionar certa espécie de cultura — a que significaria a reforma real — por ação daqueles que não possuem essa cultura, pela sua falta de identificação com o povo. Este o impasse atual, a contradição da reforma universitária, nas condições em que se apresenta como empreendimento social: só será reforma se consistir na criação e na difusão de nova e autêntica cultura entre as massas, mas os docentes que comandam a engrenagem universitária não possuem a mesma idéia que o povo do que seja essa cultura, e, assim, não a podem oferecer aos que dela necessitam. A classe professoral ensina “o que sabe”, mas aí está exatamente a sua fatal deficiência; pois isto “que sabe” aparece como o “não-saber” do ponto de vista daqueles que compreendem que deviam estar aprendendo coisa diferente do que lhes ensinam. Quando um professor dá uma lição de anatomia ou ensina um teorema de mecânica aos seus alunos, evidentemente o “conteúdo” do saber desse ensinamento é definido e objetivo. Mas não é desligado de todo o contexto de situações sociais, nas quais se processa a transmissão desse conhecimento. Não é indiferente para a cultura do povo que esse ensinamento se faça numa universidade particular ou pública, leiga ou confessional, seja ministrado por um professor de reconhecidas tendências ideológicas reacionárias ou progressistas, seja apresentado como dado científico isolado, ou pertencente a uma ciência ingenuamente particularizada, ou interpretado como dado do conhecimento na perspectiva dialética da totalidade da realidade, etc. Todas essas condições sociais e ideológicas influem sobre o dado do conhecimento, por mais objetivo que seja, configurando a formação ideológica do aluno.

O que o professor burocrata, medíocre, displicente, sabe e ensina, não reforma, mas conserva a universidade. Logo, não pode ser ela o instrumento da transformação exigida pela sociedade no seu movimento histórico. Tem de transmitir o que não possui — uma cultura que está justamente em fase de surgimento — àqueles que ansiosamente a buscam nessa classe que não chegará jamais a conhecê-la. A cultura está nas massas em forma de matrizes sociais e de influxos ideológicos, não ainda de produto acabado, o qual só será obtido quando o processo da consciência popular evoluir e chegar ao ponto de permitir retirar de suas matrizes os resultados por elas configurados.

Na operação renovadora consiste a reforma universitária, mas para ser levada a cabo se fazem necessárias profundas alterações no equilíbrio de poderes sociais, dentro e fora da universidade. Não há solução imediata para esta contradição na presente estrutura da uni-

versidade brasileira. O máximo que cabe esperar é que o choque entre os dois fatores presentes contribua para acelerar a consciência dessa contradição. No setor estudantil, o incremento das exigências das massas leva os estudantes a descobrirem a inutilidade de qualquer projeto sério de reforma, proposto pela presente classe magisterial dirigente, e por ela executado. Não devem, porém, por esse motivo, se alhear do problema; muito ao contrário, compete-lhes, como diremos, assestar continuamente novos e mais fortes golpes no grupo olímpico, reclamando direitos, propondo mudanças e remodelações dos cursos e das faculdades, mesmo sabendo-as inviáveis, no momento; as agitações provocadas por estas pretensões têm por efeito abalar as estruturas estabelecidas, e apressam sua futura derrubada. No setor professoral, é forçoso reconhecer existirem alguns elementos válidos, que, unidos, poderão constituir-se em centro propulsor do movimento reformista. Compete aos estudantes associarem-se a estes mestres mais esclarecidos, incentivarem as suas atividades inconformistas, apoiarem-nos, para, no diálogo com eles mantido, conseguir fazê-los progredir o mais possível no sentido de uma compreensão comum do problema e da batalha em que necessitam aliar suas forças. Seria injurioso, e sobretudo antidialético, supor que não haja no seio da corporação doutoral elementos capazes de se tornarem conscientes da necessidade da verdadeira reforma. As transformações sociais, por mais isolada da realidade brasileira que a universidade se procure conservar, sempre conseguem alcançá-la, e nela encontram reduzido número de docentes descomprometidos com o domínio econômico da burguesia e apenas vítimas da tradicional educação alienadora, que sem dúvida começarão a se manifestar sensíveis aos sinais dos tempos novos, com devotada simpatia e lealdade dedicar-se-ão ao exame da nossa realidade, acabando por se enfileirar entre as forças de vanguarda.

Objetivos da luta estudantil

Ao final destas reflexões temos de fixar os objetivos práticos da luta do estudantado pela reforma da universidade. Neste sentido, uma observação capital se impõe: é imprescindível distinguir os verdadeiros objetivos de outros, enganosos, equivocados e por isso desviados das finalidades da luta útil travada pela juventude em favor da emancipação do país e da conquista do seu futuro como geração ascendente. Sem a clara distinção entre os objetivos reais e os falsos, criam-se as mais funestas confusões, perdendo-se preciosas energias em debates fúteis e infundados, tudo isto com proveito apenas para aqueles aos quais convém o prosseguimento indefinido da atual situação.

a) *Objetivos enganosos* — Cifram-se em pretender, de modo geral, reformar as relações da universidade com o aparelho de domínio social, deixando este intacto, quando o que se precisa fazer primeiramente é reformar as relações entre a universidade e o restante da realidade do país. Este ponto teórico assume capital importância porque nele está a diretriz suprema para o estabelecimento dos planos de ação prática. Serve de critério para ajuizar das vantagens de qualquer proposta de atitudes a tomar, em face de algum incidente com que venha a se defrontar a classe estudantil. De nada valem alterações superficiais ou mesmo aparentemente de relevância, que não contribuam para alterar na essência as relações entre a universidade e a classe econômica que a sustenta. É o caso das propostas de reformas internas na estrutura das escolas, no seu funcionamento, nas dotações orçamentárias, nas obras de construção arquitetônica, no regime curricular, nos direitos dos licenciados e doutores e tantos outros objetivos que se revelam insuficientes e falaciosos, não porque não constituam conquistas úteis, desejáveis e urgentes, mas por-

que são de segunda ordem, sociologicamente falando, à vista da tarefa primordial: a mudança do papel da universidade em relação à realidade total do país.

Observe-se que não estamos degradando, e muito menos desprezando o valor da luta por esses objetivos internos. São, é claro, motivos sérios que devem incentivar a luta estudantil, mantê-la acesa, pois se trata de obter bases reais, direitos legítimos, fins valiosos e irrecusáveis, que justificam a batalha a respeito deles, a qual necessita ser o mais possível intensificada. O que desejamos declarar é que se faz imperioso subordinar a luta pelos objetivos puramente internos, aqueles que *não afetam a essência da universidade*, aos objetivos externos, finais e decisivos, os de caráter político, porque só a realização destes permitirá alterar a essência da universidade. A universidade não mudará de essência porque mudou de organização, mas porque mudou de conteúdo de classe.

Quando este fim absoluto for alcançado, ao longo dos caminhos, das lutas para atingi-lo, muitos dos atuais problemas internos terão sido resolvidos; os que restarem encontrarão solução com a transformação qualitativa final da essência da universidade, que terá deixado de ser a praça forte da classe dominante, para se tornar um bem de todo o povo. Compete às vanguardas estudantis, portanto, possuir a justa tática da luta em que se engajam, orientada por uma concepção geral do processo histórico. Precisam saber que, de um lado, combatem por objetivos internos, em si mesmos justos e necessitando atendimento; mas, por outro lado, compreender que ao lutar por eles estão de fato visando, através deles, a objetivos qualitativamente diferentes, os da transformação política da realidade brasileira.

Deste modo, cada greve estudantil motivada pelo ato de algum diretor atrabiliário tem duplo significado: é tanto *um fim* imediato, justificado em si mesmo, quanto *um meio* para alcançar *outro fim* que á primeira vista não está em jogo, mas constitui o alvo final de toda operação diária da guerrilha. Com este espírito, o estudante compreende que combate pelas suas idéias mediante dupla tática: difundir a consciência desse objetivo supremo e interessar-se pelo menor, e mesmo às vezes secundário, episódio da vida escolar, desde que sirva para atizar as contradições do processo particular de cada faculdade, as quais resultam, conforme a teoria indica, das contradições gerais da sociedade como um todo. Não estamos, portanto, pregando o alheamento às contendas internas nas faculdades — muito ao contrário —, apenas reclamamos que a consciência estudantil perceba que por meio dessas guerrilhas o que de fato está

travando é uma batalha de outra espécie, que tem a universidade por palco, mas não diz respeito apenas à universidade e sim ao país em totalidade, e só por via reflexa alcança, de retorno, a universidade.

A contradição real, pela qual se define a essência do problema da reforma universitária é uma *contradição externa* entre a universidade — como peça do domínio da classe exploradora minoritária, embora predominante — e o resto da nação; e *não* uma contradição interna, reclusa ao âmbito das escolas, pois as que têm este caráter e as há e são muitas, refletem, apenas, a contradição externa, e serão todas resolvidas quando esta for. Por aí se verifica a necessidade de denunciarmos como ineficazes muitos dos objetivos que a consciência estudantil inexperiente julga decisivos. Na verdade são falsas metas, de acordo com a explicação dada. Entre estas citaremos as seguintes: melhoria de currículos, moralidade dos concursos, tempo integral, criação das cidades-universitárias, carreira do professor, desdobramento de cadeiras, estabilidade dos docentes-livres, autonomia universitária, críticas à Lei de Diretrizes e Bases, descentralização administrativa, etc. Tudo isto constitui problemas reais mas não representa o *problema real*.

b) O objetivo verdadeiro da reforma universitária tem de ser a alteração das relações externas da universidade, desligando-a da vassalagem à classe dominante e pondo-a completamente a serviço do povo, enquanto massa trabalhadora. É uma mudança qualitativa. Diz respeito à essência da universidade. Consiste na verdadeira democratização da universidade que se confundirá com a cultura do povo, apenas se distinguindo por ter como tarefa estabelecer o centro diretor da educação das massas. Somente assim alcançará os níveis supremos do saber, criará sumidades intelectuais em todos os ramos da ciência, das letras e das artes e se aparelhará de todo o mais caro e difícil instrumental necessário para se colocar na vanguarda da investigação da natureza e na produção das idéias. Fixaremos, a seguir, alguns procedimentos práticos indicados aos estudantes para conduzirem a sua luta em favor da reforma universitária.

Perspectivas práticas imediatas

A classe estudantil, ao traçar seus planos de ação, deve levar em conta as dificuldades com que se defrontará, a fim de estabelecer as medidas que deve pleitear.

A primeira observação a fazer é a seguinte: as forças de dominação social, em vista do clamor público por reformas de base, entre elas a universitária, estão começando a se movimentar e, obrigadas pelas circunstâncias, vão apresentar o *seu projeto* de reforma da universidade. Não é preciso dizer que será um projeto insuficiente, frustrado, alienado, desviador. No entanto, tudo leva a crer que será esse o produto ideológico que acabará sendo decretado e apresentado à nação como "reforma". Temos o exemplo recente da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que nos indica ser esse o desfecho provável da atual exigência estudantil. Nada havendo a esperar do setor professoral e dos grupos políticos atuais a quem servem, que devem então fazer as forças estudantis realmente renovadoras?

a) Deverão elaborar o seu próprio projeto de reforma. Tal é nossa indicação decisiva, fundamental. Faz-se indispensável que a UNE promova, como resultado de seminários nacionais, a criação de uma comissão, *exclusivamente composta de estudantes*, que elabore o projeto da reforma do ponto de vista do estudantado. É capital que esse projeto seja feito pelos estudantes, pois não só permitirá revelar a eles próprios e ao país em geral o estado da consciência estudantil, como unicamente no esforço para formular tal projeto é que se irão revelando plenamente as exigências a satisfazer, as medidas a tomar, os fins a atingir. O projeto terá por fundamento a práxis atual da classe estudantil nas suas lutas reivindicatórias, mas representará ao mesmo tempo a formulação teórica que permitirá o prosseguimento e a iluminação da práxis futura. Eis por que o projeto

terá de ser feito, exclusivamente, pelos estudantes. Do contrário, dependeria da práxis alheia e nasceria desvirtuado. Enquanto a classe estudantil não possuir *seu* projeto de reforma, por mais imperfeito e até por vezes ingênuo, impreciso e errôneo que seja, não possuirá condições para enfrentar o projeto que a classe dominante lhe irá oferecer, pela simples razão de que não terá a *sua* verdade que defender. Não conceberá a reforma na perspectiva de sua relação, enquanto classe estudantil, com o resto da sociedade e das classes trabalhadoras, e por isso não estará apta a pensar a autêntica reforma, mas aceitará ainda que as criticando, as propostas que lhe forem feitas pelos grupos que desejam a reforma, porém conservando as presentes condições de subordinação da universidade às classes econômicas dominantes.

b) Em consequência, os estudantes, sabendo que tal projeto é político por essência, e só se poderá cumprir por via da transformação geral da sociedade, deverão organizar-se como força política para levar a cabo o seu projeto, mediante intensa luta social.

c) Deverão, por isso, constituir-se em grupo de pressão social, que procurará influenciar os corpos legislativos, a quem, em última análise, compete formular o projeto da reforma universitária, no sentido de infiltrar no projeto professoral, que será certamente apresentado ao Congresso, o maior número de medidas do projeto estudantil autêntico, embora sabendo que poucas serão recebidas, e mesmo estas desfiguradas. Os estudantes levarão aos parlamentares interessados no problema as suas sugestões e porfiarão por todos os meios legais a fim de torná-las vitoriosas. Formarão poderoso grupo de pressão que colocará no projeto da classe dominante algumas das medidas progressistas, que a força social do estudantado já tem condições para conquistar.

d) O importante desta operação está em que as forças da classe dirigente ao tomar conhecimento de tais exigências, e até ao adotar algumas, estarão debilitando o seu próprio projeto de classe dominante, o qual, tornando-se misto e heterogêneo, contribuirá para tornar claro, não só perante a classe estudantil, mas para a todo o povo, em geral, o quanto se contém de reacionário no projeto professoral, quando comparado às medidas propostas pelos estudantes. Ao mesmo tempo, servindo mal aos interesses da classe dirigente, pelos enxertos de origem estudantil, afrouxará o seu poder de repressão política e ideológica sobre as massas dos alunos.

e) Para efeito de conseguir o potencial político imprescindível para desencadear a reforma planejada, é necessária a mais sólida unidade das forças estudantis. Esta terá de ser obtida, entretanto, mediante

hoques internos no próprio setor estudantil, o qual contém contradições importantes, a principal das quais é a que se consubstancia na existência de um ensino superior de propriedade privada, ao lado das universidades pertencentes ao Estado. É preciso que os estudantes estejam avisados desta contradição, que certamente será superada pela práxis da luta em que todos se empenharão, mas nem por isso deixa de constituir uma das dificuldades a vencer. É um choque interno que indiscutivelmente se avizinha, e que reproduzirá, no plano do ensino superior, a luta social e política que vemos travar-se nos setores do ensino primário e médio. No entanto, não há dúvida que a unidade da classe se produzirá afinal, em torno do projeto progressista, sobretudo porque não será uma luta isolada, interna, particular, das massas estudantis, mas uma frente local da grande batalha travada por todo o povo brasileiro, com o fim de libertar-se das múltiplas formas de exploração, atraso e dependência de que é vítima.

f) A reforma universitária constituindo, como dissemos, um dos aspectos da transformação geral da sociedade brasileira, tem de ser simultânea e harmônica com as demais reformas exigidas pelo resto da sociedade, neste momento. Não pode ser desvinculada da reforma agrária, da reforma bancária, administrativa, urbana, etc., pois é o movimento geral de um mesmo processo histórico, são as mesmas forças contidas na totalidade da sociedade que as irão realizar a todas em conjunto. Não existe, por conseguinte, o problema da reforma universitária, mas o da reforma da sociedade, a qual se manifestará, num de seus aspectos, como surgimento de nova espécie de universidade.

Os estudantes já têm consciência desse fato, de que dão eloquente prova na unidade de frente social que formam com os operários e os camponeses. Mas é preciso que os outros setores empenhados nas respectivas reformas também tenham consciência de que dependem, para o sucesso de sua causa específica, de se criarem socialmente as condições de possibilidade de reforma universitária. Compete, pois, aos estudantes atuar como poderosos agentes de entrelaçamento das diversas forças sociais em combate por reformas em todos os setores da realidade, não apenas para dar a esses setores a contribuição da força que estão acumulando para realizar a sua própria reforma — a universitária —, mas também para receber deles novos impulsos que revigorem sua capacidade de ação. Nesse sentido, grande esforço deve ser desenvolvido pelos estudantes a fim de esclarecer todas as camadas sociais de que a luta que desenvolvem só se define como sua enquanto representa a parte que compete à juventude estudantil, mas, no essencial, é a mesma campanha em que se empenham todas as forças progressistas da nação.

Medidas práticas da reforma

Sem pretender apresentar mais do que algumas rápidas sugestões — pois, conforme dissemos, limitamo-nos neste trabalho a apreciar apenas aspectos sociológicos da realidade da universidade, sem abordar qualquer problema de caráter pedagógico —, cremos que as seguintes medidas devem constar obrigatoriamente do autêntico projeto de reforma universitária. Fazemos estas indicações a título de simples contribuição e visando às diretrizes políticas, uma vez que a atitude metodológica por nós preconizada linhas acima — declarando competir ao estudante, e só a ele, traçar o programa material da reforma — nos interdita apresentar extenso rol de pormenorizadas medidas reformistas, sociais e didáticas.

1. *Cogoverno* — Esta talvez seja a mais “escandalosa” das medidas propostas e seguramente a que mais resistências despertará. No entanto, parece-nos essencial para caracterizar a *mudança qualitativa* na essência da universidade. Se, conforme dissemos, esta deve consistir na mudança dos conteúdos de classe da universidade, com a entrega da instituição ao povo, aí representado pelas massas trabalhadoras estudantis, não se compreende a persistência do sistema de domínio exclusivo do grupo docente na administração, direção e controle das escolas superiores. A democratização da universidade deve exprimir-se no estabelecimento do cogoverno docente-discente em todas as instâncias decisórias: departamentos, conselhos departamentais e técnico-administrativos, congregações, conselhos de curadores, direções, conselhos universitários e quaisquer outros órgãos que representem poder dirigente sobre assuntos internos da universidade. Em todas estas instâncias, o corpo discente precisa estar representado por um número de delegados igual ao dos docentes, com a mesma dignidade e idêntico poder de decisão pelo voto. Esta medida é capital porque determina a transformação da classe estu-

dantil, até agora tutelada, em responsável. Torna-a, igualmente, mais representativa dos interesses populares no interior da universidade. O cogoverno só poderá amedrontar aqueles elementos da classe professoral que receiem ver denunciadas sua incapacidade intelectual, ineficiência docente e desqualificações morais, ou levados ao conhecimento público seus compromissos com grupos econômicos e financeiros dominantes. Para os demais professores, o cogoverno representará fator de progresso de suas respectivas cátedras, dando-lhes a certeza de poderem agir, cultural e socialmente, em plena unidade de vistas como o corpo discente, o que contribuirá para pacificar o ambiente universitário. Quanto aos membros das congregações e conselhos, nada têm a temer da paridade de representação dos alunos no interior desses órgãos, pois não irão limitar um poder decisório, que *já está de fato limitado*. É melhor que se institucionalize uma situação objetivamente existente — o poder de coação social e universitária das massas estudantis — do que deixar ao sabor de choques imprevisíveis a marcha de um processo que se fará de qualquer modo a favor das camadas populares. O cogoverno, pela responsabilidade na direção da universidade, que outorga ao estudantado, contribuirá para facilitar a tarefa dos dirigentes docentes e aliviá-los de serem envolvidos em graves e penosos conflitos.

2. Supressão da trincheira do vestibular, substituída pela verificação do mérito do estudante depois de lhe haver sido dada a qualidade de estudante — e as condições materiais para estudar —, admitindo-o na universidade.

Se a universidade não deve ser considerada grau independente, excelso, divino, do processo geral do ensinamento e educação do homem, não pode haver barreiras absolutas entre os diversos graus, pois se trata de um único processo em fases diferentes. O aluno, ao iniciar a escola primária, e tão-somente por isso, já está habilitado a ingressar um dia na universidade. Só não pensa assim quem acredita que a escola primária se destina apenas a alfabetizar a massa dos trabalhadores, para os fazer trabalhar melhor para os seus atuais senhores, porém deixando-os nas condições de cultura rudimentar em que se encontram atualmente. A sociedade atual cultiva, como privilégio de classe, a “predestinação universitária”. A autêntica democratização do ensino consiste precisamente em extinguir a predestinação universitária. Para tanto, é necessário que o processo educacional, em todas as suas fases, seja franqueado às massas trabalhadoras na totalidade, e estas atravessem, portanto, sem obstáculos intransponíveis os pórticos das faculdades.

3. *Universidade do povo* — Eliminado o vestibular, terá sido dado o passo principal para destituir a universidade da função aristocrática de cúpula do saber, integrando-a no processo total do ensino das massas, enquanto procedimento para a aquisição da cultura do país. A universidade não constitui unicamente o término do processo educacional, mas se identifica a esse mesmo processo em totalidade. No país onde a educação esteja realmente ao alcance de todos os cidadãos, não apenas desde a escola primária, todos os alunos estão destinados aos graus superiores do ensino; mas reciprocamente compete à universidade, como centro organizador da atividade pedagógica, construir o processo da educação, de forma a não se apresentar como esfera celeste inacessível, mas a distribuí-la a todo o povo.

Neste sentido é que podemos, com inteira seriedade, afirmar que no Brasil a universidade tem de ser dos ainda analfabetos, do contrário não é do país. Com efeito, se a imensa maioria das massas trabalhadoras urbanas e camponesas são atualmente analfabetas, ou semi-analfabetas, a universidade tem de estar a serviço dessas massas, pertencer a elas, para justamente as retirar do estado de incultura. O que queremos dizer é que os analfabetos atuais precisam ser os alunos da universidade futura. Neste sentido, afirmamos que a universidade é dos analfabetos. Mas esta conclusão só se tornará objetiva, deixando de parecer utópica, quando a universidade tiver consciência de sua dependência das massas trabalhadoras, não se julgando apenas uma elite santificada. Nesse momento, então, a universidade será a instância superior da cultura do povo. Compreenderá que a ela pertencem não apenas os “alunos-que-estudam”, mas os milhões de “alunos-que-não-estudam”, e por ora não têm sequer a esperança de um dia estudar.

No momento presente a universidade acha-se constituída por uma casta de letrados e se destina a pequeno grupo de infantes predestinados. Por isso, encontra-se sentimental e ideologicamente desinteressada da massa de analfabetos, isto é, do povo, que lhe causa a mais viva repulsa, pois vê na multidão dos analfabetos a negação dela própria, enquanto colégio de sábios. Logo, a universidade atual nega o analfabetismo, constitui a antítese dialética deste, mas, procedendo o seu pensamento por via metafísica, é levada socialmente a se separar dele, ou seja, do povo. Ora, é necessário que a universidade se organize como negação dessa negação. Noutras palavras, que, assumindo a forma dialética de pensar, veja no analfabetismo das massas apenas um momento dialético do mesmo processo cultural ao qual ela própria pertence e, portanto, elimine a situação educacional inferior e primária, não por se desvincular dela, mas por superá-la dialeticamente.

Para produzir-se essa negação da atual negação é indispensável um fator mediador, o qual neste momento é representado pela luta estudantil em favor da verdadeira reforma universitária. Quando dizemos que a universidade é dos analfabetos, não queremos significar que deva ser constituída de alunos analfabetos, mas de alunos que se identificam com a realidade dos analfabetos, para torná-los, muito breve, alunos semelhantes aos atuais.

4. Luta contra a vitaliciedade da cátedra, enquanto instrumento retardador do processo transformador da universidade. Não necessitamos analisar com mais detalhes esta medida porque já o fizemos em páginas anteriores, onde mostramos o seu significado de classe.

5. Entrosamento das instituições de ensino superior com os centros sociais de produção, fábricas, fazendas, empresas.

Esta medida visa a abolir os limites de classe atualmente em vigor na universidade, integrando-a na vida quotidiana do povo, no seu trabalho, tornando-a foco difusor da cultura sobre toda a sociedade, e não recinto sagrado onde somente poucos iniciados têm o direito de penetrar. A luta estudantil deve realmente incentivar o ensino tecnológico e a integração dos centros de investigação científico-naturais que se caracterizem por sua real eficácia, e não sejam, como alguns são, simples vazadouros de dinheiro público. Nas presentes condições, a universidade não equipa efetivamente o aluno para o exercício da profissão; esta ele aprenderá na luta pela sobrevivência, no trabalho que é obrigado a realizar, graças ao título universitário, que não representa preparo real mas mero certificado de habilitação para o aprendizado efetivo no trabalho de cada dia. Torna-se necessário transformar a universidade a fim de que essa preparação, que atualmente é conseguida fora dela, a custo de dura seleção vital mediante o trabalho, seja obtida como resultado normal do ensino universitário e *durante* o período da vida estudantil.



Quando se houverem realizado estas medidas por efeito dos esforços e batalhas do estudantado contra as resistências do conservadorismo e da reação, que têm na universidade um dos seus mais fortificados castelos, a instituição estará apta a assumir a direção política do processo educacional do povo. Porque, então, não existirá distinção entre cultura, como título de casta nobre, e trabalho, como estigma social. A unificação do processo do desenvolvimento do país determinará a unidade entre a direção especificamente política desse pro-

cesso e a evolução cultural do povo brasileiro. Assim sendo, criar, difundir e reger a cultura será função política da universidade, a qual se terá identificado, pelo trabalho profícuo que realizará, com a consciência dos líderes populares, então autênticos, os quais, como as massas em geral, encontrarão seu lugar natural na universidade, tornada assim, daí em diante, um bem de todo o povo.

Em síntese: o objetivo da reforma é identificar a universidade com a sociedade brasileira, no seu esforço de desenvolvimento material e espiritual, criando e semeando a cultura, a fim de que esta, juntamente com a liberdade, venham a se tornar os bens mais preciosos possuídos por todo homem do povo.

Wright, John Bibliography 211